

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA DE OLIVEIRA HORST

FEMINICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO: ENTRE A NOMEAÇÃO
FEMINISTA E A CRIMINOLOGICA CRÍTICA

CURITIBA

2019

JULIANA DE OLIVEIRA HORST

FEMINICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO: ENTRE A NOMEAÇÃO
FEMINISTA E A CRIMINOLOGICA CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito do Estado.
Linha de pesquisa: Direito, Poder e Controle.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Katie Silene Cáceres Argüello.

CURITIBA

2019

H819f

Horst, Juliana de Oliveira

Feminicídio como fenômeno social complexo: entre a nomeação feminista e a criminológica crítica / Juliana de Oliveira Horst; orientadora: Katie Silene Cáceres Argüello. – Curitiba, 2019.

138 p.

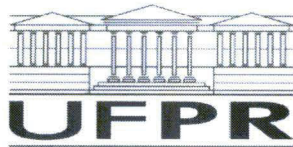
Bibliografia: p. 127-138.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Feminicídio. 2. Violência contra a mulher. 3. Feminismo. 4. Criminologia. I. Argüello, Katie Silene Cáceres. II. Título.

CDU 347.156

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia sete de março de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala De defesas - 317, Pós-graduação em direito da UFPR., foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **JULIANA DE OLIVEIRA HORST** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **Feminicídio como fenômeno social complexo: entre a nomeação feminista e a criminologia crítica.** A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO (UFPR), MARIEL MURARO (FAPI), PRISCILLA PLACHA SÁ (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação 10,0 da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 07 de Março de 2019.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

MARIEL MURARO
Avaliador Externo (FAPI)

PRISCILLA PLACHA SÁ
Avaliador Interno (UFPR)





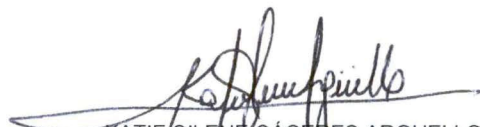
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

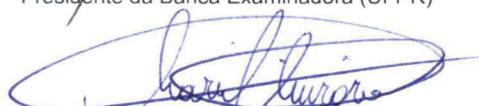
TERMO DE APROVAÇÃO

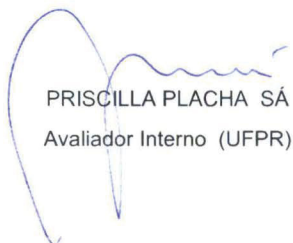
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JULIANA DE OLIVEIRA HORST** intitulada: **Feminicídio como fenômeno social complexo: entre a nomeação feminista e a criminologia crítica.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação e/ou nota 10,0 no rito de defesa.

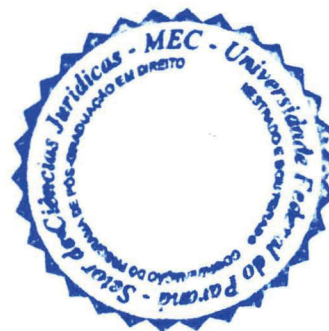
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 07 de Março de 2019.


KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARIEL MURARO
Avaliador Externo (FAPI)


PRISCILLA PLACHA SÁ
Avaliador Interno (UFPR)



AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar essa pesquisa e ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

Agradeço à minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Katie Silene Cáceres Argüello, por toda a ajuda, compreensão e inspiração ao longo de todo o mestrado, este trabalho não seria o mesmo sem o seu prestativo acompanhamento. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Mariel Muraro por ter aceitado o convite para participar da banca deste trabalho, também agradeço à Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá não apenas pela disponibilidade em participar da banca, mas principalmente por ter acompanhado meus passos desde a graduação, este trabalho também deve muito a você.

Agradeço aos meus pais, Noel Francisco Horst e Salete Ap. de Oliveira Horst, por me ensinarem desde pequena a sonhar meus próprios sonhos e a ter coragem para enfrentar a vida. Eu amo vocês infinitamente! Agradeço ao meu irmão, Lucas Matheus Horst, por me apresentar o amor fraterno, possível de ser compartilhado tão somente por nós dois. Obrigada pela cumplicidade de uma vida inteira, amo você! Aos meus companheiros Naomi e Max, por me ensinarem que o amor possui diversas formas de expressão.

Às minhas eternas amigas-irmãs, Thais Stutz, Kahena Nantes, Angela Eyng e Paola da Luz, a cada ano de amizade saímos ainda mais fortalecidas e certas de que algumas amizades realmente são para sempre. Obrigada por me amarem exatamente como sou e por me lembrarem disso quando me esqueço.

Aos meus amados e grandes amigos e amigas que os anos de faculdade me proporcionaram: Mariana dos Santos, Marwan Maltaca, Guilherme Nunes, Mauricio Serenato, Mônica Miranda e Priscilla Bartolomeu. Obrigada por todas as trocas realizadas, pelo crescimento coletivo e por ajudarem a tornar a vida mais leve. Ao pensar em pessoas que me fazem bem, penso sempre em vocês.

Ao meu companheiro e amor da minha vida, Allan M. Hillani. Obrigada por me ensinar que o amor, o respeito e a liberdade devem caminhar sempre lado a lado. Obrigada pelo apoio e amor incondicionais, por dividir comigo a vida, a casa e os sonhos. Eu amo tudo o que construímos até aqui, eu amo você.

RESUMO

O presente trabalho tem como a principal finalidade estabelecer um diálogo entre a criminologia crítica e o pensamento feminista no que tange à tipificação do feminicídio, pois os obstáculos criados nos últimos anos precisam ser superados, gradualmente, a fim de que se compreenda com profundidade o quadro do fenômeno feminicida, tanto no Brasil, quanto em outros locais. Para isto, o trabalho parte de algumas formas de silenciamento do feminino (epistemológico, histórico e político) que figuram por detrás da naturalização e banalização da violência contra as mulheres. Posteriormente, com o objetivo de fornecer maior assertividade ao termo feminicídio, serão abordadas questões como a amplitude do conceito, quais seus contextos, as terminologias mais adequadas, etc., já que uma delimitação precisa é necessária para que entendamos adequadamente as múltiplas raízes do feminicídio. Além disso, serão analisados alguns fatores que podem estar contribuindo para o aumento do feminicídio no Brasil, as principais hipóteses giram em torno da crise entre a produção e reprodução capitalistas; do crescimento da militarização da vida e o consequente fomento às masculinidades violentas; e do ressentimento, uma das formas de regressão, que se apresenta, dentre outras formas, por meio do *backlash*. Em um último momento, o trabalho traz os principais argumentos levantados por feministas e criminólogos e criminólogas críticas acerca da necessidade, ou não, da tipificação do fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; criminologia crítica; feminismo; violência; gênero.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to establish a dialogue between critical criminology and feminist movements as regards the typification of femicide, since the obstacles created in recent years have to be gradually overcome in order to understand in depth the femicide phenomena, both in Brazil and elsewhere. For this, this paper starts from some forms of female silencing (epistemological, historical and political) that appear behind the naturalization and the banalization of violence against women. Subsequently, in order to provide greater assertiveness to the term femicide, questions such as the breadth of the concept, its contexts, the most appropriate terminologies, etc., will be addressed, since a precise delimitation is necessary for us to adequately understand the roots of this phenomenon. In addition, some factors that may be contributing to the increase of femicide in Brazil will be analyzed. The main hypotheses revolve around: 1) the crisis between capitalist production and reproduction; 2) the growth of the militarization of life and the consequent promotion of violent masculinities; 3) and the resentment, one of the forms of regression, which presents itself also through the backlash. Finally, the paper brings the main arguments raised by feminists and critical criminologists about the necessity, or not, of the typification of femicide.

KEYWORDS: Femicide; critical criminology; feminism; violence; gender.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Naturalização da violência contra a mulher a partir de discursos e não-discursos....	5
2.1 Silenciamento do feminino.....	13
2.1.1 Apagamento epistemológico.....	19
2.1.2 Apagamento histórico.....	26
2.1.3 Exclusão da política.....	31
3. A violência fatal contra mulheres.....	39
3.1 Femicídio ou feminicídio: o que o debate teórico nos revela sobre a violência contra as mulheres.....	40
3.2 Amplitude terminológica do conceito de feminicídio em prol de sua efetividade.....	48
3.3 Porque precisamos falar sobre feminicídio no Brasil.....	51
4. Quando o feminicídio não é fruto de terrorismo íntimo.....	58
4.1 Femicídio e capitalismo: a violência estrutural contra as mulheres.....	59
4.2 Femicídio e armas de fogo: o fomento à violência masculina.....	77
4.3 Femicídio e ressentimento: a violência como backlash.....	82
5. Pensamento feminista e a criminologia crítica: há diálogo possível?.....	89
5.1 A criminologia crítica se importa com as mulheres?.....	92
5.2 O feminismo busca vingança?.....	99
5.3 Estabelecendo um diálogo.....	110
6. Conclusão.....	121
Referências.....	127

1. Introdução

Frequentemente fazíamos perguntas cujas respostas já sabíamos. Talvez fizéssemos isso para não precisarmos formular as outras perguntas, aquelas cujas respostas não queríamos saber.

Hibisco Roxo - Chimamanda Ngozi Adichie

Parte das funções de um trabalho acadêmico é fazer perguntas e buscar respostas que em alguma medida podem causar desconforto. Especificamente quando tratamos sobre questões que orbitam as temáticas de criminalidade, assassinato, violência, machismo, dor, essa tarefa pode tornar-se ainda mais incômoda e até mesmo triste, tanto para quem escreve quanto para quem lê. Porém, é importante que seja assim, que a escrita e a leitura empática e humana percorram todo este trabalho, lembrando a cada virar de páginas que, apesar da tentativa de reduzir a realidade em palavras, esse trabalho trata de aspectos da vida real e de mulheres reais que tiveram suas vidas interrompidas pela violência feminicida. É a tentativa de pensar e de superar esses quadros de violência a principal justificativa da presente dissertação.

A violência contra as mulheres existe nos mais diversos locais do mundo, em qualquer faixa etária, em todas as raças e classes sociais, ainda que possamos identificar, em determinados espaços e momentos históricos, alguma modalidade de abuso que seja mais recorrente a um grupo de mulheres do que a outro. No Brasil, as marcantes desigualdades entre os gêneros podem ser facilmente identificadas, de acordo com informações do Fórum Econômico Mundial de 2018, o Brasil se encontra na 95ª posição, entre 149 países, em um índice que mede a igualdade entre os gêneros. Nesse levantamento levou-se em consideração as seguintes categorias: participação econômica e oportunidades (como participação no mercado de trabalho e equidade salarial); nível educacional; empoderamento político (como representação política e representação ministerial); saúde (como longevidade e mortalidade materna), etc.¹

Vê-se que o Estado brasileiro figura em uma colocação terrível naquilo que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres e, apesar deste relatório não falar

¹WORLD ECONOMIC FORUM. *The global gender gap report*. Suíça, 2018. Disponível em: www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf. Acesso em: 18/12/2018.

especificamente sobre a violência feminicida, reconhecer esse pano de fundo nos ajuda a compreender o porquê de tantos assassinatos de mulheres no Brasil. O feminicídio, um problema social e uma questão, também, de saúde pública, mesmo sendo um fenômeno global, atinge algumas localidades de maneira mais drástica que outras, justamente porque tem em seu cerne as disparidades estruturais entre os gêneros. Assim, locais com mais desproporções de poderes entre homens e mulheres *tendem* a possuir maiores taxas de feminicídio, porém, como veremos adiante, este nem sempre é o caso.

Nas últimas décadas, diversas teóricas feministas têm pensado acerca do aumento do quadro de feminicídios, em especial na América-latina. Elas têm desenvolvido o conceito, pensando em suas causas, em suas consequências e formulado hipóteses para a contenção do fenômeno. Com relação ao último ponto, uma das grandes demandas realizadas por diversas feministas circunda a questão da tipificação do feminicídio e de exigências por maior eficiência nas investigações e punição dos responsáveis. Dado esse enfoque comum sobre a maior necessidade de encarceramento e punição, diversas dificuldades têm surgido nas discussões entre a criminologia crítica e o pensamento feminista.

No âmbito epistemológico os conhecimentos críticos e feministas muitas vezes se complementam com a finalidade de desconstruir a razão ortodoxa por detrás de criminologias com raízes etiológicas, e fazem isso tanto por meio do aumento do número de objetos de pesquisa quanto pelo aumento de métodos de análise. Porém, no campo da política-criminal, os feminismos e as criminologias críticas têm disputado espaço e entrado em constantes conflitos, pois se de um lado o foco principal está na redução da violência contra as mulheres, do outro pretende-se, especialmente, reduzir os processos de criminalização e os discursos sobre o poder simbólico do direito penal. Assim, as formulações de cunho político-criminal para os casos de violência sexista, comumente, não só são diferentes, como possuem vetores opostos. Porém, o objetivo geral do trabalho é demonstrar que para que possamos compreender o atual fenômeno do feminicídio, no Brasil, é importante que estes dois campos do conhecimento possam realizar um verdadeiro diálogo, pois tanto o marco teórico de “gênero” quanto o marco do “capitalismo” são imprescindíveis para pensarmos tal questão.

No mesmo sentido do que defende Carla Alimena, não é possível falar em “uma” criminologia feminista, já que para tanto seria necessário optarmos por um feminismo e uma criminologia dentre as diversas possibilidades existentes. Ainda, há dificuldades em falarmos de uma criminologia crítica feminista, já que até o momento ela não está consolidada por meio de alguns pressupostos comuns de análise. Não se olvida, no entanto, que autores e autoras como Carmen Hein de Campos e Salo de Carvalho têm se dedicado à consubstanciação desses saberes e é justamente este o principal marco do trabalho: contribuir para o diálogo entre as criminologias críticas e os feminismos, principalmente no que tange à questão do feminicídio, a fim de que no futuro as trocas entre esses conhecimentos sejam facilitadas e até mesmo possa-se pugnar pela existência de um criminologia crítica feminista.

O primeiro objetivo específico do trabalho, no capítulo inicial, é demonstrar como alguns tipos de exclusão histórica do feminino influenciam na forma como percebemos, naturalizamos e lidamos com a violência que é dirigida às mulheres. O primeiro silenciamento abordado será o epistemológico, a fim de compreender como a exclusão das mulheres do ponto de vista da produção do conhecimento, seja como sujeito, seja como objeto, causa impactos nas perguntas e respostas formuladas dentro das ciências sociais. O segundo silenciamento é o histórico, para discutirmos como o ocultamento das mulheres da história e da história das mulheres afeta a percepção que temos sobre suas vidas e suas memórias, sendo constantemente interpretadas como seres fora do tempo e fora do acontecimento. O terceiro apagamento exposto será o político, nele se discutirá a divisão do espaço público e privado, a localização, quase exclusiva, da mulher no espaço privado e a consequente dificuldade para que os problemas por elas enfrentados atinjam a agenda política e sejam alvos de políticas públicas. Como veremos, tais supressões contribuem para o grave cenário de violência contra a mulher e possuem no feminicídio sua manifestação fatal.

O capítulo seguinte tem caráter mais metodológico e seu objetivo específico é explicar algumas das opções teóricas realizadas no trabalho, desde a própria escolha pelo uso do termo “feminicídio”, em detrimento do termo femicídio, até qual a amplitude empregada no trabalho. Isto porque a nomeação ² e o que decorre dela têm

² Como possibilidade de dar nome a um fenômeno.

importância central neste estudo, pois entende-se que o ato de nomear e de dar sentido ao nome é o que permite que um fenômeno seja realmente visualizado e possa, assim, ser alvo de reflexões coletivas. Ademais, será discutido nesse ponto qual a necessidade de falarmos sobre o feminicídio no Brasil, com seus dados mais relevantes e os principais aspectos do tipo penal criado pelo legislador brasileiro, no ano de 2015.

O terceiro capítulo tratará dos casos de feminicídio que não decorrem da tradicional estrutura da violência de gênero, ou seja, casos que não são vistos como consequências fatais da violência doméstica (terrorismo íntimo ou ciclo da violência). Posto que há uma ampla gama de feminicídios decorrentes de situações de desprezo de gênero, mas que não se adequam às hipóteses de terrorismo íntimo e que merecem ganhar visibilidade a fim de serem verdadeiramente compreendidos e combatidos. Neste ponto, o marco “capitalismo” será essencial, pois serão lançadas três hipóteses de afetação do quadro feminicida como resultado das vicissitudes do nosso modo de produção atual.

O último capítulo também se dividirá em três partes. A primeira irá tratar dos principais argumentos que se opõem à tipificação do feminicídio, em especial aqueles levantados por alguns setores da criminologia crítica. Em oposição, a segunda parte tratará das principais justificativas, trazidas por teóricos e teóricas feministas (inclusive de integrantes da criminologia crítica), que se colocam a favor da tipificação deste crime. Por fim, a última parte buscará estabelecer um diálogo entre as duas perspectivas, tendo em vista os argumentos mais pertinentes de ambos os lados, pelo menos no que se refere à tipificação do feminicídio.

2. Naturalização da violência contra a mulher a partir de discursos e não-discursos

Costumeiro, disse tia Lydia, é aquilo ao que você está acostumada. Isto pode não parecer costumeiro para você agora, mas depois de algum tempo, será. Isto se tornará comum.

O Conto da Aia – Margaret Atwood

O feminicídio pode ser compreendido como a forma mais extrema pela qual se expressa a violência contra a vida e as liberdades de mulheres e meninas, ele nomeia a completa desumanização e degradação dos corpos femininos. E, para além de localizar as mulheres como vítimas deste tipo de abuso, apreender o feminicídio demanda que compreendamos – pelos menos em parte – as normas genderificadas, desigualdades sociais e relações de poder que aumentam a vulnerabilidade feminina diante da violência.³ O feminicídio, sem dúvidas, não pode ser compreendido apartado de questões políticas, econômicas, culturais e sociais, incluindo nesses aspectos as relações de poder baseadas em desigualdades de gênero, raça e classe de determinada sociedade. A derradeira violência contra mulheres não funciona apenas como um mecanismo de controle masculino, mas também está a serviço de sistemas racistas, de opressão econômica e até mesmo colonialistas,⁴ a depender do contexto em que ocorre.

Nessa lógica, a violência contra mulheres não pode ser encarada apenas no sentido de agressões físicas e isoladas, haja vista que estas violações engendram e são engendradas por uma sistemática própria de sociedades nas quais o masculino ainda exerce dominância. A violência feminicida encontra na sociedade assimétrica um local apropriado para se desenvolver, pois a marginalização social, econômica, judicial e exclusão política são indispensáveis para fortalecer mecanismos de desvalorização, discriminação e exploração feminina.⁵

³BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. *Terrorizing women: Femicide in the Americas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 12.

⁴Ibidem.

⁵LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. "Introducción: Por la vida y la libertad de las mujeres". In: RUSSEL, Diana E. H.; HARMES, Roberta A. (Orgs). *Feminicidio: Una perspectiva global*. Cidade do México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades e Universidad Autónoma de Mexico, p. 22.

Mesmo que nas últimas décadas a opressão contra as mulheres tenha passado a ser considerada como um importante problema social e ganhado certa visibilidade nos órgãos internacionais e convenções de direitos humanos,⁶ bem como nos ordenamentos jurídicos internos de diversos países, a violência contra elas, em vários locais, não tem cessado de aumentar, a exemplo do próprio Brasil, como veremos mais adiante. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo menos 35% das mulheres ao redor do mundo já enfrentaram ou enfrentam violência física ou sexual, sendo que este número poderia ser muito maior se extrapolássemos para outras formas de violência (psicológica, patrimonial, moral, etc.). Ainda, esse documento, coloca a opressão contra as mulheres como um problema de saúde pública, pois mulheres em situações assim possuem maiores chances de contração de AIDS, de passarem por abortos (espontâneos ou provocados) e de experienciarem depressão.⁷

Na região das “Américas” (América-Latina e Caribe), 30% dos abusos são perpetrados por parceiros e ex-parceiros.⁸ E, apesar desses números, nas sociedades ocidentais, os ideais de paz e segurança ainda são fortemente ligados às instituições familiares, de modo que muitas pessoas têm dificuldade em aceitar o fato de que várias mulheres, meninas e meninos são violentados dentro de suas próprias casas. Porém, a verdade amarga é que para estas pessoas, a família tem sido o grupo social mais violento e o lar o local mais perigoso.⁹

Um exemplo atual da descrença com relação ao potencial negativo das relações domésticas é representado por discursos conservadores e religiosos sobre a existência de uma suposta “ideologia de gênero” sendo fomentada na sociedade e ensinada nas escolas. Esse discurso tem se fortalecido em vários países da Europa e da América-Latina. No Brasil, ele é representado por programas como o “Escola

⁶A exemplo do mais famoso instrumento de proteção internacional que dispõe sobre as mulheres: a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), de 1979, e, mais recentemente, a Convenção de Belém do Pará, de 1994.

⁷WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Department of Reproductive Health and Research, 2013, p. 2. Disponível em: < <https://goo.gl/JuVs1y> >. Acesso em: 16/10/2018.

⁸Ibidem, p. 16.

⁹CABAÑAS, Ana Carcedo; SAGOT, Montserrat. “When violence against women kills”. In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda (org.). *Terrorizing women: Feminicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 138.

Sem Partido” que vinha há alguns anos sendo discutido no Congresso Nacional até ser arquivado em dezembro de 2018, o que não significa que não voltará a pauta no atual exercício legislativo. Para os defensores do Programa Escola sem partido, os professores e professoras estariam tirando proveito da “audiência cativa” de estudantes para aliciá-los para uma ou mais correntes ideológicas, geralmente mais próximas às de esquerda.

O termo “ideologia de gênero”, bastante utilizado neste Programa, não possui nenhum tipo de legitimidade acadêmica e nem mesmo se constitui em movimento político ou social, porém é apresentado por diversos políticos e (algumas) políticas de extrema-direita e líderes religiosos como um movimento liderado por feministas e militantes LGBTQ com a finalidade de solapar a configuração tradicional de família e alterar a “ordem natural” da sociedade, em que homens e mulheres, cada qual no seu espaço, cumprem distintas funções.

Na comissão especial da Câmara dos Deputados que havia sido criada para discutir o Programa Escola sem Partido (presente no projeto de lei nº 7.180 de 2014 e apensados), o parecerista, deputado Flavinho (PSC-SP), defendeu a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta. Em seu parecer, o deputado pugna pela inclusão do veto a qualquer disciplina, obrigatória ou facultativa, que tenda a aplicar: (i) a ideologia de gênero; (ii) o termo gênero ou; (iii) orientação sexual. Isto porque, segundo ele, a ideologia de gênero é

defendida por uma minoria de intelectuais e ativistas políticos, como Simone de Beauvoir, Michael Foucault, Judith Butler e Shulamith Firestone, segundo a qual o “gênero” é um construto social dinâmico e suscetível de mudanças, não uma imposição biológica. Para eles, a palavra “gênero” não é mais sinônimo de “sexo”, como na perspectiva convencional; mas refere-se a um papel social que pode ser construído – e desconstruído – conforme a vontade do indivíduo (...) A partir dessa distinção, altamente questionável em termos filosóficos e científicos, procura-se impor às crianças e adolescentes uma educação sexual que visa a desconstruir a heteronormatividade e o conceito de família tradicional em prol do pluralismo e diversidade de gênero. Mas aqui cabe ao legislador ponderar se é realmente necessária tal mudança, e até que ponto podemos confiar em seus frutos. Não há qualquer precedente civilizatório na história humana que demonstre que uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo. Trata-se de uma concepção meramente “teórica”, pensada “de fora” como um ideal a ser imposto na sociedade, sem precedentes empíricos inquestionáveis. O que sabemos por experiência concreta é que uma cultura heteronormativa foi

imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da Civilização Ocidental.¹⁰

O objetivo final desse projeto de lei, e de tanto outros, era deixar a cargo exclusivamente da família tudo aquilo que diga respeito à educação religiosa, moral e sexual. Ignorando completamente que, por exemplo, em quase 40% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, o agressor possui vínculo familiar com a vítima e, quando se considera apenas as crianças, 70% dos abusos acontecem dentro de casa.¹¹ O que, portanto, deveria sinalizar para o sentido oposto: a criação de ações de prevenção voltadas ao conhecimento do corpo e às questões culturais e sociais que digam respeito a determinados padrões de feminilidade e masculinidade que, historicamente, desembocam para quadros sistemáticos de violência contra as mulheres.¹²

Dificultar o acesso na escola (ou até mesmo proibir) às informações acerca do papel da sexualidade, do significado dos gêneros, da importância do consentimento, etc., mantém as meninas, em primeiro lugar, em uma situação de perigo, já que nem todas obterão esses conteúdos em casa. Além de impedir que elas identifiquem mais facilmente situações de abusos psicológicos, físicos ou sexuais, considerando que esses tipos de violência são comumente banalizados pelas pessoas em geral. Portanto, quanto mais espaços capazes de discutir questões de gênero, mais seguras poderiam estar as crianças e mulheres.

Porém, como já dito, não é possível dizer que o Brasil se encontra na contramão do restante do mundo. Outros países também têm adotado discursos similares, no sentido de proibir práticas voltadas à diversidade sexual e igualdade de gênero. Um exemplo é dado pelo governo da Hungria que, em agosto de 2018, anunciou o banimento de estudos de gênero nas universidades, afetando, assim, a Universidade

¹⁰BRASIL. Câmara dos deputados. Do parecer no tocante a inclusão entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando procedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Projeto de lei nº 7.180 de 2014 (PLs nº 7.181/2014, 867/2015, 1.859/2015, 5.487/2016, 6.005/2016, 8.933/2017 e 9.957/2018, apensados). Relator: Deputado Flavinho (PSC-SP). Publicado em: 08/05/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/sYDfuF>>. Acesso em: 02/08/2018. P. 17-18.

¹¹BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico*. N. 27, vol. 49, jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aF7J8z>>. Acesso em: 02/08/2018.

¹²É evidente que as meninas não são as únicas vítimas de abuso sexual, mas são a esmagadora maioria. Das vítimas, 74% na infância e 92% na adolescência são do sexo feminino. Ver: BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico*. N. 27, vol. 49, jun., 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aF7J8z>>.

de Eötvös Loránd (ELTE), a mais antiga do país, e a Central European University (CEU). A partir de setembro de 2019, os estudos de gênero não serão mais financiados e *nem mesmo reconhecidos* pelo governo húngaro. Dentre as justificativas para tal decisão, figura o fato de que a definição de gênero propagada seria sem sentido e incompatível com os valores do governo, além do baixo número de pessoas interessadas nestes cursos e da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por aqueles e aquelas que optam por este tipo de formação.¹³

Como “ideologia de gênero” é uma ideia parcamente definida, ela tem servido para apoiar discursos excludentes nas mais diferentes realidades, seja pelos atuais líderes húngaros, seja por Carlos Alvarado, para chegar à presidência da Costa Rica, seja no Brasil, pelo presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro. Este último, durante sua campanha, reiterou inúmeras vezes a necessidade de expurgar a “ideologia de gênero” das escolas, a fim de proteger os alunos e alunas. O então candidato, em entrevista para a maior emissora de televisão do país, fez referência a um falso livro que teria sido adotado pelo Ministério da Educação para ensinar sobre sexualidade às crianças, o que foi chamado por ele de *kit gay*. Tal informação foi negada pela editora do livro e pelo MEC.¹⁴

Esse frenesi ao redor do conceito de gênero, misturado às notícias inverídicas e confusas, tem demonstrado uma postura bastante obscurantista no seio de diversos discursos políticos, neles nega-se completamente a realidade e tenta-se convencer as pessoas por meio do medo (usando ideias como suposta destruição da família, favorecimento da pedofilia e do incesto, instigação para que crianças se tornem homossexuais, entre outras). Neste contexto, é possível identificar uma tentativa de retomada a um tempo em que as mulheres cumpriam as funções socialmente designadas de forma mais clara e as pessoas LGBTQ mantinham-se invisíveis.

Porém, apesar desta ode à ignorância a serviço do machismo, em todas as sociedades conhecidas, o gênero é, sem dúvidas, um grande determinante dentro da

¹³THE CONVERSATION. *Gender studies banned at university: the Hungarian government's latest attack on equality*. Publicado em: 09/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/sficsN>>. Acesso em: 05/10/2018.

¹⁴ESTADÃO. *Livro exibido por Bolsonaro no Jornal Nacional nunca foi comprado pelo MEC*. Publicado em: 30/08/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/EWhEo9>>. Acesso em 10/10/2018.

organização social e das relações intersubjetivas. Grande parte das diferenças estabelecidas entre homens e mulheres pode ser atribuída a padrões culturais que descendem das dinâmicas de gênero. De fato, tanto a masculinidade, quanto a feminilidade decorrem de expectativas sociais atribuídas a determinado sexo e não de um determinismo biológico. De forma semelhante à existência de formas de viver ligadas à determinada classe social ou etnia, o gênero mobiliza uma fortíssima influência não só na relação entre as pessoas, mas também afeta suas perspectivas individuais, suas oportunidades e o acesso (ou não) aos recursos socialmente disponíveis.¹⁵

As coletividades possuem mecanismos para estabelecer as formas pelas quais seus membros devem apreender as condutas e expectativas consideradas adequadas a cada um dos sexos, sendo esse processo chamado por diversas autoras e autores como socialização de gênero (*gender socialization*). De acordo com Ana Cabañas e Montserrat Sagot, a socialização de gênero preenche diversas funções de controle social, pois primeiramente impõe a cada pessoa uma autodeterminação masculina ou feminina, em segundo lugar impõe uma definição de mundo e de qual o lugar o indivíduo ocupa nele, posteriormente essa socialização define os outros e quais relações intersubjetivas devem ser estabelecidas. Por fim, ao estabelecer as características próprias de cada gênero, desencoraja que as pessoas adquiram características fixadas para o sexo oposto.¹⁶

Todo esse processo não ocorre de forma neutra, a socialização de gênero não ocorre em um vácuo de significados. E seu resultado final é fazer com que as pessoas se ajustem às normas de uma sociedade estruturada a partir da desigualdade de gênero. Desse modo, é possível reproduzir e justificar as hierarquias sociais que se baseiam neste tipo específico de socialização e que culmina na dominação do masculino sobre o feminino. Como parte dessa articulação, tenta-se fazer com que as mulheres assimilem a opressão, de modo que essa socialização ocorre não só por meio simbólicos – como traz Pierre Bourdieu – mas também mediante processos

¹⁵CABAÑAS, Ana Carcedo; SAGOT, Montserrat. “When violence against women kills”. In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda (org.). *Terrorizing women: Femicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 141.

¹⁶Ibidem.

violentos, expressos das mais diversas formas, da manipulação à agressão.¹⁷ Nesse sentido, “apesar do direito dos homens exercerem violência sobre as mulheres não ser mais explicitamente sancionado na maioria das sociedades ocidentais, a herança de leis antigas e práticas sociais amplamente aceitas continuam gerando condições que permitem a manutenção deste tipo de violência.”¹⁸ Essas relações complexas de proibições e permissões criam um espaço adequado para um tipo de dominação capaz de produzir práticas diárias de abusos contra mulheres.

Nesse sentido, a proibição de discussões críticas capazes de elucidar os conflitos de gênero existentes e o obscurantismo de proposições políticas que impedem desenvolvimento social de mulheres como pessoas e cidadãs, se relacionam diretamente com a violência física por elas experienciada, mesmo que isso não seja plenamente óbvio para o olhar distraído. Como Bourdieu expõe, há uma capacidade social de absorção e aceitação de situações de exploração como se elas fossem, de certa forma, admissíveis ou, até mesmo, naturais, isto é o que ele chama de *paradoxo da doxa*.¹⁹ A supremacia do masculino sobre o feminino se baseia, inicialmente, em uma simbologia incrustada no inconsciente histórico coletivo e o modo como essa superioridade é vivenciada é resultante de uma violência simbólica, suave, insensível e invisível, até mesmo para as próprias vítimas, por intermédio das vias de comunicação e transmissão de conhecimentos.²⁰ Porém, essa “sutileza” comunicativa está por detrás de séculos de opressão feminina e das justificativas da socialização de gênero que recorrem a meios violentos para reafirmar a reprodução de papéis sociais.

Para Saffioti, a sociedade dedica-se muito à naturalização deste processo de separação de papéis, fazendo com que as responsabilidades no espaço doméstico, visto como o local das mulheres por excelência, sejam encaradas como decorrentes de suas capacidades naturais de serem mães. Seguindo esta lógica, seria *natural* que as mulheres fossem devotas ao lar, espaço que compreende a criação, educação e

¹⁷Ibidem.

¹⁸Tradução livre de “while men’s legal right to exert violence against women is no longer explicitly sanctioned in most Western societies, the heritage of ancient laws and openly excepted social practices continue to generate conditions that allow for a general maintenance of that kind of violence”. Ibidem.

¹⁹BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014, p. 11.

²⁰Ibidem, p. 11-12.

provimento de afeto aos filhos, pois isto faz parte dos atributos que derivam do fato de darem luz às suas proles.²¹

Inclusive, segundo Bourdieu, no centro da dominação masculina encontra-se a naturalização dos papéis, possibilitada por uma inversão de causas e consequências. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, aparenta ser resultado da existência de talentos diferenciados entre homens e mulheres. Porém, a desigualdade empregada na socialização de homens e mulheres é justamente o que produz os “talentos” discrepantes. A permanência das mulheres em cenários “secundários” decorre de um *trabalho de eternização* desenvolvido, de maneira significativa, por diversas instituições, como a família, a Igreja e o Estado. Esse fenômeno explica e provoca a *des-historização* da visão androcêntrica, pois as estruturas de dominação são reproduzidas de maneira incessante pelas instituições, de modo que se empresta a errônea impressão de estarem desconectadas do contexto social,²² reforçando ainda mais a ideia de naturalidade dos papéis atribuídos às mulheres.²³

Disso provém a importância de se analisar como esses discursos e não-discursos (quando se proíbe ou se ignora as discussões sobre determinadas temáticas) advindos de perspectivas androcênticas, acabam por produzir um apagamento do feminino, silenciando suas vozes e seus discursos, suas necessidades e seus sofrimentos, em nome de uma ordem, supostamente, natural que as abandona. E isto se coloca como pressuposto para uma sociedade que, mesmo diante de um enorme número de feminicídios, ainda é capaz – muito recorrentemente – de avaliá-los como casos isolados, escamoteando o quadro sistemático de assassinatos de mulheres por razões que decorrem exclusivamente de suas posições sociais desprivilegiadas: serem mulheres.

²¹SAFFIOTI, Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 9.

²²BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*: A condição feminina e a violência simbólica. P. 11-12.

²³Uma anotação importante a ser feita diz respeito aos comentários realizados por Michael Burawoy a Bourdieu e à obra “Dominação Masculina”. Para Burawoy, tal obra deve ser criticada em relação ao silenciamento que impõe à Simone de Beauvoir, já que Bourdieu utilizou diversos dos pressupostos por ela inicialmente desenvolvidos, porém sem que fossem prestadas as devidas referências. A ela dedicou apenas uma nota de rodapé apontando-a como vítima inconsciente da dominação simbólica exercida por Sartre. Assim, Bourdieu teria consentido deliberadamente com a mesma dominação simbólica que ele mesmo denunciava. Porém, para efeito deste trabalho, *Dominação Masculina* foi importante ao frisar como a ordem social consegue se manter, de maneira até estável, mesmo com suas relações de dominação, privilégios e arbitrariedades. BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Trad. Ruy Gomes Braga Neto. Campinas: Unicamp, 2010, p. 132 e 133.

A respeito do abuso contra as mulheres nos Estados Unidos e a dificuldade de se encarar a situação como algo generalizado, Rebecca Solnit aduz que

Temos mais de 87.000 estupros nesse país todos os anos, mas cada um deles é retratado, invariavelmente, como incidente isolado, são pontos num mapa, mas tão próximos que já viram salpicos e vão formando uma mancha — mas quase ninguém une esses pontos, nem dá nome a essa mancha.²⁴

Não é que eu ande procurando incidentes: eles estão por toda parte no noticiário, embora ninguém nos conte e mostre que pode haver, de fato, um padrão se repetindo (...) existe um padrão de violência contra as mulheres que é amplo, profundo, terrível e com frequência ignorado.²⁵

Como se verá nos próximos capítulos, calar as vozes de mulheres gera efeitos desde a adoção de determinadas formas de produção de conhecimento, até o modo como enxergamos nossa história e criamos nossas políticas públicas. Nada disso é decorrente de uma natureza das coisas, mas, sim, resultado dos séculos de arbitrariedades aos quais as mulheres foram submetidas.

2.1 Silenciamento do feminino

Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido, ainda que silenciosamente.

O Conto da Aia – Margaret Atwood

O objetivo desse ponto e seus subitens é compreender como alguns aspectos do apagamento do feminino – epistemológico, histórico e político – contribuem para a banalização ou naturalização da violência contra as mulheres. O silenciamento das vozes femininas não só nos impede de enxergar os sofrimentos por elas enfrentados, mas também problemas que atingem a sociedade de maneira generalizada.

A título de reflexão, considerando que apenas cerca de 4% da população carcerária é feminina e o restante é masculina, não seria o gênero um fator extremamente relevante para análise e transformação de toda a realidade prisional? Homens e masculinidades possuem uma relação tão próxima com questão da criminalidade e da criminalização que muitas vezes falhamos em enxergá-la e ao agir

²⁴SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 53.

²⁵Ibidem, p. 32.

de maneira cega a respeito do gênero (tendo em mente que esse conceito deve dizer respeito tanto ao masculino, quanto ao feminino, e não apenas ao último), muitas pesquisas criminológicas têm mantido a ideia da neutralidade. A cegueira quanto ao gênero, nesse campo, tem sido tão ampla que os homens, como masculinidade, nunca (ou quase nunca) são objetos de investigação criminológica.²⁶ Assim, quando refletimos sobre as intersecções entre criminologia e gênero, não deveríamos somente nos preocupar com a questão das mulheres, sejam elas autoras ou vítimas de delito, como comumente ocorre, mas também pensarmos em como a socialização a partir de ideais de masculinidade ou feminilidade afetam os processos de criminalização.

Como consequência de não pensarmos sobre a socialização genderizada em todos os aspectos de nossas vidas, falha-se em trazer respostas sociais satisfatórias para as mulheres, mas também para o restante da sociedade. Falar sobre gênero e criminologia deveria fazer parte do repertório de todos os criminólogos e criminólogas, não como mera adição às suas pesquisas, mas como forma de compreender todo o panorama.

Uma história antiga serve como um paralelo perfeito para ilustrar essa situação. Cassandra é uma personagem da mitologia grega, filha do rei de Troia, que se torna capaz de ouvir os deuses, dom adquirido ao visitar o Templo do deus Apolo quando ainda era criança. Com o passar dos anos, tornou-se uma devota servidora deste deus e foi tão dedicada a esta função que ele próprio se apaixonou por ela e a ensinou os segredos da profecia. Cassandra torna-se, então, uma profetisa. Porém, em determinado momento, a moça nega-se a dormir com Apolo, o que o deixou enfurecido, lançando uma maldição sobre ela. Sua maldição era a de que ninguém iria acreditar nas profecias e previsões de Cassandra, jamais. Com isso, ela passa a ser considerada como louca pela população da cidade toda vez que anunciava futuras catástrofes, dentre elas a necessidade de se destruir o Cavalo de Troia. Como foi ignorada em seus anúncios, a cidade acabou sendo tomada pelos inimigos gregos. A falta de credibilidade na palavra dessa mulher, levou à queda toda uma população. A psicologia e a psicanálise utilizam essa história para explicar o que ficou conhecido

²⁶NGAIRE, Naffine. *Feminism and criminology*. Cambridge: Polity Press, 1997.

como *complexo de Cassandra* ou *maldição de Cassandra*, para pessoas que, apesar de dizerem a verdade, não são ouvidas ou não são consideradas dignas de confiança por terceiros.

Cláudia Mayorga, estudiosa da epistemologia feminista, defende que os discursos proferidos por mulheres são muitas vezes silenciados por falta de aderência social, confiabilidade. As vozes femininas são sumariamente ignoradas porque, por meio de uma filtragem androcêntrica, elas não são reconhecidas como legitimadas a falar (nem mesmo em prol dos próprios direitos).²⁷ Nesse influxo, ao discorrer sobre as vítimas de estupro e sua relação com o sistema de justiça criminal, a criminóloga Vera Regina Andrade afirma que este atua de acordo com uma diferenciação entre a mulher honesta (cujo comportamento sexual se encontra dentro de padrões definidos pelo senso histórico comum, como recato, maternidade, vida doméstica, etc.) e a mulher desonesta (que possui na figura da prostituta seu maior paradigma). Neste sentido, o primeiro tipo *pode* ser considerado vítima, enquanto o último tem seu testemunho constantemente posto em xeque ao longo do processo criminal. Porém, antes de tudo, em ambos os casos o autor do delito precisa ser levado em consideração, haja vista que ao depender de seu estereótipo (classe e raça), ele poderá ou não ser imunizado.²⁸

Andrade reforça que para as mulheres, a reputação sexual é tão determinante em um processo criminal, quanto a posição social é para os homens. Considerando que para os crimes de estupro o material probatório é visto como bastante frágil, pois geralmente ocorre em locais ermos, dentro de residências ou locais fechados e comumente conta apenas à palavra da ofendida. Por esse motivo, sua palavra torna-se de extrema relevância como meio de prova, porém como deve vir balizada de outros elementos probatórios, muitos juízes consideram a “vida pregressa” de uma mulher “não honesta” como algo que vai contra o seu testemunho. De acordo com a criminóloga, à vítima não é atribuída credibilidade quando esta não é considerada mulher honesta segundo a moral sexual vigente no sistema de justiça criminal.²⁹

²⁷MAYORGA, Cláudia. “A questão do aborto em tempos de cólera”. In: *Em debate*, v.3, n.2, mai. 2011, Belo Horizonte, p. 37.

²⁸ANDRADE, Vera Regina. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. Revista Sequência, nº 50, jul. 2005, p.71-102.

²⁹Ibidem, p. 93.

Tem sido reiteradamente posto em relevo a maneira como as demandas femininas são submetidas a um intensa “hermenêutica da suspeita”, do constrangimento e da humilhação ao longo do inquérito policial e do processo penal que vasculha a moralidade da vítima (para ver se é ou não uma vítima apropriada), sua resistência (para ver se é ou não uma vítima inocente), reticente a condenar somente pelo exclusivo testemunho da mulher (dúvidas acerca da sua credibilidade).³⁰

De fato, o judiciário criminal, um sistema de controle formal que funciona como *continuum* do controle informal (advindo de instituições como família, igreja e escola), também está contaminado pelas predisposições e preconceitos existentes em outros setores da sociedade. Assim, mulheres cujo comportamento sexual é socialmente contestado acabam encontrando diversos empecilhos para que consigam sensibilizar policiais, delegados, membros do Ministério Público e do judiciário. Porém, não são apenas elas. Nos últimos anos temos sido bombardeadas e bombardeados com informações sobre a falta de credibilidade de mulheres em situação de violência, mesmo aquelas que se encaixam – em maior ou menor medida – em um perfil de papel feminino tradicional.

Madge Porto e Francisco Costa, ao analisarem diversos julgados sobre violência doméstica, puderam traçar algumas representações do judiciário acerca do assunto. Para os autores, no que diz respeito à palavra das vítimas, é comum que a palavra do réu seja tomada como verdade, em detrimento da mulher, mesmo quando há provas materiais capazes de comprovar as versões delas. Na análise de um caso específico, Porto e Costa apontam que mesmo com a materialidade comprovada em exame de corpo de delito, o juiz, em sua sentença, considera as palavras da vítima como mera suposição. De modo que a mulher só volta a ser considerada como verdadeira porta-voz de si quando decidiu, em determinado momento do processo, suavizar os impactos da própria lesão sofrida, “talvez seja a tentativa implícita dos magistrados de manterem a estrutura familiar, atenuando a ação do homem e apoiando a resignação da mulher (...) Parece que, se a mulher minimiza a ação violenta, sua fala é acatada, ocorrendo o contrário quando faz uma acusação.”³¹

³⁰Ibidem.

³¹COSTA, Francisco; PORTO, Madge. *Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres*. Estudos de Psicologia. Campinas, vol. 2, n. 4, out.-dez., p. 479-489, 2010, p. 484. Disponível em: www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/06. Acesso em: 04/05/2018.

Recentemente, um caso chamou atenção da mídia estadunidense e também mundial: a acusação de Dra. Christine Ford contra Brett Kavanaugh, indicado por Donald Trump para a Suprema Corte dos Estados Unidos, em que ela alega ter sido abusada sexualmente por ele quando ainda eram adolescentes. À primeira vista, Ford se aproximaria do perfil da mulher honesta; professora de psicologia em Standford, casada há 16 anos, sem escândalos sexuais, mãe de dois filhos, branca e não pobre. Mesmo assim, foi seguidamente descreditada por diversos setores da sociedade norte-americana, por jornais e, finalmente, pelo Senado, responsável por interroga-la antes da aprovação de Kavanaugh para a Suprema Corte. Em uma das situações mais marcantes do caso, após Ford ter passado pelo teste do polígrafo, um ex-namorado dela informou ao Comitê Judiciário que já havia presenciado Ford, nos anos 90, ajudar uma colega a se preparar para um possível teste de polígrafo, haja vista seus conhecimentos sobre psicologia, o que diminuiria o lastro probatório do teste realizado nela. A colega aconselhada teria sido Monica L. McLean, antiga funcionária do F.B.I., porém, tanto Ford como McLean negaram tal alegação. A negativa de ambas as mulheres não foi suficiente para afastar, ou pelo menos, diminuir a percepção de verdade trazida pelo depoimento do ex-namorado.³²

Durante a oitiva de Kavanaugh, ele próprio foi capaz de demonstrar o que muitas intelectuais e militantes consideram como “privilégio masculino”, enfurecendo-se contra aqueles e aquelas que se atreveram a colocar-se entre ele e o assento que considerava ser seu por direito. Alegava que uma das senadoras democratas que se opunha à sua nomeação possuía problemas com bebidas, que havia uma conspiração de esquerda contra ele e que isso deveria ser uma vingança dos Clintons. Nenhuma dessas alegações veio embasada em qualquer prova, ele tampouco foi acusado de ser “louco” ou “histérico”, características comumente imputadas ao sexo feminino.³³ Pelo contrário, foi aceito como o novo membro da maior corte do país.

³²BAKER, Peter. *Christine Blasey Ford's credibility under new attack by Senate Republicans*. The New York Times. Publicado em: 03/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/BR6Pih>>. Acesso em: 03/10/2018.

³³FREEDLAND, Jonathan. *Kavanaugh has revealed the insidious force in global politics: toxic masculinity*. The Guardian. Publicado em: 29/09/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/8zyWdP>>. Acesso em: 04/10/2018.

Por histórias como essas, existe no centro da luta feminista não só a necessidade de buscar status legal para o crime de estupro (considerando até mesmo o estupro marital), violência doméstica ou assédio sexual, mas principalmente há a necessidade básica de dar voz e confiabilidade às mulheres, pois a credibilidade é o mínimo que precisam para tentarem sobreviver.

Mesmo para se conseguir uma ordem judicial de afastamento — uma ferramenta legal bastante nova — é exigida credibilidade para convencer os tribunais de que certo homem é uma ameaça (...) de qualquer maneira, muitas vezes a ordem de afastamento não funciona. A violência é uma maneira de silenciar as pessoas, de negar-lhes a voz e a credibilidade, de afirmar que o direito de alguém de controlar vale mais do que o direito delas de existir, de viver.³⁴

As mulheres são constantemente ensinadas, pelas mais diversas instituições, que não são testemunhas fidedignas de suas próprias vidas. Por isso, grande parte delas luta em duas frentes: uma é caracterizada pelo tópico em pauta em si mesmo; a outra é, tão somente, a disputa “pelo direito de falar, de ter ideias, de ser reconhecida como alguém que está de posse de fatos e verdades, que tem valor, que é um ser humano”.³⁵

A exclusão e apagamento social aos quais as mulheres costumam ser submetidas, como já colocado, decorre de um trabalho que as eterniza em posições secundárias, colocando-as fora das discussões que produzem conhecimento, fora do devir histórico, fora das agendas políticas, ou seja, as torna estranhas para si mesmas e para os outros. Sem narrativas que falem sobre as suas vidas, habitam realidades criadas não por elas, mas apesar delas.

2.1.1 Apagamento epistemológico

Éramos as pessoas que não estavam nos jornais. Vivíamos nos espaços em branco não preenchidos nas margens da matéria impressa.

³⁴SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 17.

³⁵Ibidem, p. 18.

Em toda e qualquer sociedade, a forma pela qual um discurso é produzido é controlada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por finalidade manipular seus poderes e perigos, de forma a minimizar ou potencializar seus possíveis efeitos.³⁶ Para Foucault as mudanças epistemológicas não se verificam apenas do ponto de vista da teoria, mas estão também relacionadas a certos tipos de práticas de poder – que geralmente se incorporam às instituições com a finalidade de veicular seus efeitos.

O discurso acaba sendo (também) resultado de diversas disputas e debates travados entre os indivíduos, dentro da lógica da relação de poderes, e tem como uma das principais finalidades legitimar as perspectivas e interesses daqueles que o promovem. Ao fim e ao cabo, as relações de poder existentes dentro de um local estabelecem a busca por um conhecimento específico que dará embasamento filosófico, político, prático, etc. a determinadas visões de mundo. Em cada sociedade seremos capazes de encontrar regimes epistemológicos específicos que sancionam aquilo que será encarado ou não como uma verdade discursiva. Assim sendo, segundo Foucault,

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.³⁷

É justamente a partir dessa noção de produção artificial daquilo que se considera como verdade que os movimentos de mulheres iniciaram uma tentativa de desconstrução de diversas verdades sancionadas dentro de um sistema patriarcal, desde a produção artificial dos papéis desempenhados pelo feminino e pelo masculino, até a exclusão das mulheres do ponto de vista da produção de conhecimento.

³⁶FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁷Idem, p. 12.

A questão da inexistência de uma aderência social aos discursos proferidos por mulheres, trazida por Cláudia Mayorga, parece central e pode ser pensada também a partir da teoria foucaultiana. Para ele, uma das formas de controle do discurso se dá por meio de regras específicas impostas aos indivíduos que se pronunciam e que desembocam em uma rarefação de sujeitos. Ou seja, não é possível que alguém adentre a ordem do discurso sem que se preencham determinadas exigências.³⁸ Isso faz com que nem todas as pessoas sejam consideradas como aptas ao exercício discursivo.

o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, as circunstâncias, e todo um conjunto de signos que acompanham um discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem e os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, singularidades e papéis preestabelecidos.³⁹

Nesse sentido, ao percebermos que ao longo da história as mulheres foram relegadas aos espaços privados, sendo mantidas longe da arena acadêmica e política, faz todo sentido que haja grandes dificuldades para que adentrem a “ordem do discurso” em disputas pelo poder de dizer algo. Tendo essas reflexões como pano de fundo ficam mais claramente expostas as críticas realizadas pelos movimentos feministas às epistemologias mais tradicionais, em especial à epistemologia positivista. Principalmente, porque uma grande parcela das proposições epistemológicas do positivismo filosófico de Auguste Comte agregou-se aos pilares da ciência moderna, mesmo que muitas vezes essas influências estejam implícitas nas análises das “ciências humanas”.

De acordo com Michael Löwy, há uma tentativa de homogeneidade epistemológica entre as ciências naturais e sociais, pois seus objetos são encarados como possuidores das mesmas idiossincrasias, de modo que se exige que o cientista social utilize os mesmos métodos de pesquisa empregados para o estudo de fenômenos naturais. Além disso, há semelhanças na forma de aproximação do

³⁸FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009, p. 36-37.

³⁹Ibidem, p. 39.

conhecimento, ou seja, no modo de captar o objeto.⁴⁰ Pois, para que se alcance a neutralidade científica seria necessário o afastamento radical entre sujeito e objeto e, assim, ignora-se quem é o cientista, suas paixões e preconceitos, gênero e posição social. Conceber o conhecimento dessa forma, supostamente, tornaria possível a produção de ciências sociais afastadas dos domínios das ponderações sociais, sem qualquer interferência dos valores vigentes na sociedade na qual os objetos em análise encontram-se inseridos. Inclusive, Löwy argumenta que o positivismo Comtiano é alimentado por pressupostos ideológicos conservadores ou contrarrevolucionários evidentes, em que se defende o *status quo* de uma sociedade que, segundo Comte, não desejaria ter suas leis sociais transformadas, mas, sim, conservadas, tal qual ocorre com as leis da natureza.⁴¹

Os estudos de matriz feminista, desde suas origens, se apresentam como uma forma de oposição à tradição científico-positivista que procura estabelecer uma verdade absoluta “a partir de uma concepção de ciência marcada, de um lado, pela neutralidade e, de outro, por uma metodologia imune às influências sociais”.⁴² Como traz a filósofa Susan Bordo, tais concepções de racionalidade e objetividade, características essenciais da dita neutralidade científica, foram desenvolvidas em associação à ideia de masculinidade. Assim, a epistemologia dominante no cerne do positivismo possui marcas de gênero significativas.⁴³

Os debates sobre a supremacia masculina, nas sociedades contemporâneas, abriram portas para que se questionassem as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo político, tais como as noções de indivíduo, espaço público, igualdade, democracia, etc.,⁴⁴ o que será melhor debatido um pouco adiante. Principalmente, a partir da década de 70, o feminismo engrossou as águas de uma ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado de correntes como a psicanálise, a hermenêutica e a teoria marxista, que buscavam atacar o caráter

⁴⁰LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 9-10.

⁴¹Ibidem, p. 10.

⁴²MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 84.

⁴³BORDO, Susan. *The flight to objectivity: essays on cartesianism and culture*. Albany: Suny Press, 1990.

⁴⁴MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. (orgs) *In: Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17.

particular de categorias dominantes.⁴⁵ Feministas têm expandido a noção daquilo que se julga como ciência, a fim de incluir formas de compreensão das necessidades humanas – e da natureza – que nem sempre foram consideradas como científicas.⁴⁶

Ao pensar sobre o papel da mulher nas ciências naturais, por exemplo, Londa Schiebinger põe em pauta a importância das mulheres indígenas. De acordo com a autora, da Índia à América-Latina, as mulheres indígenas em muito contribuíram para o desenvolvimento da agricultura e manejo de florestas, já que em muitas culturas elas são responsáveis pela produção de alimentos. Uma amostra desse conhecimento vem das mulheres indígenas dos Andes, onde, por séculos, as mulheres *quéchuas* criaram e preservaram as batatas e suas sementes. Isso é algo extremamente relevante, pois se consideramos que as espigas de milho costumavam ser bem minúsculas e finas como um lápis, as batatas selvagens utilizadas por essas mulheres são igualmente irreconhecíveis para os padrões “modernos” do que seria uma batata.⁴⁷

As guardiãs de sementes atuais são repositórios de conhecimento agrônomo e fisiológico sobre raízes e tubérculos andinos. Elas se reúnem, anualmente, para trocar produtos, encontrar novas sementes e compartilhar conhecimento sobre produção, conservação e uso. Uma *semillera* experiente pode distinguir dezenas de variedades de batatas e sabe sobre seu tempo de maturação, rendimento, suscetibilidade a doenças, propriedades de cozimento, perecibilidade e afins. Uma mulher pode administrar até cinquenta e seis variedades de batatas e outros tubérculos.⁴⁸

Porém, o conhecimento produzido por mulheres é geralmente desvalorizado, sendo constantemente consideradas como receptáculos de saberes, ao invés de produtoras deles.⁴⁹

⁴⁵RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

⁴⁶SCHIEBINGER, Londa L. *Has feminism changed Science?* Cambridge: University Press, 1999, p. 15.

⁴⁷Ibidem, p. 43.

⁴⁸Traduzido de: Present-day seed custodians are repositories of agronomic and physiological knowledge concerning Andean roots and tubers. They meet annually to ex-change produce, find new seeds, and share knowledge about production, conservation, and use. An experienced *semillera* can distinguish dozens of varieties of potatoes and knows about their time of maturation, yield, disease susceptibility, cooking properties, perishability, and the like. One woman may manage up to fifty-six varieties of potatoes and other tubers. SCHIEBINGER, Londa L. *Has feminism changed Science?* Cambridge: University Press, 1999, p. 43.

⁴⁹Ibidem, p. 15.

O silenciamento epistemológico feminino, nas mais diversas áreas do conhecimento, possui raízes profundas, de modo, que não é de se surpreender que o meio acadêmico tem sido um local de silenciamento não só das mulheres, mas também das estudiosas das relações de gênero. Isso porque, elas não costumam ser encaradas como autoras críticas da cultura moderna ao desafiarem as noções de natureza humana, as regras da razão científica ou as fronteiras da identidade, mas, comumente, têm suas produções delimitadas ao campo (muitas vezes tido como dispensável) dos “estudos de gênero”. Fazendo referência à Simone de Beauvoir, Bordo defende que existe um importante mapa conceitual que limita a potencialidade dos estudos feministas, não importando o alcance dos seus trabalhos, à região do “Outro”. De modo que essas teóricas muitas vezes são apreciadas apenas na medida do seu local de “diferença”, de “periferia”, de “não essencialidade”, ou seja, aquilo que é adicional ao conhecimento percebido como “principal”.⁵⁰

De acordo com Sandra Harding, as teóricas feministas argumentam que as pesquisas sociais tradicionais baseiam suas análises apenas nas experiências masculinas, ou seja, as ciências sociais tradicionais geralmente levantam questionamentos sobre a realidade na medida em que ela aparece como problemática de acordo com a perspectiva dos homens (que não raro, também são brancos e ocidentais). O que gera uma consequência lógica: somente foram realizadas perguntas que os homens precisavam e gostariam que fossem respondidas (“como os “humanos” podem alcançar maior autonomia?”; “como enfrentar a questão do estupro sem abalar os padrões da masculinidade?”, etc.). Por outro lado, as mulheres experienciam outros tipos de fenômenos sociais e acreditam que eles precisam de respostas.⁵¹

A reflexão sobre como um fenômeno social acaba sendo taxado como uma situação que demanda explicação (e solução) revela, claramente, que não existem problemas sem indivíduos (ou grupos de indivíduos), quer dizer, um problema só é assim definido quando é um problema para alguém. As teóricas feministas, portanto, desafiam o olhar científico tradicional ao revelar que os questionamentos feitos e,

⁵⁰BORDO, Susan. *A feminista como o outro* (1999). Revista de Estudos Feministas, UFSC, Santa Catarina, v.8, n.1, 1º semestre, 2000, p. 11-12.

⁵¹HARDING, Sandra (org.). *Feminism and methodology*. Indiana University Press: 1987, p. 06.

principalmente, os não feitos, são determinantes para as respostas que poderão ser encontradas. Definir o que precisa de explicação apenas do ponto de vista das experiências masculinas nos leva a um conhecimento parcial e até mesmo perverso da vida social. Por esse motivo, a incorporação de análises sobre as experiências das mulheres, como uma das principais características distintivas dos estudos feministas, faz com que tais dados também sejam reveladores da realidade social, contra a qual as hipóteses levantadas pelos estudiosos e estudiosas também devam ser confrontadas.⁵²

O que aparece como uma consequência da exposição de problemas feita por mulheres é que as pesquisas passam a ser feitas *para* elas, ou seja, busca-se responder perguntas que as mulheres precisam e querem que sejam respondidas. Tanto o ponto sobre as experiências das mulheres quanto o ponto sobre as pesquisas serem voltadas para os interesses das mesmas são colocados por Harding como exemplos de características que distinguem as análises feministas das demais. Isso não quer dizer que a autora defenda a existência de um método de análise feminista propriamente dito, mas apenas que esses dois aspectos exemplificativos podem ser utilizados como ferramentas metodológicas para aplicar a estrutura científica “mais geral” às mulheres e ao gênero. Ainda, também podem ser utilizados como ferramentas epistemológicas, pois implicam teorias do conhecimento que se diferem das demais. Assim, a discussão central não é, para ela, a existência ou não de um método feminista de se fazer pesquisa, pois isso de certa forma ofuscaria as discussões sobre o que há de mais interessante e inovador nos trabalhos feministas.⁵³

Mesmo que os movimentos feministas tenham se nutrido, também, do desenvolvimento científico, as críticas realizadas por eles permitiram o desenvolvimento científico, filosófico, sociológico, etc. As feministas acadêmicas e militantes criaram imbróglis epistemológicos, apontaram novas questões para as ciências e para as humanidades, repensaram velhos problemas e criaram novos mecanismos de análises da realidade, de suas representações e dos discursos sobre

⁵²Ibidem, p. 06-07.

⁵³Ibidem, p. 08.

ela.⁵⁴ Como coloca Eleonora Menicucci Oliveira, as pesquisadoras feministas, de um modo geral, não pretendem provar que as mulheres podem fazer ciência da mesma forma que os homens, mas sim questionar esta forma tradicional, utilizando metodologias diversas e compreendendo os fenômenos a partir da diversidade e complexidade emanadas por eles. Além de considerar a intencionalidade não só do objeto, mas também do observador ou observadora, transformando as emoções banidas do pensamento científico em categorias explicativas de análise.⁵⁵

Em conclusão, é possível perceber a partir das defesas aqui colocadas que a cultura na qual estamos inseridos e inseridas não, necessariamente, determina a realidade, mas é capaz de nos fazer enxergar-lá de maneiras específicas. Assim, amplia conceitualmente um conjunto de semelhanças e diferenças, enquanto outros conjuntos são obscurecidos, ou guia o desenvolvimento de instrumentos que trazem certos objetos à vista, enquanto outros permanecem ocultos. Assim, ao indicarmos a existência de uma política de gênero nas ciências é possível ampliarmos o processo de crítica contínua que deve fazer parte de seu aperfeiçoamento.⁵⁶ Assim, nos dois pontos seguintes, analisaremos como essa forma de (não) encarar a questão de gênero afetou dois campos distintos, porém, interligados: a história e a política.

2.1.2 Apagamento histórico

O tempo não parou. Ele correu sobre mim como água, me arrastou e me apagou como água, como se eu nada mais fosse que uma mulher de areia, deixada por uma criança descuidada perto demais da água do mar.

Margaret Atwood – O Conto da Aia

[...] prossegui no pensamento pelas ruas de Londres, sentindo na imaginação a pressão da mudez, o acúmulo da vida sem registro.

Virginia Woolf – Um Teto Todo Seu.

⁵⁴LAGARDE, Marcela. *El feminismo en mi vida: Claves, hitos y topías*. Cidade do México: INMujeres/DF, 2012, p. 306.

⁵⁵OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. *O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 16, n. 1, jan.-abr., 2008, p. 240.

⁵⁶SCHIEBINGER, Londa L. *Has feminism changed Science?* Cambridge: University Press, 1999, p. 30.

A historiadora Michelle Perrot nos mostra que o que faz a história é o olhar sobre ela e que diante do “coração de qualquer relato histórico, há vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo”.⁵⁷ De acordo com ela, é no século XIX que as vozes femininas começam aos poucos a serem ouvidas, fortalecendo-se com o passar das décadas. No entanto, ainda subsiste o que ela chama de oceano de silêncio e que está relacionado à partilha desigual dos traços, da memória e da história. A história, durante um longo tempo, ignorou as mulheres como se, por estarem fadadas ao anonimato da reprodução, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento.⁵⁸

O silêncio foi imposto às mulheres, ao longo de vários séculos, tanto pelas religiões quanto por sistemas políticos e manuais de etiqueta. Mesmo que não estejam sozinhas nas regras de silenciamento (pois existem continentes inteiros aos quais historiografia faz vista grossa), ele pesa mais fortemente sobre elas. Isto porque, há uma “violência diferencial”⁵⁹ entre os sexos que tende a estruturar o passado das sociedades, fazendo com que as referências relativas às mulheres sejam deficientes, o que, conseqüentemente, prejudica a sua apreensão no tempo, ainda que isto possa variar de acordo com o momento histórico. Uma das razões para que essa apreensão temporal seja ainda mais difícil diz respeito ao fato de que as mulheres, historicamente, aparecem menos nos espaços públicos, locais de maior concentração de narrativas. Delas, se fala muito pouco, ainda menos se o sujeito que relata for um homem cujo conformismo com a ausência do feminino é algo tido como um dado inquestionável, fazendo-o utilizar-se, portanto, de um masculino universal e de estereótipos globalizantes.⁶⁰

Foi também o século XIX o momento histórico em que, além da promoção da história a um saber científico, reforçando seu caráter de masculinidade, o público e privado foram separados de maneira mais clara. Mesmo que essa divisão não corresponda exatamente à divisão dos sexos, o espaço público – econômico e político

⁵⁷PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 14.

⁵⁸Ibidem, p. 09.

⁵⁹Termo utilizado por François Héritier e empregado por Michelle Perrot nesse contexto.

⁶⁰Ibidem, p. 09-11.

– é, geralmente, destinado aos homens e é o mundo que realmente possui visibilidade. As formas pelas quais a história faz seus registros são decorrentes de uma seleção que prioriza o público em detrimento do privado, considerando o primeiro como o único local onde o poder público deve intervir e, também, onde se encontram os valores sociais tidos como mais relevantes.⁶¹ Assim, o espaço doméstico é considerado como um local do foro íntimo, em que não incide considerações públicas, nele deve imperar as regras definidas por cada “chefe de família”, de modo que o silêncio imposto pelas quatro paredes, ainda hoje, se coloca como cúmplice da violência sofrida por mulheres e crianças. Assim, a dificuldade de se historicizar a vida das mulheres passa por apagamento de traços tanto públicos quanto privados.

Perrot também menciona outro fator que contribui para obscurecer a história das mulheres: a produção de estatísticas para a análise de fenômenos históricos, pois normalmente são “assexuadas”. Há dificuldade de pesquisa de dados tanto nos livros de história quanto em arquivos públicos, porque a própria linguagem adotada não deixa claro a que sexo eles se referem.

O recenseamento dos foros, durante o Antigo Regime, ou o das famílias, no século 19, repousa no chefe de família. As estatísticas agrícolas enumeram os “chefes de exploração” sem detalhar o sexo, que se supõe obrigatoriamente masculinos, como o dos “trabalhadores diaristas”, entre os quais havia tantas serventes. As mulheres de agricultores ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, e seu trabalho confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, tornando-se assim invisível. Em suma, as mulheres não “contaram”. E existe aí muito mais do que simples inadvertência. Ainda hoje, nos ministérios, é preciso insistir para que as estatísticas sejam sexuadas (...) conseqüentemente, os arquivos de polícia e justiça, infinitamente preciosos para o conhecimento do povo, homens e mulheres, devem ser analisados até na forma sexuada de seu abastecimento.⁶²

Na década de 60 e 70 do século passado, no mesmo influxo em que se pautaram as teóricas feministas, “pós-estruturalistas”, correntes da psicanálise, etc., a forma positivista de se fazer história também começou a ser questionada. Fatores científicos, sociológicos e políticos concorreram para que aos poucos as críticas sobre a falsa neutralidade da história fossem incorporadas à produção desse saber. A “História das Migalhas”, nome geralmente dado à segunda fase da Escola dos

⁶¹Ibidem, p. 34.

⁶²Ibidem, p. 11-12.

Annales, passou a considerar a importância da inovação e reflexão sobre novas temáticas e novos sujeitos históricos; como as mulheres, as crianças, a loucura e a sexualidade. Além disso, o acesso das mulheres às universidades, primeiro como público e depois como professoras, também influenciou no desenvolvimento de novos questionamentos e expectativas sobre as pesquisas realizadas.⁶³

Diante dos “oceanos de silêncio”, da dificuldade de acesso às fontes primárias, da pouca conservação de informações obtidas em registros públicos, de estatísticas sem informações acerca dos gêneros, a reconstrução da história das mulheres mostra-se como um grande desafio. Para situá-las no tempo, no evento, recuperando suas vivências e contribuições, o feminismo tem posto grandes interrogações sobre o caminhar histórico das mulheres. A fim de torná-las visíveis, acumulam-se dados e instituem-se lugares de memória e, na falta de produção escrita sobre elas, tem-se recorrido ao testemunho oral das mulheres, inclusive sobre acontecimentos encarados como parte da esfera pública.⁶⁴ Muito comumente, até hoje, a história das mulheres é somente verbal.

É justamente nessa tentativa de resgate da história oral das mulheres que pode ser encarada a obra “A guerra não tem rosto de mulher”, da escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch, vencedora do Nobel de Literatura, em 2015. Este seu trabalho é um documento histórico valioso por trazer uma perspectiva completamente diversa da Segunda Guerra Mundial que, ao ser narrada pelo feminino, mostra um outro olhar sobre os campos de batalha, sobre a força da mulher e sobre a exclusão sistemática de suas presenças, até mesmo quando elas fazem parte dos momentos de ápice da narrativa histórica tradicional: as guerras.

Foi escrito por homens e sobre homens, isso ficou claro na hora. Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no front estão caladas.⁶⁵

Normalmente, as guerras são narradas por meio da palavra dos homens, vangloriando-se de suas medalhas e lamentando seus mortos. Às mulheres, nessas

⁶³Ibidem, p. 16-17.

⁶⁴Ibidem, p. 40.

⁶⁵ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 05.

histórias, são dedicadas as linhas sobre manterem-se em suas casas cuidando dos filhos pequenos e, nos casos mais drásticos, por serem responsáveis pela manutenção de parte da economia do país durante períodos muito turbulentos. Aleksiévitich mostra que durante a Segunda Guerra Mundial, para as mulheres da União Soviética, a realidade não era bem assim. Um contingente grande de mulheres foi enviado para o campo de batalha e muitas delas ainda eram meninas de apenas 16 anos. Elas eram colocadas nos mais diversos cargos, desde enfermeiras, lavadeiras e cozinheiras, até tanquistas, atiradoras, pilotas e mecânicas. Além do sujeito que conta a história ser diferente do comum – mulher –, a multiplicidade de funções exercidas por elas também enriquece a narrativa, complexificando e trazendo mais pontos de reflexão para tal evento. A autora aponta que os relatos femininos surpreendem, pois não falam sobre aquilo que estamos acostumados e acostumadas, por exemplo, “como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas”.⁶⁶

O livro, composto por dezenas de pequenos relatos, possui contos de dor, de amor, de sofrimento e, até mesmo, pequenas alegrias. Porém, como não podia deixar de ser, é todo recortado pelos modos como a estrutura sexista da sociedade operava neste espaço tão particular. Desde o preconceito que elas sofriam por superiores e colegas de trabalho, em que colocavam em dúvidas suas condições mentais e físicas para estarem naquele espaço.⁶⁷ Até mesmo do restante da sociedade, considerando-as como “putas” por estarem em um local dominado por homens. Os preconceitos gerados fizeram-nas seguir alguns caminhos comuns como, por exemplo, ao final da guerra, várias delas decidiram omitir suas participações na mesma, justamente, para evitar estigmas sociais que pusessem em xeque suas reputações. Isto redundou em muita solidão para as soldadas, pois os sentimentos advindos dos traumas vividos não podiam ser elaborados por intermédio de suas falas e foram deixados em silêncio por muitas décadas, até a visita de Svetlana Aleksiévitich.

⁶⁶Ibidem, p. 06.

⁶⁷Interessante notar que, segundo os relatos, nem mesmo a diferença física entre homens e mulheres era tão gritante na guerra, haja vista que meninas jovens e miúdas eram capazes de carregar homens feridos, com todos os seus equipamentos (uniforme, botas, armas, etc.), para fora dos campos de batalha.

Pensar a partir de outras perspectivas de uma mesma história, ouvir as vozes das mulheres, mesmo que em relatos individuais, é muito mais do que um exercício de empatia, é uma forma de se alterar a forma de produzirmos o conhecimento, como mencionado no ponto anterior. Pois, é justamente não perdendo de vista a importância de experiências particulares – que desembocam em fenômenos coletivos – que o conhecimento feminista pôde se opor aos esquemas abstratos e excludentes do positivismo masculinamente universalizante.

De acordo com a historiadora Margareth Rago, no Brasil do século XVIII e XIX, vez ou outra, aparecia uma mulher, amedrontada, sem voz, empalidecida, sob o jugo de um patriarca violento e proprietário de grandes terras. Porém, graças ao feminismo, nas últimas décadas, a história tem se preocupado com esses “novos” sujeitos, suas narrativas e perspectivas. Nos anos 30 do século passado, Gilberto Freyre deu relevante espaço para mulheres em suas obras, algo que até aquele momento não era tão recorrente, porém, ainda, acabava as confinando em posições sem autonomia, com poucos pensamentos refinados e completamente submetidas aos senhores de engenho.⁶⁸

O livro “A História das Mulheres no Brasil” organizado por Mary Del Priori, publicado pela primeira vez em 1997, é uma demonstração de como a partir da década de 80, no Brasil, vários assuntos que circundam o universo feminino ganharam espaço na produção historiográfica. Temas como trabalho, corpo, sexualidade, pobreza, maternidade compulsória, aborto, loucura não só estavam presentes nessa obra, mas também passaram a ser debatidos em círculos sociais cada vez mais amplos e, aos poucos, passaram a ser objeto até mesmo de estudos e produções acadêmicas.⁶⁹

No que se refere ao feminicídio, o maior exemplo de silenciamento absoluto, o resultado *morte* talvez explique parte da dificuldade em compreendê-lo como um fenômeno histórico, recorrente e sistêmico. Ainda hoje, a própria conceituação do feminicídio não é algo simples de se produzir e parte desse embaraço decorre, justamente, do fato de que não há sobreviventes do mesmo, tudo que possuímos são as vozes das testemunhas, familiares, amigos e amigas, colegas de trabalho, etc., que

⁶⁸RAGO, Margareth. *Feminismos e história: um encontro com o passado*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, junho, 2011, p.1

⁶⁹DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

emprestam suas vozes às vítimas.⁷⁰ E, como vimos, os testemunhos se colocam como parte essencial da produção feminista, tanto como ferramenta de análise e como de exposição de problemas.

Séculos de exclusão das mulheres do ponto de vista da produção do conhecimento (como sujeito e objeto de análise) e de ausência feminina na retratação da história se relacionam com as dificuldades enfrentadas por elas para que tenham acesso ao espaço e à agenda política. O próximo ponto tem como objetivo ajudar-nos a pensar como esses tipos de opressão contra as mulheres geram impactos na formulação de políticas públicas capazes de enfrentar determinadas violências sofridas por elas, tanto no espaço público como no privado.

2.1.3 Exclusão da política

Quero qualquer coisa que quebre a monotonia, que subverta a ordem respeitável percebida das coisas.

Margaret Atwood – O Conto da Aia

Quando pensamos sobre a teoria política feminista, nos deparamos com correntes bastante diversificadas, mas que partem das desigualdades de gênero para compreender a forma pela qual nos organizamos como sociedade. Por meio dessas análises, na mesma toada das críticas epistemológicas e históricas que ganharam força nas décadas de 60 e 70, a teoria política feminista foi capaz de identificar alguns dos limites das instituições e normas vigentes. Essas instituições democráticas, pautadas em sua grande maioria por ideais liberais, a despeito de possuírem discursos de isonomia e justiça, em larga medida continuam naturalizando assimetrias e hierarquias entre diferentes grupos de indivíduos. O feminismo, nessa seara do conhecimento, também foi capaz de demonstrar os limites da própria teoria política quando esta faz vistas grossas aos impactos das relações de gênero para aquilo que é considerado ou não como “política”, em especial, por meio da aceitação acrítica da separação entre a esfera pública e a privada. Como coloca Luis Felipe Miguel e Flávia

⁷⁰BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. *Terrorizing women: Femicide in the Americas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 12.

Biroli, toda teoria feminista pode ser considerada como “política”, uma vez que na própria fundação dos movimentos feministas está a compreensão de que a política convencional era muito limitada e limitadora para as mulheres (impedindo-as de votarem e de serem votadas, por exemplo). Assim, a história, a antropologia, a psicologia feministas, entre outras disciplinas, possuem inegável caráter político e contribuem para a compreensão da dinâmica política real.⁷¹

Deste modo, pensar sobre a separação entre as esferas pública e privada faz parte de uma reflexão comum para as teóricas políticas feministas e para tantas outras áreas do conhecimento. Isto porque, compreender as relações de poder da vida cotidiana, que estão excluídas de grande parte dos problemas postos pela teoria política, permite assimilar aquilo que deve ser considerado como fundamental para a definição de política traçada pelas teóricas feministas.⁷²

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas - ou “patriarcado”, como preferem algumas - abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relevando questões trazidas pela teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise.⁷³

É, particularmente, a relação entre a submissão da mulher na vida privada e sua exclusão da vida pública a base de construção de muitas das teorias feministas. O esforço em compreender que a separação entre o público e o privado, tanto no pensamento político quanto em suas normas, possui caráter historicamente localizado, permite contestar a naturalidade dessa divisão. Além disso, também permite questionar princípios como a igualdade e a liberdade (dentre outros valores liberais) supostamente presentes no espaço público, haja vista que esta separação atinge de maneiras bastante diferentes homens e mulheres. Esta dualidade nos traz uma visão muito limitada da política, pois sob o manto da universalidade na esfera pública, acaba por marginalizar certas questões e experiências típicas da esfera

⁷¹BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. “Introdução”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 17.

⁷²Ibidem, p. 13.

⁷³MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 17.

privada. Quando nos deparamos com as exclusões que estão implicadas na conformação da esfera pública tal qual conhecemos, podemos perceber que não reinam sobre ela valores realmente universais, mas, sim, valores definidos historicamente com base no ponto de vista de alguns indivíduos, enquanto outros (e outras) permaneceram nas sombras. Silvia Federici defende que as diversas formas de silenciamento das mulheres fizeram com que, até os dias de hoje, elas fossem excluídas dos locais onde as decisões são tomadas, sendo privadas da possibilidade de definirem suas próprias experiências, além de serem submetidas a cooperarem com os retratos misóginos que os homens pintaram delas.⁷⁴

A proeminência de uma esfera pública supostamente homogênea, acaba silenciando a presença de grupos conflitivos, além de restringir aquilo que pode ser contestado na arena pública, tendo em vista que algumas demandas dizem respeito apenas ao que se considera como conteúdo do universo privado e, portanto, não são encaradas como reivindicações legítimas para o espaço público.⁷⁵ Assim, quando as teorias da justiça ou da democracia, ao pensarem sobre o exercício da autonomia, por exemplo, ignoram as questões da vida doméstica, acabam silenciando a respeito das influências que as hierarquias de gênero exercem em diferentes setores da vida. Esse obscurecimento da dominação masculina dentro da vida privada e o não dimensionamento desse impacto na vida pública acabam funcionando como uma maneira de limitar as discussões travadas nesta última, além de produzir uma realidade capaz de justificar as coisas tal como são.

Como Flávia Biroli muito claramente demonstra, dentro das relações familiares, diante da distribuição desigual dos papéis, os estímulos também são distribuídos de formas distintas, reforçando a autonomia masculina e a obediência e subordinação feminina. Desse modo, a maneira pela qual a vida privada se constitui acaba criando barreiras para a participação paritária de homens e mulheres na vida pública, consequentemente, as questões consideradas como relevantes do ponto de vista da

⁷⁴FEDERICI, Silvia. *Witches, witch-hunting and women*. Oakland: PM Press, 2018, p. 42.

⁷⁵BIROLI, Flávia. "O público e o privado". In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 31.

experiência feminina possuem menor visibilidade na agenda política e nos debates públicos.⁷⁶

Ademais, mesmo quando há certa inclusão das mulheres na política ou nos discursos políticos isso tem ocorrido de forma questionável, comumente reforçando os papéis de gênero socialmente concebidos, como na declaração realizada pelo presidente Michel Temer no Dia da Mulher em 2018.

Na economia, também a mulher tem grande participação. Ninguém é mais capaz de indicar os desajustes de preço no supermercado do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico (...) Com a recessão indo embora, volta o crescimento, volta o emprego. Hoje, graças a Deus, as mulheres têm possibilidade de empregabilidade que não tinham no ano passado. Com a queda da inflação, dos juros, significa que também, além de cuidar dos afazeres domésticos, terá um caminho cada vez mais longo para o emprego.

A reflexão sobre o que a política pode fazer pelas mulheres, como a questão da empregabilidade, neste caso, não vem acompanhada de um debate adequado acerca dos menores salários, da dupla (ou tripla) jornada de trabalho ou do acesso facilitado à creches, mas serve, principalmente, para reforçar estereótipos de gênero (como a maternidade compulsória e a vinculação ao lar). Este tipo de discurso ainda tem espaço em nossa sociedade, não só pelos séculos de reiteração de seu conteúdo, mas também pela falta de representatividade das mulheres em todos os níveis do poder legislativo.

Mesmo que a eleição de uma mulher para um cargo de poder não seja uma garantia de que ela irá levar à frente a agenda feminista, a sub-representação nesse setor é uma forma de manter a separação do público e do privado, reforçando a visão de que mulheres não possuem aptidão política e, portanto, dispõem de pouca legitimidade discursiva nesse campo. Apesar do aumento do número de mulheres eleitas no último pleito, fato que merece ser muito comemorado, elas representam, ainda, apenas 15% dos assentos do Congresso Nacional, mesmo constituindo 52% do eleitorado brasileiro.⁷⁷ Assim, abandonado os preconceitos que colocavam as mulheres como menos interessadas em política, é necessário que consideremos o

⁷⁶BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 62-77.

⁷⁷BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro*. Publicado em: 06/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2ENY4Df>>. Acesso em: 11/11/2018.

porquê de elas continuarem sendo sub-representadas em todos os setores da política no país.⁷⁸

O Brasil possui altos índices de violência física e sexual contra mulheres e muitas dessas situações ocorrem dentro do ambiente doméstico, de modo que isto deve ser considerado como uma variável relevante ao verificarmos os efeitos causados em suas vidas e no exercício de suas autonomias, pois gera, sem dúvidas, uma limitação das oportunidades a elas disponíveis. Nesse sentido, a manutenção da esfera privada alheia à intervenção estatal, comumente em nome da “privacidade”, indiferente às normas e valores vigentes na esfera pública, em grande medida, traduz-se como uma conservação da dominação masculina que mina a autonomia feminina. Para a manutenção da sacralidade familiar, ao longo dos séculos, a integridade psicofísica de mulheres e crianças têm sido comprometidas. A busca de privacidade, por meio da separação das esferas, frequentemente, serve para impedir a proteção das pessoas mais vulneráveis, bem como encobre as relações existentes entre os papéis e posições de poder. A partir das teorias feministas, analisar criticamente essas posições de poder no âmbito doméstico é essencial para a compreensão dos impactos políticos dos arranjos privados.⁷⁹

A criação da lei Maria da Penha foi uma das formas pelas quais a questão da violência contra a mulher foi retirada da reclusão do lar e exposta como um problema social, jurídico e, portanto, político. O que, em certa medida, demonstrou a necessidade incontornável da intervenção do Estado no espaço doméstico, a fim de garantir uma vida mais segura para mulheres e meninas. Mesmo que não se ignore os limites e perversões do uso do direito penal, também não se pode deixar de lado a importância da retirada desse problema da marginalidade. A negação de politização para a violência que ocorre em diversos lares, muito antes de proteger a privacidade e a definição de identidades e sexualidades, tem funcionado como uma forma de preservar condutas que mantém a dominação de homens sobre mulheres em casa e em quase todos os outros espaços da vida em sociedade.

⁷⁸BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. “Introdução”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 12.

⁷⁹BIROLI, Flávia. “O público e o privado”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 32-33.

No entanto, não se pode negar que as transformações legislativas ainda coexistem com a preservação de altos índices de violência cotidiana contra as mulheres, desde agressões, estupros, até assassinatos. O que não retira a relevância dessas leis, mas demonstra, em algum grau, a conivência e a tolerância social para com estes tipos de abusos, que se colocam como constates promessas no horizonte da imaginação social, como coloca Flávia Biroli.⁸⁰

É importante salientar que as redefinições de política formuladas pelo feminismo não têm como propósito apenas incluir novas pautas reivindicatórias àquilo que é considerado como politicamente relevante, mas, também, alterar as prioridades de agenda do debate público. Teóricas feministas demonstram que não há neutralidade e nem universalidade quando se define o grau de interesse (ou de não interesse) público a cercar determinado assunto, pois as posições hegemônicas também se apresentam como pontos de vista posicionados, com interesses e valores específicos, não universais. Essas posições hegemônicas traduzem-se, amplamente, na experiência masculina, consideradas como humanas e cidadãs.⁸¹

Porém, quando tratamos especificamente do feminicídio, como veremos no próximo capítulo, é muito importante que não o reduzamos apenas às mortes relacionadas à violência doméstica. Pois, apesar da divisão das duas esferas ser um fator relevante para a dificuldade de inserção de discussões sobre a violência misógina na arena política e, de fato, a maior parte dos assassinos de mulheres serem de seu convívio familiar, existem outros cenários em que a condição de mulher é determinante para que sejam mortas. Assim, longe de ignorarmos o esforço dos movimentos feministas em politizar os abusos que ocorrem dentro do lar (violência doméstica, estupro marital, privação financeira, etc.), é essencial que busquemos entender também a violência decorrente de outros espaços e outros agentes, afim de ampliarmos a compreensão do que se considera feminicídio.

Como colocam Portella e Ratton, desde os anos 90, quando houve a consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, a violência letal contra as

⁸⁰BIROLI, Flávia. "Autonomia, dominação e opressão". In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 113.

⁸¹BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. "Introdução". In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boi Tempo, 2014, p. 14.

mulheres tem sido pouco pesquisada e, ainda, é comum que a análise se dê exclusivamente como sendo o resultado do ciclo de violência conjugal, de modo que se empresta a errônea ideia de que o feminicídio pode ser explicado sempre pelos mesmos fatores da violência doméstica. Assim, feminicídios ocorridos em outros cenários seguem com poucas explicações e mesmo que não se prescindia dos referenciais teóricos de gênero desenvolvidos, nem sempre eles são suficientes para explicitar o emaranhado de fatores que concorrem, muitas vezes, em uma situação de violência letal contra mulheres.⁸²

Em seu trabalho sobre feminicídio e *femigenocídio*, Rita Laura Segato aponta que as autoridades, em seus discursos, costumam pressionar para que os crimes contra as mulheres se mantenham enquadrados na esfera da privacidade, mesmo quando existem fortes evidências do aumento de crimes de gênero não limitadas a estas relações. Para ela, é exatamente a percepção de que existem crimes contra as mulheres próprios de outros ambientes, públicos e bélicos, que é capaz de modificar o imaginário coletivo e contribuir para uma compreensão não privada de gênero, mas pública, política e de repercussão geral na história das coletividades.⁸³ Para compreender fenômenos criminológicos tais quais homicídios de uma forma geral e, particularmente, homicídios de mulheres é necessário que os encaremos como “fenômenos sociais complexos e multivariados que exigem uma interpretação holística, integrando elementos estruturais, situacionais e individuais.”⁸⁴

Por fim, olhar para a separação das esferas da vida – pública e privada – ao mesmo tempo que nos apresenta a importância em disputarmos os espaços e as narrativas, haja vista não haver neutralidade dentro da política e nos assuntos eleitos como relevantes neste âmbito, também nos direciona para o grande quadro de violências contra mulheres não encarado como socialmente grave. Sejam elas violências domésticas ou não. Nessa toada, o próximo capítulo irá desenvolver como, a partir das lutas feministas, das mudanças epistemológicas, das experiências das

⁸²PORTELLA, Ana Paula e RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 96-100.

⁸³SEGATO, Rita. *Femigenocídio y feminicidio: una propuesta de tipificación*. Revista Herramienta, n. 49, 2011.

⁸⁴PORTELLA; RATTON, op. cit., p. 114.

mulheres e da luta por transformações políticas, foi possível dar nome à violência mais fatal sofrida por elas: o feminicídio. A fim não apenas de apresentar parte da realidade já existente, mas, também, contribuir para a criação de uma existência mais segura para as mulheres.

3. A violência fatal contra mulheres

Tinha a impressão de que mesmo absorvendo muito daquele espetáculo, uma enormidade de coisas, inumeráveis, se dissiparia ao redor sem se deixar apreender.

Elena Ferrante – A Amiga Genial

Para Jana Jasinski, o estudo da violência contra a mulher pode ser realizado a partir de diversas abordagens, sejam elas intraindividuais ou sociopsicológicas, socioculturais e, até mesmo, multidimensionais.⁸⁵ As teorias feministas são encaradas, comumente, como teorias macro-orientadas que acabam incorporando, em muitos estudos, uma análise também microssocial. Desse modo, as dificuldades percebidas nos estudos sobre feminicídio, por exemplo, decorrem constantemente da delimitação de objeto de estudo e ao enfoque teórico a partir do qual a pesquisa será realizada. Por exemplo, qual seria a abrangência do termo feminicídio? Seria limitado às relações conjugais ou estendido até mesmo para casos de cirurgias estéticas malsucedidas? ⁸⁶ Estas são questões significativas que precisam ser respondidas para que exista uma aproximação no mínimo satisfatória desse fenômeno.

Além disso, não só existem diferentes enfoques teóricos, como há também uma variedade de disciplinas e cursos nos quais a violência contra a mulher pode ser estudada, como abordagens sociológicas, psicológicas, de justiça criminal, de saúde pública, de serviço social, etc., consequentemente, há um certo número de teorias que competem entre si e implicam em políticas sociais diferentes como meio de eliminação deste problema. E, como forma de se desenvolver pesquisas mais adequadas para a complexa realidade em que estamos inseridas e inseridos, cada vez mais esforços têm sido colocados na produção das teorias multidimensionais, haja vista que as questões de violência contra a mulher, como já mencionado, possuem caráter complexo e raízes multivariadas.⁸⁷ De modo que nenhuma dimensão, macro ou micro,

⁸⁵JASINSKI, Jana L. "Theoretical explanations for violence against women". In: BERGEN, Raquel K. (et al). *The sourcebook on violence against women*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001, p. 5-21.

⁸⁶PORTELLA, Ana Paula; RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 94.

⁸⁷JASINSKI, op. cit., p. 6.

possa ou deva ser ignorada, mesmo que seja impossível que um único trabalho seja capaz de enfrentar todas as diferentes abordagens.

Dito isso, no próximo ponto serão expostas algumas das formas teórico-práticas pelas quais o feminicídio tem sido estudado, a fim de elucidar as escolhas metodológicas feitas no presente trabalho.

3.1 Feminicídio ou femicídio: o que o debate teórico nos revela sobre a violência contra as mulheres

Ela se apropriou dos fatos e, de maneira natural, os carregou de tensão; ela intensificou a realidade ao reduzi-la a palavras, ela injetou a realidade de energia.

Elena Ferrante – A Amiga Genial

Antes de adentrarmos as diferenças conceituais que permeiam a temática, precisamos partir da ideia de que o feminicídio é tido, em sua definição mais básica, como a morte de uma ou mais mulheres geradas em um contexto de opressão de gênero. E, reivindicar esta terminologia implica em apontar a não acidentalidade e a não ocasionalidade destes tipos de morte, pois assim é possível buscarmos quais fatores, nas mais múltiplas estruturas sociais, concorrem para que o cenário feminicida se torne possível.⁸⁸

As formas pelas quais nós compreendemos e operacionalizamos conceitos centrais como violência de gênero, estupro, abuso ou feminicídio em nossas pesquisas podem apresentar várias consequências em diferentes níveis que se inter-relacionam. Definir o que é considerado estupro, por exemplo, pode influenciar diretamente na taxa de comportamentos a serem reportados que, por sua vez, pode influir na valorização ou desvalorização do fenômeno aos olhos daqueles e daquelas responsáveis pela criação de políticas públicas e pela alocação de recursos em serviços capazes de enfrentar o problema. Em um nível mais particular, uma definição mais alargada ou mais restrita de determinada violência é capaz de influenciar se uma

⁸⁸GOMES, Izabel Solyszko. *Morreram porque mataram: Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014, p. 28.

mulher se enxerga ou não como vítima e, a partir disso, se procurará ou não serviços disponíveis e capazes de ajudá-la.⁸⁹ Assim, a discussão que veremos a seguir acerca da definição do feminicídio tem implicações não só teóricas, mas também práticas bastante relevantes.

O termo feminicídio (*femicide*) foi empregado pela primeira vez em 1976 pela sul-africana, radicada nos Estados Unidos, Diana E. H. Russel, em uma fala sobre assassinatos misóginos no Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres. Ela, então, passou a utilizar o termo em suas aulas, conferências e palestras públicas, consolidando-o, em 1992, com a publicação da coletânea *Femicide: the politics of woman killing*, organizada juntamente com Jill Radford. Nesse livro, Russel reconhece que, mesmo decorridos quase 20 anos desde a primeira vez em que o termo havia sido utilizado, poucas pessoas o conheciam e que a misoginia raramente era reconhecida como um fator preponderante em casos de assassinatos de mulheres.⁹⁰ Para Russel e Caputi, o feminicídio é a forma mais extrema do que chamam de *terrorismo sexista*, comumente motivado pelo ódio, prazer, desprezo ou sentimento de posse de homens em relação às mulheres. Esses sentimentos se justificam por meio das disparidades de poderes entre homens e mulheres na sociedade e pelo senso de *entitlement* dos primeiros com relação às segundas, tanto na vida privada quanto na vida pública. *Entitlement*, nesse caso, diz respeito à uma crença de dominação derivada dos costumes, em que homens se enxergam como merecedores de determinados privilégios, dentre eles o de fazer valer suas vontades sobre às vontades femininas, o que, nos casos mais drásticos, os autoriza a utilizar de violência letal a fim de impor-lhes seus arbítrios.

De acordo com ambas as autoras, qualquer assassinato de mulheres que decorra de algum grau de misoginia pode ser considerado como feminicídio, desde mutilações, estupros e agressões que resultam em morte, como também as perseguições das bruxas na Europa da Idade Média e as imolações de viúvas na Índia. Também incluem na lista as mortes derivadas de escravidão sexual, de assassinatos em série, de incesto, de abortos inseguros, de cirurgias e mutilações puramente

⁸⁹DEKESEREDY, Walter S.; SCHWARTZ, Martin D. "Definitional Issues". In: BERGEN, Raquel K. (et al). *The sourcebook on violence against women*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001, p. 23-34.

⁹⁰RUSSEL, Diana E. H. "Preface". In: RUSSEL, Diana E. H.; RADFORD, Jill. *Femicide: the politics of woman killing*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1992.

estéticas, de privação de alimentos e até mesmo suicídios decorrentes de opressão de gênero e/ou sexualidade.⁹¹ Visto assim, “o femicídio seria parte de mecanismos socioculturais amplos, que ultrapassam em muito o âmbito estrito das relações entre homens e mulheres”,⁹² sendo, portanto, retratado como parte final e fatal de um *continuum* de violências as quais as mulheres são submetidas. O que se mantém como central nessa definição bastante genérica e abrangente de femicídio, para estas pensadoras, é a ideia de que são assassinatos de mulheres *pelo fato de serem mulheres* e cujos perpetradores são sempre homens.

Apesar de sua importância histórica e política, a conceituação realizada por Russel e Caputi acabou sendo alvo de diversas críticas, uma vez que a abrangência de situações encaradas como femicídios seria incompatível com a própria restrição de serem praticados apenas por homens. Isto porque, poderíamos pensar em muitos casos de cirurgias estéticas, por exemplo, que resultam em morte, nas quais as cirurgiãs são mulheres. Além disso, práticas de alterações físicas como cirurgias estéticas ou mutilações genitais, abortos inseguros e diversos casos de suicídios decorrentes de opressões de gênero e/ou sexualidade são resultados de mandamentos institucionais, não individuais. Por outro lado, a amplitude dentro daquilo que se considera femicídio permite traçar relações entre as mais diversas formas de opressão contra mulheres que resultam em sua morte, ao revés de serem sempre tratadas de maneira isolada, pois assim o caráter estrutural e sistemático da violência sexista fica mais evidente. E mesmo que esta abordagem produza tensões nos debates sobre o que é o femicídio ou feminicídio, pelo menos na produção teórica esse conflito é positivo, visto que permite “distinguir (e associar) os modos de operação do gênero para a produção da morte violenta em situação de conflitos interpessoais diretos (...) e outras, ligadas a dinâmicas grupais em diferentes contextos.”⁹³

Na América-Latina, o debate sobre o femicídio ganhou força principalmente no início dos anos 90, após uma série de denúncias de assassinatos e desaparecimentos

⁹¹CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana E. H. “Femicide: sexista terrorism against women”. In: RUSSEL, Diana E. H.; RADFORD, Jill. *Feminicide: the politics of woman killing*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1992, p. 15.

⁹²PORTELLA, Ana Paula; RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 107.

⁹³Ibidem.

de mulheres em Ciudad Juarez, no México. Naquela ocasião (e até hoje), várias adolescentes e jovens adultas foram encontradas mortas, mutiladas e com sinais de tortura, ao ponto de muitas vezes os corpos estarem irreconhecíveis. De acordo com as pesquisas da época, a maior parte delas possuía idade entre 15 e 25 anos, eram pobres e haviam se mudado de diversas cidades do México para tornarem-se trabalhadoras das maquiladoras⁹⁴ em Ciudad Juarez, na fronteira com os Estados Unidos. Diversas teorias apontavam para os possíveis motivos pelos quais havia um número tão alto de vítimas no local, desde características da própria cidade (como a pouca iluminação e a pobreza generalizada), questões típicas das discrepâncias de poderes entre os gêneros, a influência do NAFTA (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) na região, o tráfico de drogas, além da corrupção existente tanto no sistema político quanto no sistema de justiça criminal mexicano.⁹⁵

Provocada por esse quadro, a mexicana Marcela Lagarde y de los Ríos despontou como uma das grandes lideranças feministas, tanto na academia quanto na política de seu país. Lagarde, inicialmente, traduziu os trabalhos de Diana Russel para o espanhol, porém, pediu autorização para traduzir o termo “*femicide*” para feminicídio ao invés de femicídio, uma vez que na língua castelhana “femicídio” seria apenas o oposto de homicídio e ela gostaria que ficasse clara a nomeação de um conjunto de violações de direitos das mulheres. Lagarde define o feminicídio como sendo um genocídio contra as mulheres, um crime de lesa humanidade, e ocorre quando as condições históricas geram práticas sociais sancionadoras de atos contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida das mulheres.⁹⁶

No ano de 2003, Marcela Lagarde foi eleita deputada federal, momento em que pôde, a partir de trabalho realizados em comissões especiais, ter acesso a mais informações acerca dos feminicídios ocorridos no México. Ela defendeu, tendo em conta esses dados, que o perfil das mulheres assassinadas no país não era tão claro

⁹⁴As maquiladoras são empresas que se consolidaram em locais como Ciudad Juarez, que faz fronteira com El Paso, nos Estados Unidos. Conhecidas por fazerem uso de mão-de-obra precária, barata e de postos de trabalhos temporários, constantemente sendo denunciadas por violações de direitos humanos. Nestas fábricas são realizadas apenas manufaturas parciais, como encaixes ou reparos, e os produtos se destinam à exportação.

⁹⁵PANTALEO, Katherine. *Gendered Violence: An Analysis of the Maquiladora Murders*. International Criminal Justice Review. Georgia State University. Atlanta, v. 20, n. 4, p. 349-365, 2010.

⁹⁶LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. “Preface: feminist keys for understanding femicide”. In.: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-Linda. *Terrorizing women: femicide in the Americas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. xvi.

quanto aquele traçado nos anos 90 em Ciudad Juarez. As vítimas eram de todas as idades, de todas as classes sociais – ainda que a maior parte fosse pobre ou marginal –, de todos os tipos de profissão ou desempregadas, turistas de diversas partes do mundo, grávidas, com deficiências físicas, diversos tons de pele, etc. Ou seja, Lagarde alega não existir um perfil prioritário para as vítimas de feminicídio no México, mas o que muitas delas possuíam em comum seria o fato de que seus assassinos permanecem impunes.⁹⁷ Essa negligência estatal na persecução e condenação de feminicidas é uma das características centrais das produções da ativista sobre o feminicídio.

Para muitas autoras, Lagarde fez muito mais do que simplesmente traduzir “*femicide*” para a América-Latina. Ela incluiu em sua definição de feminicídio um elemento político, imputando ao Estado a responsabilidade na produção de mortes de mulheres, haja vista a existência de um contexto de impunidade e conivência por parte de seus agentes. Assim, para a ocorrência do feminicídio seria necessário que existisse uma situação generalizada de impunidade, omissão, negligência e cumplicidade por parte de autoridades estatais.⁹⁸

A definição mais completa e atual da mexicana sobre este tipo de assassinato destaca que o feminicídio é, de fato, a forma mais extrema de violência contra a mulher e é constituído por meio de vários atos misóginos e violentos direcionados à violação dos direitos humanos das mulheres. O feminicídio encontra espaço dentro da sociedade porque as autoridades responsáveis agem de forma negligente, omissa ou, até mesmo, em conluio com feminicidas, praticando violência institucional e impedindo que mulheres tenham acesso à justiça. Contribuindo, assim, com a alta taxa de impunidade neste tipo de crime. Em conclusão, o feminicídio não é um crime comum, para Lagarde, é um crime de Estado.⁹⁹

Tendo em vista as discussões desencadeadas a partir das inclusões feitas por Marcela Lagarde, Cyntia Bejarano e Rosa-Linda Fregoso assinalam a importância de valorizarmos as produções e criações das teóricas latino-americanas. A perspectiva

⁹⁷Ibidem, p. xix.

⁹⁸CAMPOS, Carmen Hein de. *Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista*. Sistema Penal & Violência – Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCRS. Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 105-106.

⁹⁹LAGARDE Y DE LOS RÍOS, op. cit., p. xxiii.

trazida pelo termo feminicídio, nesse contexto, contribui com novas ferramentas de análise histórica, teórica e política sobre o fenômeno. A preferência pelo uso da palavra feminicídio, para elas, é politicamente interessante, pois visa promover uma perspectiva crítica transfronteiriça e é significativa teoricamente uma vez que precisamos nos centrar na relevância das teorias originadas no sul do globo para a formação de um paradigma alternativo, seja de conhecimento, de subjetividades, de tradições, etc. Uma das finalidades dessas autoras ao usar a palavra feminicídio no lugar de femicídio é reverter a lógica das hierarquias sobre o conhecimento e desafiar as afirmações de que existe um caminho unidirecional (Norte – Sul) pelo qual as teorias se deslocam.¹⁰⁰

Outro importante diferencial apontado por Bejarano e Fragoso, possibilitado pelo uso da palavra feminicídio, é o afastamento do essencialismo presente na noção de “fêmea” carregada pelo femicídio. Ao defender o uso do termo feminicídio, elas buscam afastar-se de um posicionamento comum aos feminismos radicais que é afeita às noções essencialistas de identidade feminina (que igualam gênero e sexo biológico, por exemplo) e, ao invés disso, buscam a natureza do gênero nas práticas, performances e comportamentos sociais.¹⁰¹ Assim, a palavra feminicídio não só foi adaptada aos contextos regionais, como também permitiu a criação de um novo instrumental de análises.

De acordo com Rita Laura Segato, Ciudad Juarez é um local emblemático pela posição em que ocupa na economia global e neoliberal e a sua fome insaciável por lucro. No local, é possível vislumbrar facilmente a conexão entre o capital e a morte, entre a acumulação desenfreada e o sacrifício dos pobres e o fato de muitas mulheres serem eliminadas através das fissuras que interligam a economia monetária à simbólica.¹⁰² Para esta criminóloga, o caso também é paradigmático, justamente, por afastar-se da representação mais comum da violência feminicida, praticada por parceiros íntimos, viabilizando reflexões sobre outras estruturas sociais que informam

¹⁰⁰BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. “Introduction: a cartography of femicide in the Américas”. In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. *Terrorizing women: Femicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 4-5.

¹⁰¹Ibidem, p. 3.

¹⁰²SEGATO, Rita Laura. “Territory, sovereignty, and crimes of the second state”. In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. *Terrorizing women: Femicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 70.

diferentes motivações da violência fatal contra mulheres. Exemplo disso, é uma das hipóteses desenvolvidas por Segato, depois de extensa pesquisa, sobre os feminicídios em Ciudad Juarez. De acordo com a estudiosa, eles podem ser mais bem compreendidos quando deixamos de pensar que são consequências da impunidade, os encarando como produtores e reprodutores da mesma. Essa primeira hipótese sugere qual foi o propósito inicial dos feminicidas: selar, com uma cumplicidade compartilhada coletivamente, um pacto de silêncio sobre os feminicídios capaz de garantir a lealdade às fraternidades mafiosas que operam na mais vigiada fronteira do mundo. Os feminicídios servem como meio de prova do potencial de crueldade e poder sobre vida e morte, tão aparentemente necessários para comandar negócios perigosos. Essas formas de rituais de sacrifício, bárbaros e assustadores, unem os membros das máfias e criam entre eles uma conexão inabalável. Como frisa Segato, é um pacto de sangue selado com o sangue das vítimas.¹⁰³

Segato também tem defendido a importância da tipificação dos diferentes tipos de violências contra as mulheres, com a finalidade de marcar a diferença entre os crimes que podem ser interpretados por meio de relações interpessoais e aqueles que não podem ser. Sua ideia é que atribuamos a categoria feminicídio a todos os crimes misóginos que vitimam as mulheres, tanto no contexto das relações de gênero interpessoais quanto impessoais e introduzamos a partícula "geno" para denominar os feminicídios que são direcionados, com sua letalidade, para as mulheres como um gênero, ou seja, como um gênero em condições de impessoalidade.¹⁰⁴

Exemplo de sua proposta seria nomear como femigenocídio (ou feminogenocídio) os casos de atiradores seriais que matam mulheres de maneira aleatória como uma forma de “punição” ou de “destruição” de todas as mulheres. Nesse quadro, um dos casos mais paradigmáticos ficou conhecido como o “Massacre da Escola Politécnica de Montreal”, em 1989, em que um homem de 25 anos matou 10 mulheres e deixou outras 14 feridas. O ataque começou em uma sala de aula, o atirador separou as pessoas por gênero e passou a desferir tiros contra as alunas,

¹⁰³Ibidem, 79.

¹⁰⁴SEGATO, Rita. *Femigenocidio y feminicidio*: una propuesta de tipificación. Revista Herramienta, n. 49, 2011.

posteriormente suicidou-se. Em sua carta de suicídio dizia estar “lutando contra o feminismo”, pois as feministas haviam destruído a sua vida.

Muito mais do que adotar feminicídio ou femicídio de forma complementemente estanque – o que seria uma tarefa impossível – essa discussão nos mostra que há inúmeros enquadramentos pelos quais podemos encarar a questão do assassinato de mulheres baseado na condição de gênero feminino. O mais relevante, parece ser, não escolher apenas uma das posições originais (Russel ou Lagarde) como o único caminho a ser seguido, mas diante dos inúmeros trabalhos que tratam dessa matéria compreender qual o recorte utilizado pela pesquisa, para só então promover críticas e elogios necessários. Mesmo reconhecendo que muitas estudiosas sobre gênero adotam os termos de maneira indiferenciada, para fins desse trabalho a palavra utilizada será feminicídio, não só por ser a mais difundida no Brasil e utilizada em nosso Código Penal, mas principalmente por entender como pertinentes os argumentos trazidos por Cyntia Bejarano e Rosa-Linda Fregoso sobre a necessidade de valorização das contribuições feitas pelas teóricas do sul do globo, bem como para afastar a concepção essencialista de gênero do teor deste trabalho.

Esse afastamento dá-se, principalmente, a partir da linha de pensamento desenvolvida por Judith Butler, em que existe um caráter performático – relacional, social – por meio do qual exercemos nossos papéis de gênero, sendo esses papéis resultado da repetição ritualística de diversos comportamentos encarados socialmente como masculinos e femininos.¹⁰⁵ E, como bem coloca a criminóloga brasileira, Soraia da Rosa Mendes, o desenvolvimento do sistema gênero-sexo, no final do século XX, possibilitou uma revolução epistemológica não só para as “ciências humanas”, de uma forma geral, mas principalmente para os movimentos feministas de dentro e de fora da academia. O aperfeiçoamento do conceito de gênero foi catártico, pois viabilizou que as mulheres demonstrassem que a opressão a qual eram (e são) submetidas tinha causas sociais e não biológicas.¹⁰⁶ A importância histórica e social desse conceito para o feminismo não permite que nos afastemos dele para pensarmos o feminicídio, suas raízes e seus possíveis antídotos. Dito isso, fica

¹⁰⁵BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰⁶MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 86.

justificada a opção pelo uso do termo feminicídio em detrimento de femicídio neste trabalho.

3.2 Amplitude terminológica do conceito de feminicídio em prol de sua efetividade

Havia algo insuportável nas coisas, nas pessoas, nos edifícios, nas ruas que, somente se você reinventasse tudo, como em um jogo, se tornaria aceitável.

Elena Ferrante – A Amiga Genial

Para além da opção entre as nomenclaturas feminicídio ou femicídio, outra questão metodológica importante diz respeito a quais tipos de mortes de mulheres devem ou não ser considerados feminicídios. Izabel Solyszko Gomes, deparando-se com a multiplicidade de concepções teórico-políticas a respeito do feminicídio e os diferentes enfoques realizados no seio de inúmeros contextos sociais, vislumbrou a existência de três vertentes de reflexão e produção acadêmica. Para ela, as pesquisas sobre a temática dividem-se, então, em três principais modos de abordagem do feminicídio e compreender cada um deles fornece chaves analíticas indispensáveis. Mais do que uma disputa de conceitos, o que se revelará neste debate são formas diversas de se encarar (dar ênfase) a esse fenômeno social e elucidar essas divisões permite que os equívocos decorrentes da confusão de conceitos sejam mitigados e, conseqüentemente, facilita-se o diálogo e o necessário desenvolvimento do tema.¹⁰⁷

Assim, a primeira vertente é chamada por ela de “genérica” e é representada por teóricas que consideram como feminicídio todas as mortes de mulheres que decorram das disparidades de poderes entre os gêneros, ou seja, mortes que tenham como motivação a discriminação sofrida por mulheres. Este tipo de percepção produz pesquisas cujo objeto é amplo, dado que o conjunto de mortes nesse caso é bastante alargado, considerando como feminicídios desde assassinatos de mulheres por seus companheiros, até suicídios desencadeados por situações de opressão de gênero. Como já introduzido, as teóricas Diana Russel, Jane Caputi e Jill Radford se inserem

¹⁰⁷GOMES, Izabel Solyszko. *Feminicídios e possíveis respostas penais*: dialogando com o feminismo e o direito penal. Revista Gênero & Direito da Universidade Federal da Paraíba, nº 1, 2015, p. 188-218.

nesta concepção praticamente ilimitada. Para além de permitir que se tracem relações entre mortes de mulheres com causas, à primeira vista, completamente distintas, esse reconhecimento amplo do fenómeno permite sublinhar a evitabilidade dessas mortes. Isto porque, mortes decorrentes de abortos clandestinos, da mortalidade materna por falta de acesso ao tratamento médico adequado e de mutilações genitais, por exemplo, são todas fatalidades que poderiam ser evitadas caso houvesse políticas públicas adequadas e preocupadas com a vida e o bem-estar das mulheres.¹⁰⁸

A segunda vertente é nomeada por Solyszko como “específica”, pois considera como feminicídio apenas os assassinatos de mulheres por razões de preconceito de gênero, sendo esta a forma mais comum e mais básica para se encarar o fenómeno. Desse modo, mesmo que se reconheça que nem todo assassinato de mulher é um feminicídio, todo feminicídio deve ser um assassinato, deixando a abordagem mais vasta (como suicídios e cirurgias estéticas malsucedidas) para a primeira vertente. Para que sejam considerados feminicídios é necessário que haja, também, um marcador de desigualdades de gênero que funcione como motor deste agir, caso contrário desnatura-se completamente o conceito e as possibilidades de análise direcionadas para específicos contextos sociais.¹⁰⁹

Com relação a quem pode perpetrar feminicídios, mesmo nesta vertente em que há uma gama menor de hipóteses, a crítica anteriormente feita à possibilidade de serem apenas homens, defendida por Diana Russel, permanece. Além disso, mesmo estando longe de ser o grupo social que mais realiza assassinatos, é viável que as mulheres também pratiquem feminicídios, uma vez que “não é possível estar “fora” do gênero”,¹¹⁰ tampouco fora do sistema de distribuição desigual de poderes. De modo que podemos pensar situações de feminicídio em que uma mulher elimine outra com a finalidade de manter algum tipo de lógica de desigualdade entre homens e mulheres. Por isso, a compreensão da motivação do assassinato de uma mulher é essencial para enquadrá-lo como homicídio ou feminicídio.

¹⁰⁸Ibidem, p. 192.

¹⁰⁹Ibidem.

¹¹⁰GOMES, Izabel Solyszko. *Morreram porque mataram: Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014, p. 89.

Por fim, a terceira tendência apontada é a “judicializadora”, nela o foco se dá nas trocas realizadas pelos feminismos e o direito penal, especialmente fazendo análises da pertinência ou não da tipificação do feminicídio e seu consequente tratamento a partir da lógica do encarceramento.¹¹¹ Essa terceira dimensão será relevante, especialmente, no último capítulo deste trabalho, onde serão analisados os ruídos entre as perspectivas da criminologia crítica e do pensamento feminista, tão importantes do ponto de vista de um horizonte social mais justo e igualitário. Isto porque, nas últimas décadas, ambos os campos do conhecimento têm estabelecido, entre si, barreiras, mas que não precisam ser encaradas como intransponíveis.

Essa divisão realizada por Solysko, em suas duas primeiras vertentes tem a finalidade de demonstrar a pluralidade de situações que poderiam ser encaradas como feminicídios, já a terceira vertente vai se nutrir de uma das duas primeiras, ou de suas possíveis variações, a fim de desenvolver uma forma de enfrentamento do problema. Portanto, não há nessa explanação três classificações de feminicídios, mas três formas diversas de encará-los, uma vez que a compreensão sobre feminicídio se expressa, justamente, a partir deste mosaico teórico-prático. Essa concepção é importante para que se evidencie que a norma penal não subsume o feminicídio e nem é a única forma de apreender o fenômeno, sendo apenas uma das linhas de abordagem e de enfrentamento. Ou seja, o direito penal é capaz de conter dentro de si apenas parte das manifestações do feminicídio. De modo que a discussão para além do binômio criminalização-encarceramento é essencial e está presente nas pesquisas feministas e criminológicas.

Com essa divisão realizada, o cenário fica mais claro para finalizar os esclarecimentos sobre as opções metodológicas e evitar futuros equívocos. Neste trabalho, adota-se como feminicídio a ideia trazida pela corrente específica, considerando apenas os *assassinatos* de mulheres impulsionados por razões misóginas, cujo agente perpetrador pode ser de ambos os sexos. Isto porque, quando se adota um conceito muito amplo de determinado fenômeno, corre-se o risco de torná-lo inefetivo do ponto de vista da criação de políticas públicas e legislações pertinentes que ajudem a dirimi-lo ou até mesmo eliminá-lo. Além disso, essa linha não só se conforma à maior parte das pesquisas sobre feminicídio realizadas no

¹¹¹GOMES, Izabel Solyszko. *Feminicídios e possíveis respostas penais*: dialogando com o feminismo e o direito penal. Revista Gênero & Direito da Universidade Federal da Paraíba, nº 1, 2015, p. 192.

Brasil, como também é a que se assemelha à tipificação de feminicídio adotada pelo Código Penal Brasileiro.

Desse modo, os pressupostos dos próximos capítulos partirão de perspectivas compatíveis e as exposições e críticas poderão ser estabelecidas de forma mais profícua e honesta.

3.3 Porque precisamos falar sobre feminicídio no Brasil

Não há gestos, palavras, suspiros que não contenham a soma de todos os crimes que os seres humanos cometeram e cometem.

Elena Ferrante – A Amiga Genial

A nomeação de um fenômeno não serve para dar existência a ele, mas para trazê-lo a lume. Há várias décadas os feminismos vêm tensionando o conhecimento científico tradicional, nomeando eventos, propondo novas formas e novos objetos para a pesquisa acadêmica. Como apontou Marcela Lagarde, pensadoras feministas têm produzido conhecimentos diferentes com relação a antigos problemas, ao mesmo tempo em que fazem novas investigações, criam novas linguagens e representações simbólicas.¹¹² Nomear o feminicídio significa retirá-lo de situações supostamente contingenciais e inseri-lo em uma estrutura social e discursiva que o legitima e até mesmo o fomenta. Foi por meio desta nomeação, em muito impulsionada pela criminalização, no Brasil, que o feminicídio chegou ao conhecimento de grande parcela da população, bem como, despertou os mais diversos interesses dentro da academia.

Em um texto produzido em 2011, Wânia Pasinato defendia que a maior dificuldade em fazer um levantamento, no Brasil, sobre o número de assassinatos de mulheres, ou sobre os locais de maior incidência e contextos desses crimes, ou sobre as principais características pessoais e socioeconômicas das vítimas, residia no fato de que as estatísticas da polícia e do judiciário muitas vezes não traziam informações sobre o sexo da vítima. Isto dificultava o isolamento das mortes de mulheres dentro

¹¹²LAGARDE, Marcela. *El feminismo en mi vida: Claves, hitos y topías*. Cidade do México: INMujeres/DF, 2012, p. 306.

da categoria geral do homicídio.¹¹³ Quando o Mapa da Violência contra a mulher foi produzido, em 2015, a lei do feminicídio tinha sido recentemente aprovada, mas houve um esforço do pesquisador em se adaptar aos moldes da nova lei no momento de classificar determinados crimes como feminicídio. Assim, de acordo com este levantamento, entre 1980 e 2013, o número de vítimas passou de 2,3 por 100 mil habitantes, para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%.¹¹⁴

Já em novembro de 2018, foi divulgado um estudo oficial realizado em 23 países da América-Latina e Caribe pelo observatório de igualdade de gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU, apontando que, em números absolutos, o Brasil lidera a lista de feminicídios (pelo menos 1.133 vítimas no ano de 2017), 40% do total de casos dos países em análise. Porém, quando verificados os números por 100 mil habitantes, o Brasil figuraria em 14º lugar, com 1,1 mulheres assassinadas a cada 100 mil habitantes, tendo a mesma taxa da Costa Rica e da Argentina.¹¹⁵ A diferença entre as duas pesquisas expostas, de certa forma, demonstra a dificuldade de acesso e de organização deste tipo de informação. Dentre algumas das justificativas está que a CEPAL considerou apenas os feminicídios de mulheres acima dos 15 anos, bem como o fato dos países usarem critérios diferentes para a tipificação do feminicídio, o que pode acabar resultando em taxas maiores ou menores.

Para que haja um diálogo coerente entre os países e até mesmo internamente, é necessário que se discuta cada vez mais a questão do feminicídio, suas características e motivações, com a finalidade de que, aos poucos, existam mais pressupostos e linguagens compartilhadas. Não para que as especificidades locais sejam ignoradas, mas para que haja um estudo e esforço coletivos visando a mitigação desse problema. Isso porque, segundo a ONU Mulheres, a América-Latina e o Caribe possuem 14 dos 25 países que mais matam mulheres, sendo o continente

¹¹³PASINATO, WÂNIA. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagú, n. 37, jul.-dez., 2011, p. 222.

¹¹⁴WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília – DF: 2015, p. 11.

¹¹⁵ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). *Feminicídio ou femicídio*. Publicado em: 15/11/2018. Disponível em: < <https://goo.gl/bM7PMJ>>. Acesso em: 17/12/2018.

mais perigoso para elas viverem.¹¹⁶ Assim, mesmo com as dificuldades de produção de estatísticas mencionadas, não há dúvida de que há algo dramático acontecendo em nossa parte do mundo, aqui com ênfase no Brasil, que torna a existência feminina tortuosa e mortífera.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2015, o número total de assassinatos no Brasil foi de 59.080, desses, apenas 4.621 eram mulheres, ou seja, um pouco menos de 8% da totalidade de mortes.¹¹⁷ Considerando que o número de mulheres assassinadas é bastante inferior ao de homens, muitas pessoas e veículos de comunicação defendem a ideia de que o feminicídio não é um problema tão grande se comparado ao quadro geral de violência urbana no país. De acordo com uma coluna do Jornal Zero Hora, por exemplo, existe uma sobrevalorização no que se refere à violência contra as mulheres

Não podemos aceitar esta seletividade falaciosa, pois o Brasil é um país violento e não poupa ninguém. Mas, como mostram os dados estatísticos, as maiores vítimas da violência são os “opressores” homens. O combate ao crime não deve ser seletivo e nem ideológico. Todos devem gozar da mesma proteção e preocupação com relação a violência. A violência contra mulheres é inadmissível, mas contra homens também precisa ser. Segundo o quesito da violência nacional, as mulheres – proporcionalmente – estão muito mais seguras e têm menores chances de serem assassinadas.¹¹⁸

No entanto, o que este tipo de opinião não informa é que no caso de assassinatos de homens, tanto as vítimas quanto os perpetradores são do mesmo sexo. Esses homicídios não são, em grande parte, provocados por uma desigualdade entre os gêneros, e sim por conflitos que decorrem de outras modalidades de violência, como disputas de gangues, narcotráfico, brigas de rua, etc. Enquanto no caso das mulheres, além dos violentadores em sua esmagadora maioria serem homens, existem fortes marcadores de casos derivados da violência de ordem

¹¹⁶ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU MULHERES. *ONU Mulheres convoca a América-Latina para acabar com os feminicídios*. Publicado em: 07/12/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/wxf5b7>>. Acesso em: 17/12/2018.

¹¹⁷BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel (et al). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

¹¹⁸WILD, Claudia. *Homens, as maiores vítimas de assassinatos no Brasil*. Jornal Hora Extra. Publicado em 09/03/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/YvmwVp>>. Acesso em: 05/09/2018.

privada, provocada por relações intersubjetivas, e, por esses motivos, os assassinatos de mulheres constituem uma situação sem paralelo na população masculina.¹¹⁹

Alguns autores e autoras nomeiam como “terrorismo íntimo” ou “ciclo da violência” o padrão de violências e táticas para exercício de poder na relação doméstica e/ou conjugal. Em razão dos processos genderizados de socialização, são formas de violência exercidas principalmente por homens, pois estes são estimulados constantemente a demonstrar sua força e autoridade como forma de exercer controle sobre aqueles e aquelas consideradas mais fracas. O terrorismo íntimo é uma forma de abuso constante, que visa minar a resistência das mulheres e, como se agrava com o passar do tempo no sentido da ampliação do poder e do controle masculino, o feminicídio acaba sendo um possível desfecho para este ciclo.¹²⁰

No Brasil, dentre as primeiras teóricas a produzirem sobre a questão do feminicídio nesta linha do “terrorismo íntimo”, mesmo que não nomeado desta forma à época, estão Heleith Saffioti e Suely de Almeida. Em sua obra *Violência de gênero: poder e impotência*, de 1995, elas fizeram vasta pesquisa bibliográfica e de campo, em várias regiões do país, focadas em compreender o quão espreitada é a violência de gênero, especialmente no interior dos lares. Elas argumentam desde o início que os homens perpetradores de violências contra as mulheres, mesmo que seus atos estejam tipificados, gozam de impunidade perante o sistema de justiça criminal, pois tais práticas são amplamente toleradas em nossa sociedade. Por isso, afirmam que “o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres”.¹²¹ De acordo com Almeida e Saffioti, no sentido dos dados coletados por elas, as mulheres estão mais submetidas à violências rotinizadas, uma vez que são as vítimas preferenciais dos abusos intrafamiliares, o que, conseqüentemente, pode levá-las à morte diante de um processo de escalada dos abusos praticados.¹²² A

¹¹⁹HIRAKATA, Vania Naomi; MENEGHEL, Stela Nazareth. *Feminicídios: homicídios femininos no Brasil*. Revista de Saúde Pública, n. 45, v.3, 2011, p. 565-568.

¹²⁰PORTELLA, Ana Paula e RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 96-100.

¹²¹SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely. “Apresentação”. In: SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

¹²²SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 36.

fatalidade, nos casos de terrorismo íntimo, só ocorre quando o ciclo de violências não é interrompido.¹²³

Após a obra de Saffioti e Almeida, grande parte da bibliografia sobre violência contra as mulheres focou-se na violência doméstica, em especial após a criação da Lei Maria da Penha, em 2006.¹²⁴ A lei Maria da Penha avançou no sentido de nomear as mais diversas formas de violências das quais as mulheres são vítimas no âmbito de convivência familiar, seja ela violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, de modo a contribuir com a sua identificação e visibilidade. Claramente, percebe-se que nem todas as formas de violência aludidas pela lei 11.340/2006 possuem um correspondente penal, um exemplo disso é a “manipulação” presente no art. 7º, II.¹²⁵ Por esse motivo, segundo Alice Bianchini, ao mesmo tempo em que a lei Maria da Penha restringe o conceito de violência a alguns contextos específicos, também o amplia para sentidos não só criminais.¹²⁶

No aspecto penal e processual penal, tal lei criou uma agravante genérica no art. 61, II, f do CP, uma qualificadora ao crime de lesão corporal (art. 129 do CP), proibiu a aplicação da lei 9.099/95 acerca dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, afastando o instituto da transação penal e ampliou as possibilidades de prisão preventiva (art. 313, III do CPP). Assim, se a Lei Maria da Penha possui aspectos positivos no sentido da nomeação das diversas formas de sofrimento às quais as mulheres são submetidas, bem como na criação das medidas protetivas de urgência, os aspectos penais exacerbados demonstram uma aposta alta no sistema de justiça criminal.

Nove anos depois, em 2015, foi sancionada no Brasil a lei do feminicídio (lei 13.104/2015), como uma forma de dar respostas ao grande número de assassinatos de mulheres. Como não poderia deixar de ser, a aprovação dessa lei ocorreu em um

¹²³PORTELLA, Ana Paula e RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 100.

¹²⁴Dentre as mais notórias obras, temos “A lei Maria da Penha na Justiça” de Maria Berenice Dias; “A lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica” de Marília Montenegro; e “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher: Uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista” de Isabella Miranda.

¹²⁵SOUZA, Luanna Tomaz de. *Da expectativa à realidade: a aplicação das sanções na Lei Maria da Penha*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

¹²⁶BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

contexto conflituoso, tanto no Congresso Nacional e quanto na sociedade. No final do processo, o resultado inicial foi a criação de uma qualificadora ao tipo penal de homicídio (art. 121, § 2º, VI do CP), o que consequentemente o coloca no rol de crimes hediondos (Lei 8.072/90),¹²⁷ com consequências mais gravosas ao apenado ou apenada, além da criação de agravantes caso o feminicídio ocorra durante a gestação ou até três meses após o parto, contra mulheres menores de 14 ou maiores de 60 anos, contra mulheres com deficiências físicas ou mentais ou na presença de ascendentes ou descendentes. De acordo com a redação do artigo, é considerado feminicídio o assassinato de mulheres que ocorra por razões de condição do sexo *feminino*, tanto em relações domésticas, quanto em situações de menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. Assim, apesar do esforço importante de se nomear e dar visibilidade para uma situação antes escamoteada, logo se vê, também, a intenção de se apartar as questões de *identidade de gênero* na forma pela qual essa legislação foi aprovada, excluindo do rol de vítimas as mulheres transexuais e travestis. Essa foi uma das batalhas perdidas em meio as contradições que envolveram esse processo legislativo.

Mais recentemente, em dezembro de 2018, o então presidente, Michel Temer, aprovou algumas novas leis voltadas às mulheres, dentre elas, uma outra possibilidade de aumento de pena para o crime de feminicídio caso ele ocorra em situações de descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, como o afastamento do agressor do lar ou a proibição de se aproximar da vítima. Houve alteração também da própria Lei Maria da Penha, a fim de incluir a “violação da intimidade da mulher” (proibindo registros da intimidade sexual sem autorização) como uma das formas de violência doméstica.¹²⁸ O que demonstra, novamente, uma forte busca das soluções dos problemas sociais através da criminalização e aplicação de penas de encarceramento.

¹²⁷São considerados crimes hediondos aqueles que, supostamente, são encarados como socialmente mais graves, como o homicídio qualificado, latrocínio, estupro, genocídio, tortura, etc. Nesses casos, são impostos regimes prisionais mais graves, tais como o fato destes crimes serem insuscetíveis à anistia, graça e indulto, a pena dever ser cumprida inicialmente em regime fechado e a progressão de regime ser de $\frac{2}{5}$ ou $\frac{3}{5}$ a depender da primariedade ou reincidência do apenado ou apenada.

¹²⁸NOBRE, Noeli. *Sancionadas quatro novas leis de proteção à mulher*. Câmara dos Deputados. Publicado em: 19/12/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/UiQYc4>>. Acesso em: 20/12/2018.

Essas alterações legislativas acabam demonstrando, de certa forma, o fato de a literatura brasileira sobre violência contra as mulheres debruçar-se, quase exclusivamente, sobre os casos de abusos domésticos. Mesmo que o crime de feminicídio esteja aberto às situações não “privadas” em que haja menosprezo e discriminação contra a condição de mulher, existem, ainda, poucas ferramentas analíticas para esse tipo de casos e a bibliografia é escassa. Consequentemente, são raros os casos reconhecidos como feminicídios pela sociedade, judiciário e mídia que estejam fora da configuração comum de violência doméstica e familiar.

Diante desse quadro, o próximo capítulo terá como finalidade traçar algumas hipóteses para pensar o feminicídio, também, para além desta configuração tradicional retratada, sem abrir mão dos referenciais teóricos que incluem as relações de gênero em seus marcos de análise. Assim como fez Rita Laura Segato na exposição de suas hipóteses enquanto analisava os casos de feminicídio em Ciudad Juarez, aqui, tem-se a pretensão de compreender o fenômeno do feminicídio de maneira mais expansiva, ou seja, em outros espaços da sociedade para além do lar e, inclusive, como uma forma estrutural de manutenção do modo atual de viver e de sua divisão social de papéis baseada na diferenciação de gêneros.

4. Quando o feminicídio não é fruto de terrorismo íntimo

*Eu só lembro o que aconteceu comigo. Eu lembro da minha guerra.
Na guerra há muitas pessoas ao seu redor, mas você está sempre
sozinha, porque antes da morte o ser humano está sempre sozinho.
Lembro-me daquela terrível solidão.*

Svetlana Aleksíévitch – A Guerra não tem Rosto de Mulher

É importante que o feminicídio seja compreendido como o fenômeno amplo e estrutural, tal como ele é, sem deixar de lado os casos que não decorrem da tradicional estrutura aceita como violência de gênero, ou seja, sem ignorar casos em que o agressor e a vítima não estão no mesmo círculo afetivo. Isto porque, como veremos, existe uma ampla gama de feminicídios decorrentes de situações de desprezo de gênero, mas que não se adequam às hipóteses de terrorismo íntimo e que merecem ganhar visibilidade a fim de serem verdadeiramente combatidos.

No presente capítulo serão tratados aspectos ligados ao fenômeno do feminicídio que extrapolam as relações domésticas e que, portanto, nem sempre podem ser tratados somente como decorrentes das disparidades de poderes entre homens e mulheres dentro de suas casas. Sem dispensar os referenciais teóricos desenvolvidos ao longo dos anos por pensadoras feministas nos marcos das relações de gênero, a proposta desde capítulo é pensar em outros fatores que produzem ou tiram vantagens das desigualdades sociais existentes entre os gêneros e que podem culminar em uma nova série de feminicídios.

A primeira parte vai expor como o capitalismo historicamente esteve interligado às diversas violências – inclusive as fatais – às quais as mulheres foram submetidas. Principalmente a partir da contradição existente entre os trabalhos produtivos e reprodutivos e pela divisão sexual existente no momento em que as funções produtivas (trabalho visível) e reprodutivas (trabalho invisível) são distribuídas entre homens e mulheres.

A segunda parte irá propor uma análise acerca dos reflexos feminicidas causados pelo aumento do uso de armas de fogo, impulsionado pela era neoliberal globalizada. A constatação deste tipo de militarização da vida ocorre principalmente diante do crescente e lucrativo mercado da segurança privada e pelos modelos de

masculinidade violentas que ele fomenta. Além disso, os ideais de militarização se estendem por meio de discursos a favor do porte de armas como medida político-criminal para a solução de crimes, sem que se coloque na balança os impactos negativos gerados na vida de mulheres.

Finalmente, a terceira parte, apesar de não abdicar dos marcos do capitalismo, apresentará como os fenômenos de *backlash*,¹²⁹ que visam atacar movimentos de minorias sociais devido a conquista de determinados direitos, podem ser analisados a partir do conceito de ressentimento trazido por Rahel Jaeggi. Conectando o ressentimento reacionário ao aumento de discursos e práticas violentas contra as mulheres, incluindo, neste caso, o crescimento de casos de feminicídio no Brasil e em diversas partes do mundo.

4.1 Feminicídio e capitalismo: a violência estrutural contra as mulheres

Nós não conhecíamos o mundo sem guerra, o mundo da guerra era o único que nos cercava, e o povo da guerra era o único povo que conhecíamos. Até agora não conheço outro mundo ou outras pessoas. Eles já existiram?

Svetlana Aleksievitch – A Guerra não tem Rosto de Mulher

Em seu livro *O Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici estabelece uma relação intrínseca entre a emergência do capitalismo e o fenômeno da caça às bruxas realizada em vários países da Europa e, em menor escala, na América. Nos séculos XVI e, principalmente, XVII os julgamentos das bruxas tiveram seu pico, momento em que, especialmente na Inglaterra, as relações sociais e econômicas estavam sendo transformadas pela crescente importância do mercado. As mulheres eram o alvo principal dessas perseguições, pois foram as mais atingidas pelo empobrecimento decorrente da introdução da lógica capitalista clássica na vida econômica, além disso a regulação de suas sexualidades e de seus sistemas reprodutivos mostrava-se como uma condição para a criação de formas de controle sociais mais rigorosas.¹³⁰

¹²⁹*Backlash* vem do inglês e pretende, nesse caso, nomear a reação conservadora ou reacionária que se dirige a determinadas minorias sociais como resultado de ganhos de direitos reais ou apenas formais.

¹³⁰FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

Para entender a caça às bruxas é indispensável que seja realizada uma análise de uma confluência de fatores e, para Federici, as leis inglesas dos cercamentos de terras tiveram papel crucial. A historiadora argumenta que os cercamentos ingleses, incluindo loteamento de terras e novas formas de tributação, mostram mais claramente como a comercialização da terra e o desenvolvimento de relações monetárias afetaram de maneiras diferentes homens e mulheres.

As mulheres mais velhas foram as mais prejudicadas por essas mudanças, pois com a perda de suas terras, com o aumento dos preços e com a extinção de direitos consuetudinários não lhes restava nada para sobreviver, especialmente se fossem viúvas ou não possuíssem filhos capazes ou dispostos a ajudá-las. Na economia rural da sociedade feudal inglesa, a realidade das viúvas era bastante diferente, uma vez que tinham direito à comida, à madeira, à parte das terras de seu falecido marido e algumas outras formas de sustento. Assim, com a privação desses direitos e aumento dos custos de vida, não é de se surpreender que muitas das mulheres queimadas nas fogueiras da inquisição fossem pobres senhoras em busca de sobrevivência por meio da mendicância de porta em porta. Até mesmo os crimes imputados a elas corroboram a hipótese de que fazem parte de uma população camponesa que não tinha mais acesso à terra ou a direitos consuetudinários e que acabava por ressentir dos bens dos vizinhos e vizinhas.¹³¹

Outros fatores - além da pobreza - contribuíram para a concepção do que eram as bruxas da época. Em primeiro lugar, as bruxas não foram apenas vítimas. Eram mulheres que resistiam ao seu empobrecimento e à exclusão social. Parte delas, de fato, ameaçava, lançava olhares reprovadores e amaldiçoava as pessoas que lhes recusavam ajuda. Os responsáveis por seus processos as acusavam de serem desordeiras, de possuírem línguas venenosas, de perturbar a vizinhança, acusações que os historiadores e historiadoras muitas vezes aceitaram. Porém, cabe a nós nos perguntarmos se não há, por detrás das “maldições”¹³² proferidas, um ressentimento surgido da injustiça sofrida e da marginalização social. Em segundo lugar, para além dos fatores econômicos, se desenvolvem, nesse período, políticas institucionais cada vez mais misóginas e violentas, a fim de docilizar e manter as mulheres em posições

¹³¹Ibidem, p. 17-18.

¹³²No inglês, o verbo “to curse”, que pode ser traduzido como amaldiçoar, também é usado como sinônimo do “xingar”.

de subordinação, qualquer afirmação de independência ou transgressão sexual por parte delas deveria ser fortemente punida. Além de pobres e velhas, as bruxas também poderiam ser, então, as mulheres de má reputação, com filhos fora do casamento, ou cujo comportamento ia de encontro ao modelo de feminilidade que vinha sendo construído e imposto à população feminina. Tudo isto possuía como principal finalidade operar uma reorganização familiar útil ao novo modelo de produção, o capitalismo.¹³³

Outro tipo de bruxa é aquele mais conhecido, ligado às curandeiras e parteiras. As mulheres praticantes de “magias e feitiços” e, por isso, populares em suas comunidades, também passaram a ser vistas como ameaças para as novas estruturas de poder sociais e econômicas, que buscavam destruir todas as formas de poder popular. Essas mulheres passaram a ser marginalizadas em todos os sentidos, até mesmo a tradicional transmissão oral de seus conhecimentos de ervas e medicamentos para filhas e netas sofreram perseguição. O assassinato das “bruxas” não significou apenas a destruição de seus corpos, mas também colocou fim a um mundo de relações sociais que tinha servido como fonte do poder e do conhecimento das mulheres.

As bruxas eram as comunistas ou terroristas de seu tempo, e exigiam formas de controle social e violências institucionais para forjar uma nova subjetividade e uma divisão sexual do trabalho na qual o capitalismo se apoiaria. A caça às bruxas e suas constantes execuções nas fogueiras foram os meios pelos quais as mulheres, na Europa em maior medida e na América do Sul em menor medida, foram educadas sobre suas novas obrigações sociais, além de operar uma grande derrota às classes mais baixas, obrigadas a aprender sobre o poder do Estado e a evitar quaisquer formas de resistência.¹³⁴

Para Silvia Federici, então, a forma de organização capitalista teve sua consolidação inicial através, dentre outros, de procedimentos feminicidas. Sua hipótese central é que, atualmente, estamos testemunhando uma nova escalada de feminicídios, principalmente com vítimas de países africanos e da América do Sul e Central, pois a globalização tem sido um processo de recolonização política. Cuja

¹³³Ibidem, p. 19-20.

¹³⁴Ibidem, p. 33.

finalidade é entregar aos grandes detentores de capital um controle ainda maior das riquezas naturais e do trabalho humano precarizado e, isto, não pode ocorrer sem que as mulheres sejam amplamente afetadas, uma vez que são as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas comunidades. O terror contra as mulheres é um elemento essencial nesta nova era de globalização, não só pelas mensagens de medo extremamente mobilizadoras, mas também porque, ainda hoje, elas têm o potencial de manter unidas suas comunidades e de defender ideais não econômicos sobre aquilo que deve ou não ser valorizado no percurso de uma vida. Federici acaba por estabelecer, assim, alguns paralelos entre os feminicídios do mundo globalizado e os feminicídios inquisitórios do séc. XVI e XVII.

Ainda, existem outras maneiras pelas quais as formas atuais de acumulação de capital alimentam e instigam a violência contra as mulheres, como o desemprego, os trabalhos precarizados e o depauperamento dos salários de suas famílias. O trabalho doméstico sob responsabilidade das mulheres ainda é uma realidade, no entanto, ele não é mais uma condição suficiente para que as mulheres sejam socialmente reconhecidas, hoje, espera-se que elas não dependam de seus maridos – caso existam – e sejam responsáveis pelos proventos da casa. Além disso, privados de renda e do consequente exercício de seus papéis de provedores, muitos homens descontam suas frustrações não só em suas companheiras, mas também buscam recuperar dinheiro ou masculinidade explorando os corpos e trabalhos de outras mulheres.¹³⁵

O fato de as mulheres saírem de lares atravessados por relações de poderes desiguais, afeta completamente a forma como elas foram e são absorvidas pelo mercado de trabalho. Para suprir as necessidades de suas famílias, elas muitas vezes necessitam emigrar, ou levar o trabalho reprodutivo para outras famílias, ou entrar para mercados ilegais, como o de tráfico de drogas ou redes de prostituição, o que gera uma série de vulnerabilidades e novas violências que podem culminar em casos de feminicídios.

A partir da filósofa crítica, Nancy Fraser, é possível traçar de uma forma bastante evidente como a integração das mulheres ao mercado de trabalho, nas

¹³⁵Ibidem, p. 51-53.

diferentes formas assumidas pelo capitalismo, quase sempre ocorreu por meio de processos violentos. Sua tese é a de que toda forma de sociedade capitalista abriga em si uma tendência à crise ou contradição em relação à reprodução social, pois se por um lado a reprodução social é uma condição de possibilidade para a manutenção da acumulação de capital, por outro tal orientação de acumulação ilimitada provoca uma desestabilização dos próprios processos de reprodução social que constituem as bases para o capitalismo. Esta contradição reprodutiva do capitalismo está na base do que Fraser chama de “crise do cuidado” (ou “déficits de cuidado”¹³⁶).¹³⁷

Grande parte das análises atuais sobre o capitalismo é focada nas contradições internas do sistema econômico e costuma afirmar, de uma forma geral, que existe uma tendência incutida à auto-desestabilização que gera crises periódicas. Apesar de concordar com essa conclusão, Fraser argumenta que essas análises não são capazes de proporcionar uma imagem completa das crises inerentes ao sistema capitalista, isto porque, quando uma pesquisa parte unicamente de uma perspectiva econômica, acaba-se por compreender nosso modo de produção de maneira muito limitada. Por outro lado, ao acolher uma compreensão mais ampla do capitalismo, integrando a economia oficial às condições “não econômicas” que fazem parte dela, Fraser amplia as possibilidades de conexão entre as crises tendenciais de produção e de reprodução.¹³⁸

Desde pelo menos a época da Revolução Industrial, quando a separação entre as esferas pública e privada começou a ser consolidada, houve a distinção entre o trabalho reprodutivo e produtivo. O primeiro é associado às mulheres, cuja moeda de pagamento seria o “amor”, a “virtude”, etc., enquanto o segundo é associado aos homens e a moeda de troca é, efetivamente, o dinheiro. Dessa forma, as sociedades capitalistas criam uma base institucional moderna para a subordinação feminina, separando o trabalho reprodutivo de um enorme rol de atividades humanas e o relegando à obscura “esfera doméstica”, sem reconhecimento social. Dentro desta

¹³⁶Para Fraser, o capitalismo não depende apenas do sistema reprodutivo, mas também das funções de governança desempenhadas pelos poderes públicos e da disponibilidade da natureza como fonte de insumos e de “lixeira” para os resíduos da produção. Porém, o artigo *Contradictions of Capital and Care* foca-se na dependência reprodutiva que diz respeito, basicamente, às atividades de provisão, de cuidado e de interação que produzem e mantêm laços sociais.

¹³⁷FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. New Left Review, n. 100, jul.- ago., 2016, p. 100.

¹³⁸Ibidem, p. 101.

recém-inaugurada lógica de mercado, em que o dinheiro torna-se a principal fonte e meio de poder, a inexistência de um salário para a reprodução foi determinante para definir a nova situação das mulheres. Aquelas que fazem o trabalho reprodutivo estão estruturalmente subordinadas àqueles que ganham salários, ignorando-se que os trabalhos delas sejam uma pré-condição para que exista o trabalho assalariado. Deste modo, as sociedades capitalistas, ao separarem a esfera reprodutiva da produtiva, acabam obscurecendo a importância e valor da primeira, mas, paradoxalmente, possuem “economias oficiais” dependentes deste trabalho reprodutivo cujo valor é desprezado. Este paradoxo não está localizado dentro da economia, nem dentro do lar, mas na fronteira que separa estes dois elementos da sociedade capitalista. Com frequência, esta contradição está latente, porém, se manifesta quando o impulso do capital para a acumulação se desvincula de suas bases sociais e se volta contra elas. Quando a lógica da produção econômica se sobrepõe à reprodução social, desestabiliza os próprios processos dos quais o capital necessita. Destruindo, por conseguinte, suas próprias condições de possibilidade e instaurando uma crise do cuidado.¹³⁹

Embora seja inerente ao capitalismo, essa antinomia entre produção e reprodução assume características diferentes a depender do momento histórico e forma assumida pelo capitalismo. A filósofa divide esta temporalidade em três: capitalismo liberal competitivo do século XIX; capitalismo estatal do pós-guerra (Estado de Bem-Estar Social); e o capitalismo neoliberal financeirizado do nosso tempo.

No capitalismo clássico (liberal competitivo), que combinava exploração industrial em alguns países europeus com expropriação colonial nas periferias do mundo, era esperado que os trabalhadores se reproduzissem de maneira autônoma, ou seja, fora dos circuitos de valores monetizados e o Estado deveria se abster dessa relação. Neste momento, os imperativos de produção e reprodução estavam em franco conflito, pois com a separação drástica das esferas, criou-se um forte imaginário sobre as funções femininas e masculinas, mas ao mesmo tempo era um regime que não fornecia condições materiais para que a maioria da população se

¹³⁹Ibidem, p. 102.

adequasse a estes ideais. Assim, nos centros capitalistas, mulheres e crianças, em busca de renda, eram levadas para dentro de minas e fábricas para que se tirasse proveito de sua mão de obra barata e dócil, tornando o mercado de trabalho da época ainda mais competitivo. Com salários miseráveis, condições de trabalho indignas e insalubres, estas crianças e mulheres tornaram-se símbolos do desapeço do capital pelas relações sociais sustentadoras de sua própria produtividade.¹⁴⁰

A contrapartida foi uma crise em dois níveis: um social, visto que a incapacidade reprodutiva das classes pobres e trabalhadoras foi tão avassaladora a ponto de esfacelar-se e, em um plano moral, espalhou-se um horror entre as classes médias, pois entendiam que aquilo que era visto por elas como “família” estava sendo destruído graças ao comportamento das mulheres proletárias, já que elas se afastavam dos ideais que vinham sendo afirmados.¹⁴¹ Assim, apesar de submeterem-se a condições de trabalho e salários ainda piores que as dos homens, elas não possuíam reconhecimento social por desempenharem trabalhos não reprodutivos, pelo contrário, ainda eram vítimas de uma nova gama de violências físicas, morais, sexuais, econômicas, etc.

A mulher esteve presente desde o início da industrialização; seu trabalho, menos qualificado, mal pago e raramente colocado no nível onde se exercia o poder, aí ficando sempre em posição secundária e subordinada ao seu papel de mãe e de esposa que era seu único papel social reconhecido e legítimo.¹⁴²

Nas américas, a realidade do trabalho era diferente, as capacidades produtivas e reprodutivas das mulheres negras escravizadas estavam sendo instrumentalizadas para o aumento do lucro dos grandes fazendeiros, os quais constantemente separavam as famílias escravizadas, vendendo seus membros para diferentes “proprietários”. Sobre a mulher negra escravizada, como bem coloca Angela Davis, até hoje, poucas análises profundas foram realizadas acerca de seu cotidiano e seu papel econômico neste período. Poucas são as obras produzidas que ultrapassam os

¹⁴⁰SCOTT, Joan W.; TILLY, Louise A. *Women, work and family*. Londres: Routledge, 1987.

¹⁴¹FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. New Left Review, n. 100, jul.- ago., 2016, p. 105.

¹⁴²BELLE, F. “Executivas: Quais as diferenças na diferença?” In: CHANLAT, J.F. *O Indivíduo nas Organizações: dimensões esquecidas*. Volume II. São Paulo: Atlas, 1993, p. 196.

binômios promiscuidade-casamento e estupro-sexo voluntário com homens brancos.¹⁴³

Davis apresenta alguns pensamentos iniciais sobre essa situação. Para ela, o grande espaço que o trabalho assume, hoje, na vida da mulher negra diz respeito a um parâmetro estabelecido nos primeiros anos da escravidão. As mulheres escravizadas tinham as outras dimensões de suas vidas encobertas pelo trabalho compulsório, de modo que para compreender a vida destas mulheres, deve-se sempre levar a questão do trabalho em consideração. Sendo o povo negro considerado objeto-propriedade, não pessoa, as mulheres negras eram vistas como “unidades de trabalho lucrativas”. Assim, eram constantemente vistas como trabalhadoras em tempo integral e, em raros momentos, como mulheres, mães, companheiras. Considerando, portanto, os parâmetros de feminilidade difundidos durante o século XIX, as mulheres negras eram encaradas como anomalias.¹⁴⁴

As mulheres negras que estavam na posição de escravas eram, intrinsecamente mais vulneráveis a todos os tipos de violências, principalmente físicas e sexuais. Se para os homens negros as punições mais graves eram açoitamentos e mutilações, as mulheres costumavam ser açoitadas, mutiladas e estupradas. Segundo Davis, o estupro se configurava como “uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras”.¹⁴⁵ Essas formas de coerção tendiam a facilitar a monstruosa exploração econômica de suas forças de trabalho. O que, com o passar do tempo, também contribuiu para gerar crises na fronteira entre produção e reprodução capitalistas, incorporadas, em especial, pelo papel exercido pela mulher negra.

Retomando a exposição realizada por Nancy Fraser sobre as “crises do cuidado”, durante o capitalismo do pós-guerras ou Estado de Bem-Estar Social, a relação entre produção e reprodução alterou-se um pouco. Baseado essencialmente na produção em larga escala, no consumismo interno dos países europeus e dos

¹⁴³DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16.

¹⁴⁴Ibidem, p. 17-18.

¹⁴⁵Ibidem, p. 20.

Estados Unidos e ainda sustentado pela expropriação colonial e pós-colonial nas periferias do mundo. O combustível deste regime foi o fornecimento de “bem-estar social” e reprodução das famílias, pelo menos em parte, pelo próprio Estado. Assim, o paradigma vitoriano da separação das esferas foi relativamente alterado, além de haver uma atualização do que era o salário da família, incluindo mais direitos dentro daquilo que se compreendia como básico. Porém, aqui também, apenas uma parcela das famílias conseguiu alcançar este ideal mais moderno de salário e bem-estar. Neste modelo, as contradições entre produção e reprodução foram articuladas resultando em um aumento da responsabilidade estatal sobre as formas de manutenção da vida. Ao assumir algumas responsabilidades públicas, o Estado buscava não só minimizar os efeitos causados pela exploração excessiva na esfera reprodutiva, como também diminuir os índices de desemprego em massa, investindo, por exemplo, na construção de obras públicas para contratação da mão de obra excedente.¹⁴⁶

O desenvolvimento do que ficou conhecido por social-democracia era necessário para preservar o Estado capitalista de suas próprias predisposições a auto-desestabilização, além de dar uma resposta ao espectro revolucionário que rondava as massas. Assim, a produção e o lucro exigiam, aos olhos da sociedade, a cultivação biopolítica de uma força de trabalho digna, com saúde, educação, segurança, aposentadoria, e estes direitos deveriam ser garantidos por meio de investimentos públicos e complementados por provisões corporativas. Esses investimentos eram considerados como uma necessidade da época, uma vez que, durante seu período clássico, as relações capitalistas haviam se infiltrado de tal forma no tecido social que as classes trabalhadoras não mais conseguiam reproduzir-se por conta própria. A reprodução social foi, portanto, trazida oficialmente para o domínio da ordem estatal capitalista.¹⁴⁷

Para a filósofa, apesar da necessidade intrínseca de transformação do capitalismo clássico, foram as lutas das classes trabalhadoras – homens e mulheres – que configuraram a social-democracia tal como a conhecemos, exigindo que o bem-

¹⁴⁶FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. New Left Review, n. 100, jul.- ago., 2016, p. 108.

¹⁴⁷Ibidem, p. 109.

estar material fosse respeitado e que pudessem ter acesso a uma vida familiar equilibrada. Agarrando-se a esta nova formatação do capitalismo, as classes trabalhadoras buscavam valorizar a reprodução social frente à engrenagem de moer gente da produção econômica. É possível dizer que o alargamento de direitos sociais no seio do Estado-providência representou um avanço democrático e seus novos arranjos, por algum tempo, foram úteis para estabilizar a reprodução social, pois atenuavam-se as pressões materiais sobre a vida familiar, haja vista que as demandas populares haviam sido parcialmente incorporadas pelo sistema político.¹⁴⁸

Não se ignora, neste contexto, que cada país imprima distintas características a tal capitalismo do pós-guerras. No Brasil do pós-guerras, diversos e diversas cientistas políticos afirmam não ter havido aquilo que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social, mas tão somente algumas políticas esparsas de bem-estar voltadas à população.¹⁴⁹ Isto porque, as classes trabalhadoras brasileiras ainda concentravam-se precipuamente nas zonas rurais e não possuíam um grau considerável de organização. Além disso, o formato adquirido pela luta de classes no Brasil foi bastante diverso de grande parte dos países europeus, aqui, após 1930 e até hoje, a repressão policial foi bastante central para o enfraquecimento ou aniquilamento de conflitos sociais. As classes trabalhadoras foram fortemente reprimidas não só pelas velhas oligarquias do Brasil Império, mas também pela burguesia que estava se formando durante a industrialização do Brasil.¹⁵⁰

Ainda assim, como defende Sonia Draibe, apesar das poucas políticas públicas criadas nessa época serem efêmeras e desarticuladas, elas também tinham como principal função a reprodução da força de trabalho no momento em que a força de trabalho industrial brasileira estava se constituindo (entre as décadas de 30 e 60 do século passado).¹⁵¹

Por fim, a última classificação de Nancy Fraser acerca da “crise do cuidado” diz respeito ao Capitalismo Neoliberal, Globalizado ou Financeirizado atual. Como o

¹⁴⁸Ibidem, p. 109-110.

¹⁴⁹PAULANI, L. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁵⁰GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Revista de Administração Pública (RAP) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. n. 40, v.02, mar.-abr., 2006, p. 201-234.

¹⁵¹DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 77.

regime capitalista clássico, o modelo de bem-estar também entrou em um longo processo de crise, culminando na redução de investimentos estatais para a manutenção da vida de suas populações. A partir da década de 80, pesquisadores e pesquisadoras puderam começar a perceber os contornos do que se tornaria o capitalismo financeirizado de hoje. A partir das lições dos economistas neoliberais Friedrich von Hayek, da Escola Austríaca, e Milton Friedman, da Escola de Chicago, esse novo modelo começou a ganhar legitimidade em diversos países do norte do globo, por meio do aumento das privatizações, desinvestimento em bem-estar social e criação de políticas que visavam ampliar o espaço da autorregulação do mercado.¹⁵² As mulheres passam a ser cada vez mais incorporadas à força de trabalho remunerada (com baixíssimos salários), levando seu trabalho essencialmente reprodutivo (de cuidado, criação, carinho) para outras famílias e comunidades, ao mesmo tempo em que se diminui sua capacidade de realizar essa reprodução para si mesmas. Como consequência, tem-se uma nova forma dualizada para a organização da reprodução social: uma reprodução mercantilizada para aquelas pessoas que podem pagar por ela e privada para aquelas que não podem.¹⁵³

A maior característica deste novo regime é a centralidade da dívida, em especial a “dívida pública”. Por intermédio dela, as grandes instituições financeiras ao redor do globo constroem os Estados a diminuir seus gastos sociais e a implementarem políticas de austeridade sobre os indivíduos mais vulneráveis. É principalmente em razão das dívidas que as populações das periferias mundiais, como os indígenas e pequenos camponeses brasileiros, têm sido despojadas de suas terras, a fim de que os recursos energéticos, hídricos, combustíveis, etc., sejam transferidos para os países do norte. É crescentemente, também, por meio do endividamento, que a acumulação segue seu fluxo histórico: com a precarização do trabalho, enfraquecimento da organização dos trabalhadores e pagamentos de salários abaixo do que seria socialmente necessário para a reprodução. Nesta economia neoliberal globalizada, para se manter, os cidadãos-consumidores necessitam cada vez mais de créditos e, conseqüentemente, possuem dívidas cada vez maiores. Assim, cada vez mais por intermédio da dívida, o capital tem deteriorado

¹⁵²Sem deixar de lado o uso do Chile, pelos Estados Unidos, como laboratório de políticas neoliberais a serem implementadas posteriormente em outros locais.

¹⁵³FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. New Left Review, n. 100, jul.- ago., 2016, p. 112.

as relações de trabalho, disciplinado Estados, transferido riqueza no sentido sul-norte e usurpado valores das famílias, comunidades e natureza.¹⁵⁴ O capitalismo, mais uma vez, intensifica as contradições entre produção econômica e reprodução social e se desestabiliza.

Como os regimes anteriores, o capitalismo financeirizado continua institucionalizando a divisão entre produção e reprodução baseado na divisão de gênero. Mesmo que haja uma abertura maior para as mulheres no mercado de trabalho, seus salários são menores que homens desempenhando as mesmas funções e sua carga de trabalho reprodutivo não tem redução, ou seja, ainda há expectativas sociais para que as mulheres continuem a cumprir seus papéis domésticos, além do papel de provedoras.

No seio do neoliberalismo globalizado, além de diminuição de gastos públicos, os salários reais foram achatados, aumentando, assim, o número de horas de trabalho remunerado necessário para manter uma família. Isto, conseqüentemente, gera uma busca desesperada para transferir o trabalho reprodutivo para outras pessoas, geralmente outras mulheres. Para preencher essa falta no cuidado, as famílias mais privilegiadas costumam contratar mulheres mais pobres, recorrentemente negras, para desempenharem tal função. Do mesmo modo, as famílias de países ricos recorrem à mão de obra de mulheres imigrantes, pobres, desesperadas por trabalho, mesmo com salários irrisórios, para transferir as funções reprodutivas. Porém, para fazer isto, as imigrantes necessitam repassar suas próprias responsabilidades domésticas para mulheres ainda mais vulneráveis, o que redundando no que Fraser chama de cadeias de atendimento global cada vez mais longas e que, no final das contas, não são capazes de preencher as lacunas de assistência, gerando uma nova crise do cuidado.¹⁵⁵

Assim, as hipóteses levantadas por Nancy Fraser e Silvia Federici se encontram. Atualmente, não é mais possível que as mulheres sejam responsáveis apenas por trabalhos reprodutivos, sua aceitação social também depende de suas capacidades de provimento familiar. O que há hoje é um modelo de conciliação, nele

¹⁵⁴Ibidem, p. 112-113.

¹⁵⁵Ibidem, p. 113-114.

cabe à mulher conciliar a vida familiar e profissional, como se combinação fosse uma condição necessária para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.¹⁵⁶ Jules Falquet defende que, cada vez mais, as mulheres têm deixado de servir a apenas um homem, para servir a muitos (cozinhando, limpando, cuidando, provendo serviços sexuais, etc.), fazendo com que os limites para as formas tradicionais de violência contra a mulher (domésticas ou familiares) se desfaçam, o que as deixa ainda mais vulneráveis a abusos.¹⁵⁷ Tudo isto está intimamente ligado às transformações históricas pelas quais o capitalismo passou.

A divisão sexual do trabalho não só atravessa toda a sociedade, como também age articulando o trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, essa divisão exclui ou integra às mulheres ao âmbito produtivo de acordo, precipuamente, com os interesses de grupos dominantes, recolocando-as total ou parcialmente no âmbito reprodutivo caso assim seja necessário.¹⁵⁸ O avanço do sistema neoliberal na América-Latina e Central tem produzido uma crescente informalização do trabalho, com o galopante desenvolvimento de mercados transnacionais que muitas vezes possuem negócios parcialmente ou completamente ilegais. Os novos empregos desta era são comumente “potenciais”, temporários ou em tempo parcial e, ainda assim, costumam ser as únicas oportunidades de emprego para os e as imigrantes em países centrais e também para a população mais pobre ou miserável dentro de seus próprios países.¹⁵⁹

Sem dúvidas, é possível afirmar que as transformações do capitalismo não são fenômenos uniformes e inequívocos. Seus efeitos são conflitantes e nas últimas décadas o capitalismo trouxe consigo alguns resultados positivos para a vida das mulheres – resultados que não vêm apenas a partir do desenvolvimento capitalista, mas de muitas lutas dos movimentos feministas. O aumento de postos de trabalhos remunerados para alguns grupos de mulheres (especialmente brancas e não pobres),

¹⁵⁶HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 604, set./dez. 2007.

¹⁵⁷FALQUET, Jules. *De los asesinados de Ciudad Juárez al fenómeno del feminicidio: nuevas formas de violencia contra las mujeres?* Viento Sur. Publicado em: 30/12/2014. Disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article9684>>. Acesso em 04/10/2018.

¹⁵⁸DEVREUX, A.M. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro da análise sobre a dominação masculina*. Cadernos de Crítica Feminista, v. 5, n. 4, dez., 2011, p. 12-13.

¹⁵⁹FALQUET, Jules. *Hommes en armes et femmes “de service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle du travail*. Cahiers du genre, n. 40, 2006, p. 16.

inclusive em posições de poder mais evidentes, faz com que muitas análises feministas considere a conquista do mercado de trabalho, mesmo que aparentemente gradativa, como um importante passo em direção à autonomia feminina. No entanto, em especial nos estudos mais atuais sobre feminicídio, as estudiosas feministas têm apontado para as consequências perversas do capitalismo neoliberal globalizado para a vida das mulheres.¹⁶⁰

O livro *Terrorizing Women: femicide in the Américas*, por exemplo, traz reflexões articulando o feminicídio e o avanço do neoliberalismo em diversos países da América-Latina, com características específicas de cada localidade, mas que também possuem pontos de interlocução. São trabalhos que partem de perspectivas estruturais e feministas, colocando os feminicídios no marco do desenvolvimento da globalização neoliberal, em especial, os feminicídios classificados por Julia Monárrez Fragoso como “feminicídios sexuais sistêmicos”. Para Fragoso, em locais em que existem lógicas similares de assassinatos seguidos de abusos sexuais de mulheres, é necessário que se aborde a hipótese dos “feminicídios sexuais sistêmicos”, uma vez que a recorrência de corpos violados de mulheres e meninas são prova irrefutável das relações sociais desiguais que atingem homens e mulheres. Ao mesmo tempo, seguindo a linha da Lagarde, defende que há nesse tipo de feminicídio uma conivência do Estado, assegurada por grupos hegemônicos, que reforça a dominação masculina e sujeita mulheres e familiares à intensa insegurança diante dos grandes períodos que os crimes permanecem sem respostas e/ou punição.¹⁶¹

Outra classificação trazida por Monárrez Fragoso, importante para pensar sobre o feminicídio e a questão do trabalho, é o chamado “feminicídio por ocupações estigmatizadas”. Nesses casos, temos mulheres que trabalham como dançarinas ou garçonetes de boates noturnas, atrizes pornográficas e prostitutas, que são assassinadas não só por serem mulheres, mas por serem mulheres ocupando uma posição que é socialmente desautorizada. A maioria são assassinadas ao cobrarem por seus serviços ou por não aceitarem ceder seus corpos para além dos limites

¹⁶⁰Ibidem, p. 20.

¹⁶¹FRAGOSO, Julia E. Monarréz. “Las diversas representaciones del feminicidio y los asesinatos de mujeres em Ciudad Juárez, 1993-2005”. In: FRAGOSO, Julia E. Monarréz (*et al*). *Violencia contra las mujeres e inseguridad ciudadana en Ciudad Juárez*. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2010, p. 376-380.

inicialmente estabelecidos. Nos feminicídios por ocupações estigmatizadas, as instituições estatais – polícia, judiciário, Ministério Público – funcionam ainda mais como aliados dos feminicidas, a imprensa reforça estereótipos de gênero e a sociedade aceita a divisão entre as boas e as más vítimas,¹⁶² como já apontado por Vera Andrade sobre a diferenciação entre as mulheres honestas e as desonestas quando são vítimas de crimes sexuais.¹⁶³

Ao pensar não só na questão de Ciudad Juárez, mas nas novas características dos feminicídios na América-Latina, Rita Laura Segato afirmou que havia uma barbárie falsamente fora de controle que deveria ser associada ao desenvolvimento de novas lógicas econômicas, políticas e inclusive territoriais fortemente relacionadas às máfias de narcotraficantes em luta contra o poder estatal.¹⁶⁴ A disputa por terras e o modelo de agronegócios, a precarização do trabalho, a guerra territorial protagonizada por narcotraficantes, o espraiamento de códigos carcerários por grandes espaços nas cidades, a proliferação de assassinos de aluguel, reformam processos de exploração sobre corpos femininos, ampliando os benefícios dessa exploração e se expandindo para novas localidades além do lar.¹⁶⁵

Com relação, especificamente, ao tráfico de drogas, setor da economia informal que possui tanta força na economia neoliberal, se desenha um tipo de feminicídio bastante recorrente que se conecta às guerras entre grupos e facções criminosas por poder, dinheiro e territórios; são os feminicídios por vingança. Em suas ponderações sobre os corpos femininos como território de vingança, Ana Carcedo argumenta que os códigos de condutas masculinos possuíam traços de respeito *formal* pelas

¹⁶²Ibidem, p. 374-376.

¹⁶³Ver capítulo 2.1, a respeito da divisão feita pelo sistema de justiça criminal, de acordo com Vera Andrade, entre as mulheres honestas e não honestas que são vítimas de estupro e o consequente tratamento processual diferenciado dado a elas.

¹⁶⁴No Brasil, as disputas entre poder público e facções criminosas já são recorrentes. Exemplo mais recente desse conflito ocorreu no início de janeiro de 2019, no Estado do Ceará, ocasião em que as facções existentes no estado atacaram diversos estabelecimentos públicos e privados como forma de protesto contra a fala do Secretário de Administração Penitenciária, Mauro Albuquerque, de que seriam adotados procedimentos mais rigorosos dentro dos presídios cearenses e de que o poder público não “reconheceria as facções”. Dois trabalhos importantes sobre essa temática são *Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC*, de Sérgio Adorno e Fernando Salla, e *O sujeito entre a disciplina e o controle: sobre as instituições de confinamento e os fenômenos de massa*, de Ricardo Salztrager.

¹⁶⁵SEGATO, Rita Laura. *Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, n.13, v.2, mai.-ago., 2005, p. 265-285.

mulheres. Esse “respeito” possui como origem uma lógica indubitavelmente sexista que busca demonstrar hombridade por meio da proteção das mulheres, já que estas, assim como crianças, idosos e doentes, seriam pessoas mais frágeis. A partir dessas regras, um ataque contra uma mulher ou um grupo de mulheres seria visto como covardia, ou seja, falta de coragem para enfrentar um outro homem. Seguindo esta norma de conduta, então, as mulheres costumavam ficar de fora dos acertos de conta existentes entre homens ou entre grupos rivais. Além disso, em alguns grupos criminosos, como nas antigas máfias (e até mesmo em facções como o PCC - Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho), as famílias são bastante valorizadas por representarem laços de lealdade que se impõem a outras relações.¹⁶⁶

Porém, as organizações e facções criminosas existentes no modelo neoliberal têm abandonado tais códigos de conduta. Nelas, tem regido o princípio da rentabilidade, em que vale à pena ameaçar de toda e qualquer forma aqueles que não cumprem suas obrigações e dívidas. Nesse quadro, as mulheres, mães, companheiras, irmãs, filhas, têm seus corpos transformados em territórios de vingança e ajustes de contas entre os homens pertencentes aos grupos faccionados. Além disso, em decorrência da divisão sexual do trabalho, as mulheres são mais facilmente encontradas, pois assumem responsabilidades rotineiras de cuidados da família e, por isso, costumam estar sempre nos mesmos lugares, o que diminui suas possibilidades de fugirem ou se esconderem. Ainda, muitas das vítimas em potencial ignoram correr riscos, pois os homens de suas famílias nem sempre compartilham as questões de perigos e ameaças com elas. Ao usar as mulheres como zona de vingança, demonstra-se, com clareza, a amplitude da desumanização de seus corpos e existências, pois as vítimas de feminicídio são escolhidas por sua condição de “posse material” do homem que se deseja atingir por meio deste assassinato. Além disso, nesses processos de vingança, muitas vezes seus filhos e filhas também acabam sendo executados. São situações de verdadeiros massacres.¹⁶⁷

Em sua obra *Estruturas Elementares da Violência*, fruto, principalmente, de pesquisas realizadas com condenados por violações sexuais no Brasil, Rita Laura

¹⁶⁶CARCEDO, Ana. *No olvidamos, ni aceptamos*: femicidio en Centroamérica, 2000-2006. San José: Asociación Centro Feminista de Información y Acción, 2010, p. 27.

¹⁶⁷Ibidem, p. 27-29.

Segato formula a tese de que dentre os principais motivos pelos quais os homens cometiam tais crimes, um deles seria para “provar algo” para outros homens. Para ela, as mensagens enviadas pelo masculino, quando cometem violências contra mulheres, viajam em dois eixos: um vertical, dos homens para as mulheres (com conteúdo de ameaça, medo, dominação, horror, etc.), e o outro horizontal.¹⁶⁸ Nesse segundo sentido, os homens mandam mensagens para outros homens, a fim de demonstrarem seu poder, o controle que possuem sobre determinadas regiões, a possibilidade de atuarem de maneira impune, etc. Assim, os feminicídios são utilizados como meio para enviar mensagens a grupos rivais, sendo esta uma nova linguagem de terror, poder e controle enraizada principalmente em zonas emblemáticas para o processo neoliberal de globalização.¹⁶⁹ Assim, a formulação de Segato sobre as mensagens em sentido horizontal, se encaixa perfeitamente às hipóteses de feminicídios como meio de vingança.

Importante mencionar que a vingança exercida sobre a vida de mulheres não é uma prática que se restrinja apenas aos grupos de criminosos não institucionalizados. A violência contra as mulheres faz parte, por exemplo, da sangrenta guerra contra as drogas que ocorre, desde 2016, sob o governo de Duterte, nas Filipinas. De acordo com o *Center for Women's Resources*, soldados que ocupam diversas comunidades do país têm praticado todo o tipo de abusos contra mulheres filipinas, inclusive como forma de punir homens envolvidos com o tráfico de drogas. Estupros e assassinatos são utilizados como armas de guerra, como meio de intimidação contra os líderes da comunidade, ou contra inimigos considerados como ameaças. Estes soldados, também, desfrutam da cultura de impunidade que circunda estes casos.¹⁷⁰

Porém, não precisaríamos ir tão longe para reconhecer manifestações de disputas entre policiais e traficantes que atuam sobre a vida e os corpos de mulheres. Na recente intervenção federal ocorrida no Rio de Janeiro, de acordo com relatório elaborado pela Defensoria Pública, houve diversos casos de abusos por parte dos

¹⁶⁸SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia*: ensaios sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

¹⁶⁹SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

¹⁷⁰CENTER FOR WOMEN'S RESOURCES. *President Duterte's Rape Joke: a go-signal to sex abusers among troops*. Publicado em: 29/05/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/cMBCdt>>. Acesso em: 07/01/2019.

policiais, incluindo roubos, estupros e assassinatos. Dentre os relatos trazidos pelo Jornal El País Brasil, em uma das casas identificadas pelos policiais como local de uso e venda de drogas, foi encontrado um grupo de jovens traficantes e suas respectivas namoradas. Na ocasião, as mulheres foram estupradas e os homens espancados.¹⁷¹

No Brasil, a utilização de políticas de “guerra às drogas” como meio de eliminar ou docilizar grupos marginalizados já é algo antigo, porém, os discursos de mais prisão, mais rigor e, conseqüentemente, mais violência, continuam mais vivos do que nunca. Com a entrada contínua de mulheres para o mercado ilegal da droga,¹⁷² como consequência da precarização dos postos de trabalho e de desemprego em massa, como já mencionado, isto tem contribuído para afastar – aos olhos dos operadores do Sistema de Justiça Criminal – qualquer hipótese de feminicídio nos casos em que exista qualquer pequena conexão com o tráfico de drogas. Como é possível se depreender da entrevista realizada, também pelo jornal El País Brasil, com o delegado da 30ª Delegacia de Polícia de Fortaleza.

De acordo com o delegado, o aumento do assassinato de mulheres em quase 300%, quando se comparou os dois primeiros meses de 2018 aos dois primeiros meses de 2017, no estado do Ceará, é justificado pela entrada das mesmas nos grupos faccionados que atuam no estado, como Comando Vermelho, PCC, Família do Norte e Guardiões do Estado. De acordo com ele, tais assassinatos não poderiam se tratar de feminicídios, uma vez que as mulheres são assassinadas, em 90% dos casos, das mesmas formas pelas quais os homens traficantes são mortos: com as mãos amarradas e vários disparos na cabeça. Assim, tratam-se, de acordo com ele, de casos relacionados exclusivamente ao tráfico de drogas e não ao feminicídio. Das 96 mulheres assassinadas em janeiro e fevereiro de 2018, apenas 4 foram

¹⁷¹STABILE, Arthur. *Policiais estupraram meninas durante intervenção no Rio, aponta relatório da Defensoria Pública*. Jornal El País Brasil. Publicado em: 03/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aymres>>. Acesso em: 05/10/2018.

¹⁷²De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional, em seu informativo (INFOPEN – Mulheres) de 2018, o número de mulheres presas no Brasil aumentou 455% entre os anos 2000 e 2016 (p. 14), dentre as presas, 62% respondem pelo delito de tráfico de drogas (p.53). Acesso em: <https://goo.gl/Sc1EvJ>.

classificados como feminicídios.¹⁷³⁻¹⁷⁴ No entanto, como vimos, a mera relação afetiva com alguém envolvido com o tráfico de drogas não desqualifica a hipótese da ocorrência de um feminicídio, pelo contrário, grandes são as chances de estarmos diante do uso da vida de uma mulher como território de vingança por uma facção rival. A partir de situações como essa, é possível vislumbrar a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre feminicídios a fim de compreender as situações em que ele ocorre fora do cenário familiar tradicional. Só assim, o quadro de violência feminicida pode ser desvelado de maneira mais completa e combatido em suas raízes.

4.2 Feminicídio e armas de fogo: o fomento à violência masculina

É impossível ter um coração para o ódio e outro para o amor. O ser humano tem apenas um coração e eu sempre pensava em como salvar o meu.

Svetlana Aleksievitch – A Guerra não tem Rosto de Mulher

Um relevante aspecto da atual sociedade neoliberal, de acordo com o criminólogo David Garland, diz respeito à crescente responsabilização individual, e não mais estatal, pela prevenção ao crime. Cada vez mais, a segurança pública deixa de ser vista como um direito social e passa às mãos de empresas privadas, por meio da provisão e produção de armamentos, equipamentos de segurança, contratação de seguranças privados, cursos de treinamento e qualificação para vigilantes, transporte de valores, etc. Diante das principais características de um Estado neoliberal, que pretende controlar suas crises cortando gastos estatais por meio de privatizações, desmantelamento de políticas públicas e desregulamentação da economia, a vulnerabilidade de alguns setores sociais, incapazes de adquirir esses bens de maneira privada, é duplicada. Além disso, este estado de coisas, faz emergir na sociedade pessoas com posicionamentos cada vez mais individualistas, meritocráticos e não-solidários.¹⁷⁵

¹⁷³BEDINELLI, Talita. *Na guerra de facções, número de mulheres mortas no Ceará explode*. Jornal El País Brasil. Publicado em: 26/03/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/BQtjPf>>. Acesso em: 12/10/2018.

¹⁷⁴As estatísticas apresentadas pelo jornal El País e pelo delegado da 30º DP de Fortaleza foram retiradas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

¹⁷⁵GARLAND, David. Os limites do estado soberano – estratégias de controle do crime na sociedade contemporânea in: CANÊDO, Carlos e FONSECA, David S. Ambivalência, contradição e volatilidade

Ainda, outra característica dos nossos tempos (e de outros também) a alimentar o mercado da segurança privada é o fomento ao medo, à sensação de insegurança constante. O medo, como um discurso de poder fortemente mobilizador, demonstra sua potencialidade em criar imagens que avivam o terror social e são transmitidas de forma natural pelo senso comum, sendo o medo um dos nascedouros de exigências por uma sociedade cada vez mais militarizada, totalitária e verticalizada. E, como bem coloca Vera Malaguti, o medo não pode ser compreendido como resultado de uma época difícil, mas como a escolha ideológica e estética do momento econômico em que vivemos. Esse sentimento é posto como uma forma de interpretar nossa realidade e é retomado em momentos convenientes seja para as estratégias de governo, seja para as estratégias de mercado, apontando, normalmente, como foco do medo os grupos mais marginalizados. Assim, a mobilização desse sentir serve para a justificação de estratégias de exclusão dos grupos sociais mais empobrecidos e marginalizados.¹⁷⁶

De acordo com David Garland, essa nova maneira de controlar o crime chama-se *estratégia de responsabilização*. Nela, os governos induzem particulares e agências não estatais a tomarem a questão da criminalidade para si e se responsabilizarem pela solução ou controle deste problema. Assim, essa estratégia casa-se perfeitamente aos ideais neoliberais de privatização e redução de gastos públicos, pois ajuda a desenvolver tanto empresas privadas, quanto, teoricamente, onera menos os órgãos governamentais, tudo isto por meio do estímulo ao lucrativo mercado de segurança privada.¹⁷⁷

Na contramão de grande parte dos setores da economia, a segurança privada tem, nas últimas décadas, lucrado cada vez mais, especialmente quando tratamos do policiamento privado realizado por vigias e vigilantes, área da segurança privada que mais cresceu, no mundo, pelo menos nos últimos 50 anos. No Brasil, Zanetic aduz que desde 1969, quando foi regulamentado por meio de Decreto Federal, este mercado tem crescido linearmente, tendo seu *boom* a partir dos anos 90. Apesar de

no sistema penal – leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 55 – 99.

¹⁷⁶BATISTA, Vera Malaguti. “O medo na cidade”. In: PLASTINO, Carlos Alberto (Org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2002, p 205.

¹⁷⁷GARLAND, op. cit.

várias pesquisas apontarem o desenvolvimento deste setor, nem sempre os números são idênticos, o que gera algumas controvérsias.¹⁷⁸ Porém, ainda de acordo com os levantamentos realizados por Zanetic, entre 1998 e 2004, a quantidade de vigilantes regularmente cadastrados foi multiplicado por quatro, passando de 280 mil para quase 1 milhão e 200 mil profissionais. Este número pode ser ainda maior se levarmos em consideração a existência de vigias e vigilantes que trabalham na ilegalidade, ou seja, não estando devidamente regularizados no Departamento da Polícia Federal.¹⁷⁹

No contexto brasileiro, há uma diferença crucial quanto ao que foi apontado por David Garland com relação ao Reino Unido, pois, apesar de existir um fomento à responsabilização individual pela questão da criminalidade, o Estado continuou a investir em segurança pública (e beneficiar empresas privadas que constantemente são contratadas para prestar serviços ao Estado). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre os anos de 2002 e 2015, foram gastos 76,3 bilhões de reais neste setor, pela União, Estados e Municípios, com um crescimento de 62% entre as duas datas. Este documento também demonstra o crescimento assustador de compras de arma de fogo em lojas autorizadas no mesmo período.¹⁸⁰ Números que devem aumentar após o enfoque dado à questão da suposta necessidade de armamento pessoal, durante a corrida eleitoral de 2018, e o posterior afrouxamento do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.086/2003) realizado pelo presidente Jair Bolsonaro por meio de decreto.¹⁸¹

Silvia Federici vê, por meio do desenvolvimento contínuo da militarização da vida cotidiana, a glorificação de modelos misóginos e agressivos de masculinidade.¹⁸² A masculinidade, apreciada como gênero de uma dominação, é possibilitada por um feixe de práticas inter-relacionais no qual os homens reiteram as características

¹⁷⁸ZANETIC, André. *A segurança privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade. São Paulo, n. 3, p. 51-70, 2010.

¹⁷⁹ZANETIC, André. *A Disseminação da Segurança Privada no Brasil: pressupostos e motivações*. 30º Encontro Anual da ANPOCS – USP, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/LbLSvv>>. Acesso em: 08/01/2018.

¹⁸⁰FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Disponível em: <<https://goo.gl/JBPfHV>>. Acesso em: 28/05/2018.

¹⁸¹A alteração mais fundamental realizada pelo novo decreto presidencial ao Estatuto do Desarmamento foi aumentar as categorias de indivíduos em que se presume “efetiva necessidade” de possuir armas de fogo de uso permitido.

¹⁸²FEDERICI, Silvia. *Witches, witch-hunting and women*. Oakland: PM Press, 2018, p. 56.

tradicionais do gênero masculino (violência física, negação das emoções, etc.) e buscam reforçar as prerrogativas de controle diante de mulheres e de homens que não sejam compatíveis às expectativas deste gênero.¹⁸³ Nesse sentido, Jules Falquet argumenta que a proliferação de homens armados e a nova divisão social do trabalho (do capitalismo neoliberal e globalizado), na qual boa parte das vagas de trabalho masculinos, legais ou ilegais, requerem violência (seguranças particulares, guardas de empresas, carcereiros, membros de gangue, soldados, milicianos), desempenham um papel central ao forjar masculinidades cada vez mais violentas e perigosas.¹⁸⁴

Exemplo disso é trazido pela organização estadunidense, National Center of Women and Policing, que divulgou um estudo indicando que 40% das famílias de policiais sofriam com violência doméstica, em contrapartida, no restante da sociedade a violência doméstica ocorria em 10% dos lares. Outro estudo, que considerou apenas policiais mais antigos e experientes, constatou que a violência doméstica ainda ocorria em 24% das famílias. Assim, concluiu-se que este tipo de abuso é de 2 a 4 vezes mais comum em residências de policiais do que naquelas da população em geral.¹⁸⁵ Isso corrobora a afirmação de Federici de que, com maior frequência, aqueles que matam mulheres são homens cujo acesso às armas é facilitado e que estão acostumados a resolver conflitos fazendo uso da agressividade. A violência é indivisível, não há como praticá-la diariamente durante o expediente e não a levar para casa.¹⁸⁶ É claro que o uso de violência como necessidade das ocupações cotidianas não afeta apenas os policiais, mas toda a gama funções de segurança pública e privada, bem como contamina as milícias e diversas outras organizações criminosas.

O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em seu Dossiê Mulher 2018, informou que, no ano de 2017, quase 50% das mulheres assassinadas foram mortas pelo uso de armas de fogo. No mesmo ano, no estado, foram registrados 5 feminicídios e 15 tentativas de feminicídio por mês. Já em 2019, em seus primeiros

¹⁸³OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. Crises, valores e vivências da masculinidade. Revista Novos Estudos – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). São Paulo: v. 1, n. 56, 2000. p. 100.

¹⁸⁴FALQUET, Jules. *Hommes en armes et femmes “de service”*: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle du travail. Cahiers du genre, n. 40, 2006.

¹⁸⁵NATIONAL CENTER OF WOMEN AND POLICING. *Police family violence fact sheet*. 2013. Disponível em: <<http://womenandpolicing.com/violenceFS.asp#notes>>. Acesso em 15/08/2018.

¹⁸⁶FEDERICI, Silvia. *Witches, witch-hunting and women*. Oakland: PM Press, 2018, p. 56.

vinete dias, um levantamento feito pelo Jornal O Globo denunciou que 107 mulheres haviam sido vítimas do crime de feminicídio, 68 consumados, 39 tentados, distribuídas em 94 cidades, em 21 estados do Brasil.¹⁸⁷

Assim, o aumento do número de armas de fogo, sejam elas legais ou ilegais, bem como o aumento de empregos cujo uso da violência é instrumento de trabalho, tem impactos diretos no aumento dos índices de feminicídios das últimas décadas. Não é à toa que, reconhecendo a maior vulnerabilidade de mulheres que convivem com homens armados, a medida protetiva de urgência da lei Maria da Penha (11.340/2006), disposta em seu art. 22, inc. II, estabeleça a suspensão da posse ou restrição do porte de armas com respectiva comunicação ao órgão competente. Por isso, a flexibilização realizada no Estatuto do Desarmamento e o aceno presidencial para novas facilidades nesse quesito devem acender um alerta vermelho nos órgãos e organizações encarregados do combate às desigualdades entre os gêneros, pois casos de feminicídios podem se tornar ainda mais recorrentes.

No debate público, a defesa pela posse e pelo porte de armas comumente se baseiam no direito individual de legítima defesa. Porém, nos mais diversos locais, os homens recorrem às armas não apenas para proteger a si, seus bens e proteger suas famílias (alguns dos supostos requisitos da masculinidade), mas também para incorporar sentimentos de força e prazer. Importante notar que a masculinidade não compõe apenas os indivíduos, mas também instituições e tradições, de modo que ela própria é constituída dentro de uma economia política global. Assim, as acepções de masculinidade são capazes de cruzar fronteiras do mesmo modo que fazem pessoas e objetos.¹⁸⁸

A acepção mais simples é que os homens sempre prevaleceram na cultura das armas, desde períodos coloniais em que eram utilizadas principalmente para proteção, períodos de guerra em que eles representavam o maior número de combatentes, até o fato de serem, atualmente, as principais figuras por detrás da

¹⁸⁷O GLOBO. *Cento e sete casos de feminicídio foram registrados em 2019, diz estudo*. Publicado em: 21/01/2019. Disponível em: <<https://goo.gl/SW7WFf>>. Acesso em: 21/01/2019.

¹⁸⁸SPRINGWOOD, Charles Fruehling. "Gunscares: toward a global geography of the firearm". In: SPRINGWOOD, Charles Fruehling. *Open Fire: understanding global gun cultures*. New York: Oxford, 2007, p. 20-21.

indústria armamentista e pela distribuição lícita ou ilícita de armas ao redor do mundo. Os homens dominam a cultura das armas e a cultura das armas prolonga a dominação masculina. Deste modo, as armas alargam o poder genderizado masculino, projetando a masculinidade e a violência para todas as instituições que, conseqüentemente, ampliarão as principais características desta masculinidade armada: perseguição, predação, domínio, conquista, imediatismo e agressão.¹⁸⁹

4.3Feminicídio e ressentimento: a violência como backlash

É impossível chegar muito perto da realidade, cara a cara. Entre a realidade e nós existem os nossos sentimentos.

Svetlana Aleksievitch – A Guerra não tem Rosto de Mulher

Uma chave de análise para compreender o feminicídio como um todo, tanto nos casos de feminicídio íntimos quanto não íntimos, parece ser a ideia de *backlash*. A inglesa pretende, nesse caso, nomear a reação conservadora ou reacionária que se dirige a determinadas minorias sociais como resultado de ganhos de direitos reais ou apenas formais. No caso do presente trabalho, o *backlash* diz respeito às ações autoritárias e violentas, marcadas pelo sexismo, que se dirigem às mulheres e aos movimentos feministas como resposta às crescentes conquistas de direitos e de espaço discursivo na sociedade, mesmo que esses avanços não tenham sido suficientes para colocar fim à desproporção de poderes entre homens e mulheres.

Na pesquisa de campo realizada por Stela Meneghel e Vania Hirakata, a hipótese de partida era de que em locais nos quais existiam populações mais marginalizadas, com menor nível escolar e maiores taxas de natalidade as mulheres estariam mais vulneráveis à violência fatal. No entanto, de acordo com seus resultados, notou-se uma inversão entre as proporções de assassinatos de mulheres e de taxas de natalidade, isso quer dizer que em locais em que havia taxas de natalidade menores, foram detectados números mais altos de mulheres assassinadas. Tal constatação, vai no mesmo sentido das hipóteses de *backlash*, em que os conflitos entre casais aumentam na medida em que a mulher começa a se afastar dos papéis

¹⁸⁹KING, C. Richard. "Arming desire: the sexual force of guns in the United States". In: SPRINGWOOD, Charles Fruehling. *Open Fire: understanding global gun cultures*. New York: Oxford, 2007, p. 87-88.

tradicionais, inclusive da maternidade, e se dedica a outras funções, como estudos, trabalhos, lazer, etc.¹⁹⁰

De acordo com as autoras, a despeito de parecer paradoxal, em países ou comunidades em que as “hierarquias de gênero [estão] mais cristalizadas, as mulheres podem estar preservando as próprias vidas ao ocultarem as agressões sofridas e ao não enfrentarem diretamente a violência doméstica”.¹⁹¹ Para além do âmbito doméstico, em sociedades em que os princípios feministas estejam amordaçados, é possível imaginar que as mulheres também estejam menos vulneráveis à violência feminicida, uma vez não protestam contra assédios e abusos ocorridos em outros ambientes e nem se submetem ao exercício de funções que vão de encontro ao que se espera delas socialmente.

Seguindo a mesma lógica já apontada por Silvia Federici, Portella e Ratton argumentam que há mais situações de violência conjugal contra mulheres quando o homem possui grau de escolaridade ou rendimentos menores do que sua companheira. Assim, diante ausência destes formatos costumeiros de poder, eles recorrem à violência com a finalidade de restaurar sua superioridade masculina. Sendo esta mais uma das hipóteses que sustenta a ideia de *backlash*, visto que os avanços femininos em direção a maior autonomia esbarram no aumento da violência masculina potencialmente feminicida, como uma forma de reintegrar as mulheres às estruturas sexistas.¹⁹²

Porém, o *backlash* não é um fenômeno recente, Susan Faludi ao escrever sobre os “contra-ataques na guerra não declarada contra as mulheres”, aponta que a existência de backlashes não é algo novo, pelo contrário, em muitos momentos ao longo da história, quando as mulheres obtiveram algum êxito no campo social ou na política *stricto sensu*, sempre surgiu algo para impedir que o feminismo continuasse florescendo na mesma intensidade. Em sua obra, a qual escreve principalmente a partir de uma perspectiva midiática, Faludi demonstra como os jornais estadunidenses

¹⁹⁰HIRAKATA, Vania Naomi; MENEGHEL, Stela Nazareth. *Feminicídios: homicídios femininos no Brasil*. Revista de Saúde Pública, n. 45, v.3, 2011, p. 569-571.

¹⁹¹Ibidem.

¹⁹²PORTELLA, Ana Paula e RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 96.

dos anos 80 buscavam espalhar notícias a fim de conter o avanço das mulheres. Dentre suas notícias os jornais traziam “estatísticas” demonstrando, por exemplo, que as mulheres com maiores níveis de estudos tinham menos chances de se casarem, que as divorciadas tinham uma queda desastrosa em seus padrões de vida, que existia uma epidemia de infertilidade entre aquelas que haviam decidido adiar a maternidade, etc. Ao longo de sua exposição, a autora vai demonstrando como todas essas notícias eram falsas e tinham como função, apenas, constranger e barrar a conquista de direitos femininos.¹⁹³

Uma teoria bastante recente que contribui para explicar esses fenômenos de *backlash* contra a conquista de direitos por minorias sociais, foi apresentada por Rahel Jaeggi em um trabalho em coautoria com Nancy Fraser.¹⁹⁴ Nesta obra, Jaeggi, por meio de reflexões afeitas à psicanálise e à ciência política, busca relacionar o aumento de atitudes autoritárias e violentas do nosso tempo com o que ela chama de uma “tendência politicamente regressiva”. Ela introduz sua ideia dizendo que a regressão é um modelo específico de bloqueio de experiências que se utiliza de diversos mecanismos para esta finalidade, dentre estes mecanismos existe o ressentimento (*ressentiment*). Assim sendo, o ressentimento é apenas uma das várias facetas da regressão.

Rahel Jaeggi usa a ideia de ressentimento com a finalidade de compreender a estrutura interna de dinâmicas que tendem a desviar o sofrimento e a indignação social no sentido de atitudes reacionárias e autoritárias, ao invés de se curvarem aos movimentos de emancipação. Tal postura não poderia ser explicada apenas por uma suposta busca dos indivíduos em atender os próprios interesses, uma vez que recorrentemente elegem candidatos afeitos a políticas claramente avessas aos interesses da maior parte da população (Jair Bolsonaro não escondeu suas intenções de acabar com o Ministério de Trabalho e apoiar as reformas trabalhista e da previdência social, por exemplo). E mesmo tendo em vista o ódio às diversas correntes

¹⁹³FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 25-26.

¹⁹⁴Apesar de ser um trabalho em coautoria, os aspectos sobre o ressentimento são trabalhados exclusivamente por Rahel Jaeggi e não por Nancy Fraser.

da esquerda, em especial ao Partido dos Trabalhadores, isto ainda não transforma a decisão de grande parte do eleitorado em algo racional.¹⁹⁵

Porém, Jaeggi argumenta que mesmo que os interesses reais desta parte reacionária da população não sejam satisfeitos (mais acesso a bens e serviços, por exemplo), o ressentimento desta parcela é. Esse conceito é instigante para a análise de nossa atual conjuntura desde que não seja concebido apenas como um conceito sociopsicológico, mas como um “afeto” social. Desse modo, é possível verificar as razões estruturais mais elementares do ressentimento como sendo parte de uma análise mais ampla da crise neoliberal e da regressão. Para Jaeggi, o ressentimento é um afeto de segunda ordem. Ele não decorre da própria situação social objetiva, mas de um juízo normativo de que a situação é ruim (errada, imerecida, injustificada), circunstâncias que causam, portanto, sensações de indignação. Além disso, o ressentimento também decorre de situações que resultam em um sentimento de impotência. Não se trata, portanto, de mera indignação contra uma situação injusta, mas do sentimento de que o outro tem algo que eu não tenho de forma ilegítima e sem merecimento, um fenômeno que pode estar completamente descolado da efetiva distribuição de poderes e capacidades em uma situação social.¹⁹⁶

A sensação de impotência, portanto, não se dirige a um problema de primeira ordem (como o fato de não poder custear um plano de saúde privado). A falta de poder da qual decorre o sentimento de impotência diz respeito a impossibilidade ou a incapacidade de sequer expressar, verbalizar ou expor o sentimento de indignação, o que em uma cultura meritocrática neoliberal, na qual as pessoas precisam assumir responsabilidade por si mesmas, por seus feitos e pelos resultados de seus esforços, desdobra-se em uma dupla insatisfação: a primeira é ter que aceitar que aquilo que se tem (ou não se tem) é responsabilidade dos próprios méritos e a segunda é decorrente do incômodo causado por aqueles ou aquelas percebidas como não merecedoras de seus respectivos direitos e/ou de reconhecimento público. Por esse motivo, o discurso contra o “politicamente correto” (ganhando sede, inclusive, no

¹⁹⁵JAEGLI, Rahel; FRASER, Nancy. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Cambridge: Polity Press, 2018, p. 217-219.

¹⁹⁶Ibidem, p. 217-219.

discurso de posse do atual presidente) vem ganhando força contra a suposta interdição de pensamentos e manifestações.¹⁹⁷

Por esse motivo, o ressentimento é percebido, até mesmo, nas pessoas que não estão sendo privadas de poder e pode ser direcionado àquelas que, objetivamente, não possuem muito poder. Ademais, o ressentimento também é um mecanismo de defesa, estimulado quando os limites da ordem conhecida começam a se esfacelar,¹⁹⁸ como quando a precarização do trabalho e da vida criam uma sensação generalizada de impotência, fazendo com que parte da população sinta a necessidade de mostrar “quem é que manda”. O ressentimento reacionário é direcionado contra as pessoas acusadas de corromperem as normas domésticas e transformarem a casa ou o país em um local estranho. O sentir-se alienado, a partir da perda do lar, caracteriza esse momento de regressão. A vontade de restabelecer o controle só pode ser plenamente realizada na imaginação de cada indivíduo. Por isso, falar de ressentimento como um modo de regressão é útil para compreender como é possível a existência de reais emoções, mesmo a partir de concepções ilusórias. Jaeggi argumenta que o apoio às políticas autoritárias pode não preencher as necessidades materiais das pessoas, mas satisfaz o ressentimento, e isso muitas vezes já é suficiente.¹⁹⁹ Seu argumento final é que o ressentimento autoritário não é apenas um fenômeno psicológico e social, mas parte de uma conjuntura socioestrutural e, desse modo, é um sintoma geral da crise neoliberal na qual estamos todos e todas inseridas.

Ademais, ressentimento não precisa ser compreendido apenas como uma forma de regressão dentro do universo político institucional, manifestado através do voto, por exemplo. Pode também ser percebido como parte da estrutura que está por detrás do aumento de violências interpessoais contra imigrantes, islâmicos, LGBTQ e mulheres em diversos países.

Neste caso, parte da teoria de Segato, sobre o eixo vertical pelo qual viajam as mensagens dos abusadores, conversa diretamente com a hipótese elaborada por Rahel Jaeggi.

¹⁹⁷Ibidem, p. 217-219.

¹⁹⁸Como ocorre com a dissolução das fronteiras nacionais ou das identidades de gênero.

¹⁹⁹Ibidem, p. 217-219.

No eixo vertical, ele [o estuprador] fala, sim, à vítima, e seu discurso adquire um aspecto punitivo e o agressor, um perfil de moralizador, de campeão da moral social porque, nesse imaginário compartilhado, o destino da mulher é ser contida, censurada, disciplinada, reduzida, pelo gesto violento de quem reencarna, por meio desse ato, a função soberana.²⁰⁰

Jules Falquet complementa a análise no que diz respeito à violência feminicida, defendendo que ela é uma mensagem enviada igualmente aos grupos de mulheres que sustentam as mesmas características das principais vítimas de determinadas localizações. Se em Ciudad Juárez fortes ameaças estavam sendo enviadas às *maquilleras*, no Brasil o terror tem se dirigido com muita frequência às mulheres negras,²⁰¹ trabalhadoras do mercado legal ou ilegal e/ou não dispostas a manterem-se em relacionamentos abusivos. As mensagens de total desprezo e de impunidade, emanadas tanto por agressores, cúmplices e Sistema de Justiça Criminal, produzem uma série de efeitos em suas destinatárias, como a possibilidade da desmoralização e do medo impedirem-nas de atuar individual ou coletivamente para colocar fim às violências sofridas.²⁰²

Os feminicídios contribuem para aterrorizar e normalizar os comportamentos femininos, a fim de fazê-las retornar à vida familiar, restringir sua mobilidade, limitar suas escolhas e minar a organização coletiva feminina. Por fim, Falquet afirma que o discurso de terror e impunidade tem participação em um processo de dessensibilização social que afeta, em maior ou menor medida, todas as instituições e toda a população.²⁰³

A partir desta exposição mais ampla sobre o fenômeno do feminicídio, tanto aqueles fruto de terrorismo íntimo, quanto daqueles que ocorrem em outras esferas da vida, o próximo capítulo irá discutir a questão de sua tipificação como uma

²⁰⁰SEGATO, Rita Laura. *Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, n.13, v.2, mai.-ago., 2005, p. 272.

²⁰¹De acordo com o Mapa da Violência de 2015, entre 1980 e 2013, o assassinato de mulheres brancas diminuiu em quase 10%, enquanto o de mulheres negras aumentou em mais de 54% no mesmo período, o que demonstra uma vulnerabilidade muito maior das mulheres negras a este tipo de violência. WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília – DF: 2015, p. 30.

²⁰²FALQUET, Jules. *De los asesinados de Ciudad Juárez al fenómeno del feminicidio: nuevas formas de violencia contra las mujeres?* P. 15.

²⁰³Idem, p. 15.

estratégia para combatê-lo, principalmente a partir da discussão travada entre a criminologia crítica e os movimentos feministas.

5. Pensamento feminista e a criminologia crítica: há diálogo possível?

A diferença entre a Guerra e a Paz é a seguinte: na Guerra, os pobres são os primeiros a serem mortos; na Paz, os pobres são os primeiros a morrer. Para nós, mulheres, há ainda uma outra diferença: na Guerra, passamos a ser violadas por quem não conhecemos.

Mia Couto – Mulheres de Cinzas

Como visto, no ano de 2015, foi criada, no Brasil, a lei do feminicídio, que transformou o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou por razão de preconceito contra o sexo feminino em um crime de homicídio qualificado e, portanto, de caráter hediondo. Essa mudança legislativa veio no mesmo sentido de diversos outros países da América-latina que, desde os anos 90, têm tipificado a violência contra as mulheres, como a Bolívia (1995), Equador (1995), Peru (1997), Paraguai (2000), Chile (2005), Costa Rica (2007), Colômbia (2008), Guatemala (2008), Argentina (2009), El Salvador (2010), Nicarágua (2012), Panamá (2013) e o próprio Brasil, em 2006, com a lei Maria da Penha.²⁰⁴

A exposição neste capítulo se dará a partir da terceira tendência apontada por Izabel Solysko,²⁰⁵ a “judicializadora”, para que possamos analisar as trocas realizadas entre o pensamento feminista e a criminologia crítica a fim de compreender a pertinência, ou não, da tipificação do feminicídio e o tratamento deste fenômeno social a partir da lógica penal encarceradora. Essa terceira dimensão pretende apresentar modelos teórico-práticos de enfrentamento da violência contra a mulher partindo de um tratamento penal, razão pela qual, nas últimas décadas, esse debate tem criado barreiras entre a criminologia crítica e os feminismos.

Vera Andrade identifica o nascimento do que considera uma Criminologia Feminista no mesmo influxo do nascimento da Criminologia Crítica na década de 70 como um dos braços do paradigma da reação social ou controle social penal. Nesse paradigma, o sistema penal receberá uma interpretação macrossociológica, o que no campo da criminologia feminista se dará nos marcos das categorias “patriarcado” e

²⁰⁴CAMPOS, Carmen Hein de. *Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. Sistema Penal & Violência* – Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCRS. Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 105.

²⁰⁵A respeito da tripla divisão realizada por Izabel Solysko, ver ponto 3.2.

“gênero”.²⁰⁶ Há no paradigma da reação social um deslocamento do objeto criminológico, que no paradigma etiológico se centrava no crime e no criminoso (e raramente na criminosa), passando a se concentrar no sistema de justiça criminal e em como ocorre a criminalização – ou a vitimização – por ele exercida. Porém, é um fato que as considerações criminológicas trazidas pelas diversas correntes e perspectivas feministas nem sempre se centram no paradigma da reação social, a própria análise do feminicídio muitas vezes extrapola considerações sobre o sistema de justiça criminal, se concentrando em outros fatores que propiciam a sua ocorrência. Isto faz com que, conseqüentemente, os aparatos do sistema criminal não sejam considerados em todas as pesquisas feministas como completamente perniciosos e, muitas vezes, surgem como um dos meios de combate à violência contra as mulheres.

Ana Flauzina não fala em uma criminologia propriamente feminista e considera que, em sede de demandas punitivas, têm faltado aos feminismos instrumentos de análises capazes de politizar o quadro de criminalizações de forma mais acertada. Para ela, a contribuição dos feminismos à criminologia – de uma forma geral – ainda parece frágil, “tanto do ponto de vista das formulações propostas quanto da abertura para a recepção de suas constatações mais relevantes”.²⁰⁷

Já a socióloga Carol Smart afirma justamente o contrário, para ela, hoje, os feminismos têm muito mais a contribuir com as criminologias do que o oposto. Smart defende que há muito tempo várias estudiosas de gênero têm se perguntado “o que o feminismo tem a oferecer para a sociologia (ou criminologia)?”, como uma tentativa de adentrar a academia em igualdade de termos com as disciplinas tidas como “oficiais”. Os ramos de conhecimento tradicionais já demandaram que o feminismo se tornasse mais objetivo, mais substancial, mais científico, ou qualquer outra característica que, na realidade, impedia a sua entrada no âmbito acadêmico.²⁰⁸ No entanto, ainda de acordo com Smart, no atual momento,²⁰⁹ em que diversas teorias

²⁰⁶ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 127.

²⁰⁷FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *O feminicídio e os embates das trincheiras feministas*. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 23/24, 2016, p. 97.

²⁰⁸SMART, Carol. “Feminist approaches to criminology or post-modern woman meets atavistic man”. In: GELSTHORPE, Loraine; MORRIS, Allison (org). *Feminist perspectives in criminology*. Milton Keynes: Open University Press, 1990, p. 83.

²⁰⁹Carol Smart, em sua obra “Feminist approaches to criminology or post-modern woman meets atavistic man”, considera o quadro teórico atual como pós-moderno, no entanto, o presente trabalho

formuladas por autoras e autores pós-estruturalistas e/ou pós-modernos têm ganhado forças, são as disciplinas “oficiais” que aparentam estar mais inseguras e limitadas no momento de dar respostas aos complexos problemas sociais existentes, por isso, têm aberto as portas para novas perspectivas, como as feministas, antirracistas, *queers*, ecológicas, etc.

Porém, não parece fazer sentido defender que uma das perspectivas, feminista ou criminológica, deva sobrepor-se à outra. É mais importante que ambas as abordagens trabalhem conjuntamente, a fim de pensar formas eficientes de enfrentamento ao feminicídio, considerando que tanto as construções realizadas pelo pensamento feminista quanto as formulações de cunho criminológico-crítico têm papéis cruciais a serem exercidos na construção de uma política-criminal de proteção às mulheres e de transformação do pensamento sexista que ainda embasa nossa sociedade.

Carmen Hein e Salo de Carvalho se posicionam no sentido de que do mesmo modo que a criminologia crítica foi capaz de evidenciar como o capitalismo e o racismo operam dentro da manutenção do sistema penal, a criminologia feminista demonstrou como a dominação masculina constitui as estruturas do controle punitivo, seja ele formal ou informal. No terreno da epistemologia, o conhecimento crítico e feminista se complementaram no intuito de desconstruir a concepção ontológica da criminalidade que integrava a racionalidade da criminologia etiológica, mas, como já mencionado, no plano político-criminal esses saberes considerados progressistas têm colidido.²¹⁰ Porém, os obstáculos criados nas últimas décadas entre os feminismos e criminologia crítica não precisam ser avaliados como intransponíveis e este é o objetivo deste capítulo: estabelecer um diálogo necessário entre estes dois ramos do conhecimento para pensarmos formas de enfrentamento ao quadro catastrófico de feminicídios no Brasil.

não pretende entrar nas querelas sobre estarmos ou não inseridas e inseridos em uma era de pós-modernidade.

²¹⁰CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. “Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira”. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 153.

Importante mencionar que a divisão realizada nos próximos itens, entre o pensamento feminista e a criminologia crítica, no que tange à criminalização do feminicídio foi feita, principalmente, para que houvesse uma exposição de pensamentos mais clara e didática. No entanto, não se ignora que há dentro da criminologia crítica setores que não se opõem à criminalização do feminicídio, do mesmo modo que existem teóricas feministas fora do âmbito criminológico que se opõem à criminalização das opressões como forma de combate à violência. E isto também será exposto ao longo das páginas a seguir.

5.1 A criminologia crítica se importa com as mulheres?

Na veia rasgada se confirma: nenhuma vida é alheia. E todo o sangue é sempre nosso.

Mia Couto – Vagas e Lumes

A Criminologia da Reação Social, a partir de construções materialistas, deu origem a novas criminologias, dentre elas à criminologia crítica. Essa, então, se desenvolve no marco das categorias do “capitalismo” e das “classes sociais”.²¹¹ Alessandro Baratta assenta que com a superação do paradigma etiológico, a criminalidade deixa de ser vista como uma realidade ontológica, sendo encarada como um *status* atribuído a determinados indivíduos mediante uma dupla seleção (*i*) dos bens jurídicos protegidos e (*ii*) dos comportamentos das pessoas entre todas aquelas que promovem infrações.²¹²

A escolha dos principais bens jurídicos a serem protegidos fica bastante evidente em nosso sistema penal quando notamos que a esmagadora maioria das pessoas presas é acusada ou condenada por crimes patrimoniais (roubo e furto) ou tráfico de drogas. Assim, ao se proteger a propriedade privada, protege-se diretamente a ordem econômica capitalista e seu bom funcionamento. No âmbito da seleção dos comportamentos, nota-se que nem todas as pessoas que cometem crime são, de fato, punidas pelo sistema penal. Há, aqui, uma seletividade do sistema e a

²¹¹ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (dê)silusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 127.

²¹²BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 161.

promoção de uma cifra oculta da criminalidade, como chama Nilo Batista. Isto porque, seria impossível para a justiça criminal ter acesso a todas as infrações penais cometidas, assim, apenas temos conhecimento da “criminalidade registrada”, que empresta uma falsa ideia de totalidade e que cumpre, no discurso político-criminal, uma tarefa ideológica importante. Porém, a “criminalidade registrada” é, na prática, a *criminalização*, pois a seletividade operativa do sistema penal, ao interferir qualitativa e quantitativamente no resultado final da *criminalização secundária* (quem e quantos farão parte dos registros), acaba por configurar a realidade social.²¹³ Na mesma linha, defende Baratta que a criminalidade é “um bem negativo, distribuído desigualmente conforme hierarquia dos interesses fixados no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.²¹⁴

No âmbito da criminalização primária, promovida pelos órgãos de criação de leis penais, há uma relação dos conteúdos, mas também dos não-conteúdos a ela ligados. O sistema de valores que é refletido por esse direito penal abstrato reflete ideais que pertencem ao universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, que dá máxima proteção ao patrimônio privado. Nessa lógica, por meio da criminalização primária, busca-se atingir as formas de desvios típicas dos grupos mais economicamente vulneráveis, ao mesmo tempo em que se imunizam as condutas comuns às classes econômica e politicamente dominantes. Já na criminalização secundária, evidencia-se ainda mais o caráter seletivo do sistema penal abstrato, pois os preconceitos conduzem as ações dos órgãos investigadores e judicializantes, fazendo-os procurar a criminalidade nos locais em que ela é considerada como mais *normal* e recorrente,²¹⁵ ou seja, nos espaços periféricos e favelizados.

Tendo em vista os impactos que a ordem econômica tem na criminologia, para capturarmos o seu objeto devemos compreender a demanda por ordem da nossa formação econômica e social.²¹⁶ Assim, “a criminologia como racionalidade positiva é uma resposta política às necessidades de ordem que vão mudando no processo de

²¹³BATISTA, Nilo. *Criminalidade econômico-financeira*: Intervenção no XIII Congresso Internacional de Direito Comparado. Escola de direito Dom Helder. Disponível em: <<http://goo.gl/Mi2ilw>>. Acesso em: 01/10/2018.

²¹⁴BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, p. 161.

²¹⁵Ibidem, p. 176 e 177.

²¹⁶BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.19.

acumulação de capital. Para compreender o seu léxico, seu vocabulário, e sua linguagem temos que ter a compreensão da demanda por ordem”.²¹⁷

Colocando esses principais pontos da criminologia crítica em evidência, teóricos e teóricas dessa linha se opõe ferrenhamente ao uso do chamado *direito penal simbólico*, nesse contexto, o direito penal seria instrumentalizado por discursos demagógicos de combate ao crime por meio da criação de leis com penas cada vez mais severas que, no entanto, são incapazes de lidar com a violência existente, seja ela real ou criada pelas próprias necessidades do controle penal. Assim, o direito penal é comumente utilizado por políticos e políticas como uma forma de agradar a opinião pública, sendo apresentado como uma mágica solução para os problemas sociais, reforçando o poder do sistema de justiça criminal e, conseqüentemente, suas funções latentes²¹⁸ de manutenção do *status quo*. E é justamente devido ao uso simbólico do direito penal que diversos embates entre a criminologia crítica e os movimentos feministas têm sido travados.

Por causa das demandas de criação de novos tipos penais e penas cada vez mais duras, a criminóloga crítica, Maria Lúcia Karam, em seu texto “A esquerda punitiva”, já em 1996, defendia que desde a década de 70 os movimentos feministas têm se focado em pautas cada vez mais repressoras e essa tendência tem se espalhado para outros grupos de esquerda, como os movimentos LGBTQ e os movimentos de proteção ao meio ambiente. Desse modo, as organizações de esquerda estariam se afastando das formulações produzidas pela criminologia crítica, com propensões ao abolicionismo ou minimalismo penal, haja vista que muitas vezes ignoram o papel do sistema de justiça criminal como um poderoso instrumento de manutenção da dominação das classes detentoras de poder sobre as classes subalternizadas.²¹⁹ Ao agirem desse modo, as “esquerdas punitivas” estariam aproximando-se da direita neoliberal e da falsa crença da aplicação de um direito penal igual para todos. Portanto, ao lutarem por suposta transformação social por

²¹⁷BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, v. 1., n. 2, jul.-dez., 2009, p. 23.

²¹⁸De acordo com Juarez Cirino dos Santos, o direito penal possui funções declaradas de prevenção da criminalidade e ressocialização dos indivíduos que, em verdade, legítimas suas funções não declaradas: a repressão seletiva de indivíduos das camadas sociais inferiores. SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia crítica e a reforma da legislação penal*. Conferência Nacional dos Advogados. Florianópolis, 2005, p. 05. Disponível em: <<https://goo.gl/zbJc8S>>. Acesso em: 04/09/2028.

²¹⁹KARAM, Maria Lúcia. *A esquerda punitiva*. In: Discursos sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n.1, 1º semestre, 1996, p. 79.

meio do direito penal, as esquerdas têm aderido aos valores e interesses característicos das classes dominantes.²²⁰

Mais de 20 anos após a publicação do primeiro texto, Maria Lúcia Karam publica um novo trabalho como desdobramento do ensaio “Esquerda punitiva”, dessa vez, focado especificamente nas demandas criminalizadoras dos movimentos feministas. Esse texto foi fundamentado opondo-se ao grande movimento contra a cultura do estupro instaurado após um caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, no ano de 2016. Para a criminóloga, essa *suposta cultura do estupro* estaria servindo como meio para criar um discurso artificial e emocional em favor de um sistema penal ainda mais opressor e violento. Ademais, não seria possível sustentar a existência de uma cultura do estupro, haja vista que esse comportamento seria altamente reprovável em nossa sociedade, a exemplo da necessidade de separação física entre presos comuns e os presos acusados ou condenados por crimes sexuais.²²¹

Em resumo, ela aponta que diversos teóricos e teóricas de vertentes mais garantistas haviam se silenciado diante do vilipêndio das garantias penais e processuais dos homens envolvidos no caso em cena, mostrando, assim, que para os pensadores e pensadoras feministas havia a utilização de dois pesos e duas medidas para aquilo que dizia respeito ao processo criminal e, portanto, estaria reforçada a lógica do “amigo e inimigo” tão atacada por penalistas e criminólogos e criminólogas progressistas.²²² Karam e seus apoiadores nos últimos anos têm se focado especialmente nas demandas dos movimentos feministas, inicialmente com críticas à lei maria da penha e mais recentemente ao crime de feminicídio. Com os novos aumentos de pena nos casos de feminicídio sancionados no final de 2018, sem dúvida parte dessas críticas são ainda mais necessárias, uma vez que a aposta para haver mais proteção às mulheres tem sido, quase exclusivamente, a criação de mais crimes e penas, sem, no entanto, pensarmos em políticas públicas de base capazes de realmente prevenir casos de violência.

²²⁰Ibidem, p. 82-83.

²²¹KARAM, Maria Lúcia. *Ainda sobre a esquerda punitiva*. Sexuality policy watch. Publicado em: 07/06/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/nMTKbh>>. Acesso em: 20/07/2018.

²²²Ibidem.

Importante mencionar que tanto Karam, quanto aqueles e aquelas que se aproximam de suas perspectivas não ignoram a importância em se lutar contra a lógica social que discrimina e violenta mulheres, porém, acreditam que essa disputa deva ocorrer fora dos limites do direito penal.

Contaminada pela racionalidade penal moderna, a esquerda punitiva acaba enfraquecendo as demais frentes de combate à discriminação. Embora o fracasso da atuação do sistema de justiça criminal posto seja evidente, a obsessão punitiva impede a inovação em matéria penal. Nesse sentido, as propostas de agravamento das sanções e criação de novos tipos contribuem com a manutenção do status quo ao desviar os esforços de soluções mais eficazes.²²³

Outro ponto trazido por criminólogos e criminólogas críticas diz respeito à dupla vitimização imposta pelo direito penal às mulheres vítimas de alguma forma de violência. Para Vera Andrade, o Estado, por reproduzir as violências estruturais da dominação masculina, não é capaz de colocar fim à opressão sofrida pelas mulheres, pelo contrário, ele a duplica. O sistema não só é estruturalmente inapto para proteger as mulheres, mas, também, o próprio castigo acionado por ele é desigualmente distribuído e não cumpre as funções intimidatórias e simbólicas que lhes são atribuídas. Assim, buscar o fim da violência masculina, por intermédio do controle estatal ainda mais violento, redundaria em uma “duplicação do controle, da dor e da violência inútil.”²²⁴

Além disso, Vera Andrade menciona que a vitimização criada pelo sistema penal, caracterizada também pela busca das mulheres por proteção masculina, seja ela do homem ou do Estado, é incapaz de engrandecer as históricas lutas feministas. Ao invés de recorrer ao direito penal, o mais violento e oneroso meio de solução de conflitos, o caminho seria deslocar a luta jurídica para espaços em que haja positividade de direitos, particularmente por meio do direito constitucional e declarações internacionais de direitos humanos. Assim, haveria uma construção positiva e não defensiva da cidadania das mulheres.²²⁵ Por fim, Andrade também menciona que redimensionar a questão da violência contra às mulheres,

²²³BAZO, Andressa Loli. *A nova esquerda punitiva*. Revista Liberdades. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), n. 22, mai-ago, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZK8mrU>>. Acesso em: 23/06/2018.

²²⁴ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 120.

²²⁵Ibidem, p. 124.

transformando um fenômeno privado em algo de relevância pública, não deve significar que a forma mais indicada de lidar com ele seja transformá-lo automaticamente em um problema penal.²²⁶

Postura semelhante é defendida por Isabella Miranda, que entende que o aumento das penas privativas de liberdade, por exemplo, previstas na lei Maria da Penha recaem em uma neocriminalização e convertem problemas sociais, tais quais as desigualdades entre os gêneros, em questões penais. O que reforça um sistema punitivo-retribucionista e dá vazão à irracionalidade do sistema de justiça criminal.²²⁷ Para ela, para que as demandas feministas se concretizem é necessário que se abandone a lógica punitiva e aposte em outras especialidades do direito (civil, trabalhista, constitucional), em busca de uma positividade de direitos.²²⁸

Também costuma ser apontada a desnecessidade da criação do crime de feminicídio, haja vista a existência prévia de uma agravante genérica no art. 61, II, “f” do Código Penal. Ela prevê como circunstâncias que agravam a pena quando há abuso de autoridade ou prevalecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (lei Maria da Penha, 11.340/2006). Porém, importante mencionar, desde já, que esta agravante não é tão abrangente quanto a qualificadora do feminicídio, não sendo capaz de alcançar os casos, como os mencionados no capítulo anterior, não decorrentes de terrorismo íntimo. Reduzindo, novamente, a questão do feminicídio apenas às situações derivadas de violência doméstica ou familiar.

Do ponto de vista da criminologia crítica, é necessário que os movimentos feministas (ou criminologias feministas) exijam a criação de políticas-criminais que visem a diminuição da violência contra as mulheres, mas também combatam os abusos advindos das instituições criminais que recorrentemente recaem sobre os estratos sociais mais pobres, não raro, sobre mulheres, negras e pobres. Ana Flauzina, sobre este ponto em específico, expõe o quanto o sistema de justiça criminal

²²⁶Ibidem, p. 118.

²²⁷MIRANDA, Isabella. *“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher?”* Uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 86.

²²⁸Idem, 112.

dispõe das vidas e corpos de mulheres negras e pobres para continuar em pleno funcionamento.

Flauzina lança a hipótese de que o sistema de justiça criminal não se alimenta apenas de homens negros e pobres, mas também de suas companheiras, irmãs, filhas, mães, que se tornam corresponsáveis, juntamente com o Estado, pelo provimento destes homens durante o período do encarceramento. Os cuidados vão desde o fornecimento de itens básicos de higiene à promoção de atividades ilícitas que garantam as vidas deles dentro do cárcere. Além disso, a função de afeto também precisa ser desempenhada, em especial as visitas normais e íntimas, bem como o papel de monitoramento dos casos dos apenados. Nessa última situação, as mulheres se encarregam de acompanhar o andamento dos processos, pressionar advogados, defensores e juízes para a concessão de benefícios aos apenados.²²⁹ Assim, para além do próprio e crescente aprisionamento feminino que tem abastecido o sistema, as funções desempenhadas pelas mulheres não são meros efeitos colaterais, “mas condição *sine qua non* para a viabilização do encarceramento masculino.”²³⁰

Federici acredita que dado o carácter multifacetado das violências enfrentadas pelas mulheres, a resistência a elas também deve ser organizada em diversas frentes. Porém, deve-se evitar, de acordo com ela, becos sem saída, como demandar por legislações cada vez mais punitivas, pois, deste modo, concede-se mais poder às autoridades que, direta ou indiretamente, são responsáveis por este problema. São mais eficazes as estratégias utilizadas pelas feministas quando trazem o poder e o controle para as mulheres em si, como abrindo abrigos que não sejam controlados por autoridades, mas pelas próprias mulheres que os usam, além de aulas de autodefesa e construção de novas estratégias de inclusão.²³¹

Colocando diversas destas ponderações em consideração e opondo-se completamente a tipificação do feminicídio, Celina Berterame, em participação no CLADEM (Comitê da América Latina e Caribe para defesa dos Direitos das Mulheres), defendeu que este fenômeno só deveria ser considerado como uma categoria social

²²⁹FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *O feminicídio e os embates das trincheiras feministas*. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 23/24, 2016, p. 99-100.

²³⁰Idem, p. 99.

²³¹FEDERICI, Silvia. *Witches, witch-hunting and women*. Oakland: PM Press, 2018, p. 56-57.

de análise, não como um conceito jurídico, muito menos penal. Para ela, as mulheres e feministas não deveriam depositar esperanças em um sistema incapaz de apresentar mudanças, nem do ponto de vista da prevenção de crimes e nem em uma mudança da racionalidade daqueles que cometem crimes.²³²

Uma última ponderação a ser feita diz respeito à participação da vítima, em especial, no direito processual penal. Em poucas palavras, foram, justamente, o monopólio da resolução do conflito pelo Estado e afastamento das vinganças privadas as bases fundamentais do direito processual penal como o conhecemos hoje. Nesse sentido, a vítima foi cada vez mais estigmatizada e expurgada do processo penal, comumente tendo seus interesses ignorados e seu sofrimento colocado em jogo apenas como uma peça dos argumentos de acusação. A criminologia crítica, por meio de vários teóricos e teóricas, denunciou essa postura dentro do direito penal e do processo penal, porém poucos têm se debruçado realmente sobre as questões de vitimização não institucional e contribuído para o aprimoramento do papel da vítima no processo. Ainda hoje, no âmbito das ciências criminais, tem prevalecido a ideia de que elevar a vítima à parte relevante dentro do processo criminal resultará em um processo centrado na vingança.

Em conclusão, não se trata de dizer que a criminologia crítica não se importa com as mulheres, pois, de um modo geral, aqueles e aquelas que se opõem ao uso do direito penal como instrumento pelos movimentos feministas possuem argumentos, inclusive, marcados por algumas preocupações no que tange às mulheres, em especial, com as mulheres negras que costumam ser as mais estigmatizadas e afetadas pelo sistema. Assim, creem que os caminhos extrapenais são capazes de trazer resultados mais positivos, sem corroborar a máquina de moer gente que é o sistema de justiça criminal.

Como veremos nos próximos pontos, alguns criminólogos e criminólogas, inclusive dentro do campo da criminologia crítica, têm sido mais sensíveis às

²³²CLADEM. Comitê da América Latina e Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher Feminicídio. *Contribuciones al debate sobre la tipificación penal del femicidio/feminicidio*. Lima, Peru, 2011, 200-214.

demandas realizadas pelos movimentos feministas, como Alessandro Baratta, Carmen Hein de Campos, Salo de Carvalho e Raúl Zaffaroni.

5.2 O feminismo busca vingança?

A minha pátria é outra e ela está ainda por nascer.

Mia Couto – Mulheres de Cinzas

No decorrer da história, mulheres e pensadoras feministas têm desenvolvido novas epistemologias para pensar velhos dilemas sociais e dogmas já ultrapassados, fazendo novas investigações e produzindo novas linguagens e representações simbólicas. Dar nome ao assassinato de mulheres por razão de preconceitos de gênero, feminicídio, tem por função retirá-lo de contextos contingenciais e inseri-lo em uma estrutura social e discursiva que constantemente o legitima e, até mesmo, o fomenta. Foi por intermédio desta nomeação, grandemente impulsionada pelo debate sobre a criminalização, que a questão do feminicídio atingiu grande parcela da população brasileira, além de ter despertado mais interesses no campo das pesquisas acadêmicas. E, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, nomear um fenômeno até então ignorado e produzir conhecimento sobre ele, seguramente, é capaz influir na redistribuição do saber e do poder em uma determinada sociedade.

Nos espaços acadêmicos, a importância das contribuições feministas ainda é constantemente questionada e desprezada. De modo que se torna relativamente fácil rotular as produções teóricas feministas como punitivistas ou até mesmo reacionárias sem que haja uma análise, com a profundidade devida, de seus apontamentos. A exemplo disso, a própria afirmação da inexistência de uma cultura do estupro, feita por Karam, contraria uma infinidade de estudos realizados por feministas e se sustenta em uma única e falha constatação da opressão sofrida por predadores sexuais nas prisões.²³³

²³³Dentre os diversos livros que discutem a temática da cultura do estupro temos: Ela não mereceu ser estuprada, de Mailô de Menezes Vieira Andrade; As estruturas elementares da violência, de Rita Laura Segato; Estupro de mulheres como crime de guerra: lições sobre direito, feminismo e vitimização, de Samantha Nagle Cunha de Moura; O conta da Aia, de Margaret Atwood; e Speaking Truth to Power, de Anita Hill.

Nomear o feminicídio é e foi determinante para que mais pessoas pudessem, finalmente, enxergar que a violência contra as mulheres chega a níveis dramáticos no Brasil. A busca pelo tipo penal do feminicídio mostrou-se como uma maneira de retirar da tipificação neutra – o homicídio – um estado de coisas não só recorrente, mas estrutural de uma sociedade que silencia as mulheres nas mais diversas searas, inclusive no momento da produção de leis penais ou não.

Como nos traz Alessandro Baratta, naqueles crimes que dizem respeito à esfera privada (como boa parte dos casos de feminicídio), o sistema de justiça criminal precisa ser estudado principalmente abordando os seus *não-conteúdos*, a chamada: seletividade negativa.²³⁴ Ou seja, deve ser estudado naquilo que não criminaliza, ou que criminaliza de forma parcial, deficiente, deixando de fora alguns comportamentos, ou não os considerando de maneira sistemática.

A seletividade negativa permite, talvez até mais do que a positiva, que se vislumbre a função real do sistema de justiça punitiva para a realidade social. Os processos de imunização constituem a interface negativa dos processos de criminalização. No que tange a esfera pública, os mecanismos de imunização de que gozam os homens de posição econômica e social elevadas viram-se largamente estudados internamente às correntes críticas ou progressistas da criminologia e da sociologia da justiça criminal. No que diz respeito à esfera privada, principalmente a criminologia feminista analisou a imunidade penal de que usufruem todos os homens, independentemente das suas posições sociais, enquanto detentores do poder patriarcal.²³⁵

Ainda, para Baratta, a falta de intervenção do sistema penal na esfera tida como privada e a falta de confronto da violência masculina sobre as mulheres devem ser considerados como falta estrutural de tutela para com as mulheres, uma legitimação pública do incondicionado poder patriarcal.²³⁶ O silêncio com relação aos crimes contra a vida e a integridade física de mulheres foi regra no nosso sistema penal, lutar contra essa invisibilidade e a favor de um tratamento específico para esse tipo de comportamento não precisam vir atrelados a uma vontade de prisionalização de homens negros e pobres e nem mesmo fora da agenda da busca de um direito penal mínimo. O direito penal mínimo – estratégia mais adequada ao estado atual de coisas e ao nosso regime constitucional – não afasta do estado e nem da sociedade o dever

²³⁴BARATTA, Alessandro. "O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana". In: CAMPOS, Carmen (Org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999. P. 53.

²³⁵Ibidem, p. 53.

²³⁶Ibidem, p. 54.

de solucionar problemas sociais que demandam respostas justas.²³⁷ Assim, nomear e tipificar o feminicídio faz parte de um movimento em que as mulheres retiram a si mesmas e suas lutas do escuro, estabelecendo, na prática, uma agenda política em que seus direitos e proteção também estão em pauta.

Para pensar a importância da tipificação do feminicídio, o Código Penal Sueco, já em 1998, realizou uma importante mudança legal. Nesta ocasião, tipificou-se a “grave violação da integridade da mulher”, no capítulo 4, sessão 4a. A disposição desse documento é interessante, pois, no início da sessão, o crime de violação da liberdade e da paz é previsto de forma genérica e a pena aplicada é de seis meses a seis anos. Ao final da sessão, é apartada a questão da violência doméstica masculina contra as mulheres, momento em que se reconhece formal e institucionalmente a existência de uma situação específica e sistemática vivida apenas por elas. A pena aplicada para o crime permanece a mesma, de seis meses a seis anos, mas o reconhecimento de que há um cenário particular de violência vivida apenas pelas mulheres, por meio do diploma legal, atua em serviço de uma maior proteção às mulheres e meninas. Além de colocar-se em franca oposição à suposta neutralidade do direito penal, sem que fosse necessário apostar em uma forma de penalização mais alta e mais grave.²³⁸

Essa opção legislativa não se apresenta apenas como uma crença no caráter simbólico do direito penal. A tipificação feita a partir de especificidades de gênero também permite a busca por efeitos práticos, como a geração de dados estatísticos que combatam as cifras ocultas e as informações desagregadas sobre a violência contra as mulheres. Os efeitos práticos podem ser importantes para o fortalecimento de determinados tipos de ação penal e para pesquisas jurisprudenciais qualificadas

²³⁷BARATTA, Alessandro. *Criminología y Sistema Penal*: compilación in memoriam. Buenos Aires: BdeF, 2006. P. 149.

²³⁸ “Section 4a. A person who commits criminal acts as defined in Chapters 3, 4 or 6 against another person having, or have had, a close relationship to the perpetrator shall, if the acts form a part of an element in a repeated violation of that person’s integrity and suited to severely damage that person’s self-confidence, be sentenced for gross violation of integrity to imprisonment for at least six months and at most six years.

If the acts described in the first paragraph were committed by a man against a woman to whom he is, or has been, married or with whom he is, or has been cohabiting under circumstances comparable to marriage, he shall be sentenced for gross violation of a woman’s integrity to the same punishment. (Law 1998:393)”. THE SWEDISH PENAL CODE (1962). Disponível em: <<https://goo.gl/hQv9EF>>. Acesso em: 27/09/2018.

naquilo que tange a estes tipos de crimes.²³⁹ Ademais, com isso, consolidam-se – mesmo que gradualmente – estruturas necessárias para a mobilização policial e judiciária em prol da proteção de mulheres em situação de risco.

Um interessante trabalho sobre a temática foi realizado por Amom Albernaz Pires, em que se propunha averiguar, em uma pesquisa empírica, a inserção dos discursos feministas, em especial sobre o feminicídio, no Tribunal do Júri da cidade de Brasília. Sua hipótese central é que a dissonância entre o que chama de “paradigma de gênero” e as práticas jurídicas do Tribunal do Júri tem diminuído gradativamente, não apenas, mas, também, devido à criação da lei Maria da Penha e da lei do feminicídio. Amom Pires revela que, nos casos observados por ele, a tipificação do feminicídio permitiu não só o acesso à justiça, mas também a uma discursividade de gênero nos debates do plenário. De modo que a comum revitimização, fruto da violência institucional, foi mitigada face aos direitos à memória, à imagem e à verdade de vítimas e sobreviventes do feminicídio. Apesar de não serem nulos, houve um menor uso de argumentos cujo objetivo é culpabilizar a vítima ou patologizar o comportamento dos agressores.²⁴⁰

Ainda, ele menciona que apesar de moderadas, as melhorias constatadas na atuação dos operadores de direitos não podem ser ignoradas e decorreram, não só de transformações legislativas, mas, também, de iniciativas dos movimentos feministas e órgão que possuam como objetivo a luta pela igualdade entre os gêneros, como a ONU Mulheres e Instituto Patrícia Galvão. Tanto é assim que durante os debates em plenários, nas análises de feminicídio, os manuais de dogmática jurídica eram muito menos referidos do que pareceres e tratados de órgãos internacionais de direitos humanos, demonstrando que as narrativas feministas têm, aos poucos, conseguido adentrar os discursos jurídicos.²⁴¹ Isto não significa, no entanto, que as práticas dentro do direito, em especial, do direito penal e processual penal, não sejam ainda extremamente sexistas, mas também não é possível afirmar que os discursos

²³⁹TOLEDO, Patsíli Vázquez. “¿Tipificar el femicidio?”. In: *Anuario de Derechos Humanos 2008*. Centro de Derechos Humanos. Universidad de Chile: Chile, 2008, p. 216.

²⁴⁰PIRES, Amom Albernaz. *O feminicídio no Código Penal brasileiro: da nomeação feminista às práticas jurídicas no plenário do júri*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 204.

²⁴¹Ibidem, p. 207.

de gênero não tenham nenhum impacto na esfera criminal. Além disso, o reconhecimento da violência sexista, causa impactos diretos na vida das vítimas e de seus familiares, tão ignoradas e mal compreendidas pela criminologia crítica e pela dogmática penal.

Resultados como esses e um acesso mais qualificado a dados e estatísticas não podem ser considerados como meros detalhes, frutos da tipificação do feminicídio, pois são imprescindíveis também para a compreensão mais aprofundada do quadro de violência contra a mulher no Brasil, pois ajudam a interpretar as principais características das vítimas, as regiões com maior incidência de casos, perfil do judiciário, etc., e, principalmente, para a formulação de políticas públicas adequadas de combate ao sexismo social e institucional. Além disso, tal tipificação é capaz de possibilitar investigações direcionadas e mais apropriadas para a solução, na concretude, dos tão recorrentes casos de feminicídio e tudo isso é muito mais do que mera vontade de vingança dos movimentos feministas.

Outro ponto trazido por alguns criminólogos e criminólogas críticas merecedor de questionamento é o suposto uso irracional do direito penal simbólico que, com relação ao crime de feminicídio, não pode ser encarado de forma tão inflexível. Pois, como bem aponta o político-criminal Winfried Hassemer, utilizar um direito penal inefetivo apenas como forma de educação popular é inaceitável em um estado democrático de direito, no entanto, o direito penal conta com efeitos que extrapolam a efetiva proteção do bem jurídico, e a utilidade de seus efeitos comunicativos e simbólicos nada tem de censuráveis.²⁴² Porém, os usos do simbolismo do direito penal só podem ser considerados “normativamente legítimos na medida em que decorram de uma tutela penal isenta de fraude, na medida em que brotem de uma proteção de bens jurídicos consistentes e diuturna, na medida em que sejam nutridos e sustentados por uma proteção de bens jurídicos concretizada.”²⁴³

Apesar de não se desconsiderar que, no mundo dos fatos, o Código Penal é utilizado muito mais em prol da defesa patrimonial, o bem jurídico “vida” deve ser o

²⁴²HASSEMER, Winfried. “Descriminalização dos crimes de droga”. In: *Direito Penal. Fundamentos, estrutura, política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008, p. 332.

²⁴³Ibidem.

valor de máxima relevância e proteção, sem o qual nenhum outro faz sentido. Assim, quando estamos diante do crime de feminicídio, não há como falar em uma fraude na escolha do bem jurídico protegido, uma vez que se trata do bem cuja tutela deve ser o escopo de todo o ordenamento. Mesmo que o Estado não seja totalmente eficiente em proteger a vida e a integridade física, esses bens devem figurar ainda assim, e serem reconhecidos pelo Código Penal. Hassemer menciona, por exemplo, que este uso do direito penal e de sua simbologia é completamente diferente nos casos de delitos de drogas. Neles há uma farsa na seleção do bem jurídico “saúde pública” para fins escusos ao direito penal e, muitas vezes, há um apelo pelo seu uso simbólico, puro e simples, sem que haja uma tutela real por detrás do discurso de violência estatal. Este tipo de postura, sim, fere a dignidade humana e afasta o direito penal da real proteção de bens jurídicos.²⁴⁴ Este argumento demonstra, novamente, que a tipificação do feminicídio não pode ser encarada como uma negação da lógica do direito penal mínimo. Por se tratar do direito mais essencial de todos, sua positivação – em apartado do homicídio simples – não viola o princípio da intervenção mínima (ou subsidiariedade ou *ultima ratio*)²⁴⁵ que se comunica diretamente com a ideia do direito penal mínimo.

Outros pontos importantes para a discussão entre criminologia crítica e feminismos são trazidos por Vanessa Fogaça Prateano que defende que o grande erro daqueles e daquelas que defendem o abolicionismo penal (e muitas vezes o direito penal mínimo) é colocar sob comparação crimes completamente assimétricos, como um furto e um estupro. No primeiro caso, as propostas de abolição penal são bem-vindas, uma vez que a criminologia crítica já assentou o viés classista e racista de nosso sistema de justiça criminal, no entanto, para crimes que envolvem violações à vida e à integridade física de mulheres a resposta não, necessariamente, poderá ser a mesma. Isto porque, tanto as causas quanto as consequências para vítimas e familiares são completamente diversas. Equiparar delitos que possuem lógicas totalmente diferentes, ao invés de contribuir com as reflexões sobre um mundo sem ou com menos prisões, em verdade, as impede. Isto porque tende a acentuar a

²⁴⁴Ibidem, p. 333.

²⁴⁵Demanda que o direito penal apenas possa ser utilizado para a defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à convivência ordeira entre as pessoas. Além disso, esses bens jurídicos não devem poder ser protegidos eficientemente de forma menos gravosa. Assim, a norma penal só intervém em situações cuja existência da comunidade é posta em risco.

violência existente no discurso penal e reforçar a invisibilidade das mulheres quando as deixa alheias às discussões masculinizadas sobre as formas “verdadeiramente” adequadas para o enfrentamento da violência estatal.²⁴⁶

Nesse sentido, Soraia da Rosa Mendes defende que, apesar de possuir ideais emancipadores, a criminologia crítica não deixou de se apoiar em pressupostos androcêntricos. Ao focar-se na criminalização do sujeito da base da pirâmide econômica, ignorou que o sujeito em questão constantemente correspondia a uma caracterização da masculinidade. A própria concepção de cárcere, comumente difundida entre a criminologia crítica como uma novidade moderna, resultado das necessidades burguesas do capitalismo industrial, evidencia a existência de um forte sexismo. Isto porque não leva em consideração o processo de reclusão imposto às mulheres ainda durante o medievo, a exemplo dos conventos aos quais as mulheres “inadequadas” eram enviadas, instituições de disciplinamento, correções e, muitas vezes, com penas de caráter perpétuo.²⁴⁷ Os efeitos da desconsideração do feminino em grande parte dos discursos criminológicos críticos é sentido até hoje e recai na fácil rotulação dos movimentos feministas como movimentos reacionários. Por razões como essa, Gayatri Spivak aduz “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.”²⁴⁸

Isto não quer dizer que os discursos do direito penal mínimo e abolicionistas não tenham fundado uma perspectiva inovadora e, até mesmo, revolucionária, principalmente colocando em xeque as funções da pena, como a ressocialização do preso e a defesa da sociedade. No entanto, não podemos sobrevalorizar os aspectos de raça e classe em detrimento das questões de gênero, até porque, em muitos casos de violência contra as mulheres esses três recortes caminham de mãos dadas. É indiscutível que o sistema de justiça criminal oprime, principalmente, homens, jovens, negros e periféricos, sendo eles os que mais morrem nas mãos da polícia e os que

²⁴⁶PRATEANO, Vanessa Fogaça. *Sobre feminismo e punitivismo*: podem as mulheres priorizar a si mesmas? Revista Feminista Materialista. Publicado em: 20/10/2010. Disponível em: <<https://goo.gl/kaesJ4>>. Acesso em: 03/09/2018.

²⁴⁷MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista*: Novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 140-145.

²⁴⁸SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry. *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 287.

mais se acumulam nas prisões brasileiras, sendo assim, também é indiscutível que eles sejam as grandes vítimas do sistema e conclusão não pode ser ignorada ou amenizada. No entanto, há imensa negligência com relação às mulheres tanto quando se desmerece as análises feministas, quanto quando se omite da discussão os papéis de gênero na produção da violência.

Nos casos de feminicídio ou estupro, por exemplo, em que existe uma dinâmica de gêneros, há uma disparidade entre homem e mulher marcante que leva à violência. A partir do momento em que o Estado intervém, seja para impedir o crime ou sua reincidência, seja para punir, não deveríamos analisar como se do caso fizessem parte apenas a figura do Estado e do homem. Havia também uma mulher, em um contexto de hipossuficiência com relação ao agressor, que precisou recorrer ao Estado. Ao colocar os homens apenas no papel de vítimas, o discurso da criminologia crítica, em muitos casos, não os vislumbra, em outros contextos, como agentes de violência sexista.

Portanto, ao primarmos pelo princípio do não encarceramento, por exemplo, por respeito ao direito de liberdade de locomoção e à ineficiência das tradicionais funções da pena, também é necessário ponderarmos os efeitos causados, diante da não contenção de agressores, na vida das vítimas que possuem sua liberdade de locomoção completamente limitada pelo medo. Não se trata de dizer que o encarceramento é o melhor caminho, mas de compreender que os danos gerados às mulheres vítimas também devam ser considerados em nossas teorias criminológicas e em sede de processos criminais.

Rebeca Solnit conta que, quando jovem, ouviu ser noticiado, como resposta aos casos recorrentes de estupros em uma grande universidade dos Estados Unidos, que as autoridades aconselhavam as alunas a não saírem sozinhas, muito menos após o escurecer. Como resposta a este posicionamento oficial, algumas pessoas espalharam, por meio de cartazes, uma nova sugestão para a abordagem da situação: os homens deveriam ser excluídos do *campus* após o escurecer. Tal estratégia segue a mesma lógica da primeira, porém, muitos homens ficaram aborrecidos com este convite ao desaparecimento, perplexos com a sugestão de limites ao direito de ir e

vir.²⁴⁹ Porém, no caso das mulheres o confinamento está sempre à espreita para envolvê-las novamente, de modo que “sugestões” de não frequentarem determinados lugares, de andarem sempre acompanhadas, de não usarem determinados tipos de roupa, não causam tanto desconforto.

Apesar da proposta irônica dos cartazes, ela foi capaz de demonstrar como lidamos de forma mais natural com a morte social de mulheres, por intermédio do confinamento doméstico, por exemplo, mas agimos com perturbação quando o fundamento se inverte e o homem torna-se foco da limitação de liberdades, seja ela uma limitação imposta pela sociedade ou pelo Estado.

A própria lei Maria da Penha, com o uso das medidas protetivas de urgência, possui a contenção do agressor apenas como último recurso, no entanto, é comum que a medida de afastamento do lar, por exemplo, não seja suficiente para a real proteção da mulher.²⁵⁰ Assim, muitas delas são encaminhadas para casas-abrigo (quando existem), deixam seus trabalhos, mudam de cidade, ficam longe de seus filhos e filhas, ou seja, possuem uma série de direitos atingidos e, ainda assim, essas vulnerabilidades não costumam causar impactos na produção teórica de parte dos teóricos e teóricas críticas.

Quando uma parcela da criminologia crítica coloca em pauta apenas questões atinentes à criminalização, e nunca sobre a vitimização, acaba produzindo respostas que ampliam as violências sofridas pelas mulheres e que são incapazes de apreender a complexidade de fenômenos sociais tais quais o feminicídio. Ainda, é importante mencionar que o recorte raça e de classe deve ser levado em consideração quando falamos sobre as vítimas de violência, isto porque, de acordo com o Mapa da Violência (2015), entre 2003 e 2013, o número de assassinatos de mulheres negras aumentou em 54%, enquanto o de mulheres brancas diminuiu em quase 10%.²⁵¹ Além disso, de acordo com o Dossiê Mulher 2015, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, quase 57% das vítimas dos estupros registrados no Estado, no ano

²⁴⁹ SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 95 e 96.

²⁵⁰ Após serem denunciadas pela lei Maria da Penha, como visto, muitos homens se revoltam, sendo este o momento em que diversos feminicídios são cometidos, inclusive, foram esses dados que ensejaram o novo aumento de pena para os casos feminicídios ocorridos durante a vigência das medidas protetivas de urgência.

²⁵¹ WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília – DF: 2015.

de 2014, era mulheres negras.²⁵² Já o mesmo dossiê, em 2018, afirmou que 2 em cada 3 mulheres vítimas de homicídio doloso, no ano de 2017, eram negras ou pardas.²⁵³

Por mais importantes que certas mudanças sejam, como a reformulação de todo o sistema de justiça criminal, é igualmente necessário que as mudanças propostas (desde proposições de justiça restaurativa, até a abolição do sistema penal) sejam sustentáveis na prática e não coloquem em situações de maior risco pessoas que já estão inseridas em múltiplos contextos de violência.

Por fim, mais uma consideração merece ser realizada. Não se trata de vislumbrar as mulheres como eternas vítimas, completamente dependentes da proteção estatal, mas sim de compreender que em diversas circunstâncias elas se encontram em quadro de desproporção de poderes tão marcante que a intervenção estatal é indispensável, nem que seja, apenas, baseada na possibilidade de impedir a morte. Do mesmo modo que a violação de direitos dos réus e dos presos, pelo Estado, precisa ser apontada como um desrespeito aos direitos humanos dessas pessoas, a negligência por parte do Estado em prestar assistência – seja através de proteção policial, de protocolos de investigação adequados, ou reconhecendo a existência de um crime – também viola direitos humanos. Esta última constatação se aproxima da concepção de feminicídio dada por Marcela Lagarde, em que além do assassinato de uma mulher motivado por preconceitos de gênero, há também uma cumplicidade estatal, permeada pela falta de investigações e punições dos responsáveis pelos crimes e, por isso, o feminicídio seria uma violação dos direitos humanos das mulheres.

Encarar as teóricas feministas que se colocaram a favor da tipificação do feminicídio, simplesmente, como punitivistas ou vingativas, acaba por ignorar e reduzir diversas facetas tidas como benéficas trazidas às mulheres por meio da positivação. Porém, novamente, isso não significa que a adoção irrestrita de mecanismos punitivos seja a melhor e única saída em um país tão desigual quanto o que vivemos e onde o

²⁵²DOSSIÊ MULHER 2015. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/AkRWSs>>. Acesso em: 13/12/2018.

²⁵³DOSSIÊ MULHER 2018. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/AsGnDY>>. Acesso em: 13/12/2018.

direito penal e todos os seus mecanismos funcionam, indubitavelmente, como instrumentos de violência e de tentativas de docilização dos setores mais pobres e mais negros da sociedade. Portanto, a proposta do último ponto estabelecer um diálogo entre a criminologia crítica e os movimentos teóricos e políticos feministas, afim de que possam, juntos, pensar a pertinência ou não da tipificação das violências contra as mulheres, em especial da violência que resulta em feminicídio.

5.3 Estabelecendo um diálogo

Quando as teias de aranha se juntam, elas podem amarrar um leão.
(Provérbio africano)

Mia Couto – Confissão da Leoa

Diferente, por exemplo, do que defende Vera Andrade sobre o surgimento da criminologia feminista na década de 70, Carla Alimena acredita não ser possível definir os contornos da “criminologia feminista”, uma vez que para que isso ocorresse seria necessário optar por apenas uma criminologia e um feminismo dentro de um imenso rol de possibilidades. O ideal seria analisar em cada situação e teorização específica como os modelos de feminismos e criminologias se encontram e se relacionam. A impossibilidade do diálogo não pode ser um ponto de partida, pois enquanto houver o movimento destes saberes, novos discursos sempre poderão ser criados e antigos poderão ser remodelados.²⁵⁴

Ana Flauzina pondera que diante do horror dos mais de 50 mil assassinatos de mulheres entre 2001 e 2011, a situação é limite e as respostas são precárias, com demandas por intervenção, prevenção e repressão. Nesse quadro, consensos devem ser estabelecidos no sentido de compreender que essas mortes fazem parte de uma lógica social de gênero específica, uma lógica de relação de poderes que define aquelas pessoas que podem matar e aquelas que podem ser mortas. Porém, quando se aposta essencialmente no sistema penal, mais do que rapidamente deve-se reconhecer que o endurecimento do sistema penal “reforça uma cultura punitiva em seu nível mais dileto, somando com um sistema de justiça extremamente sexista,

²⁵⁴ALIMENA, Carla Marrone. *A tentativa do (im)possível: feminismos e criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

produtor de masculinidades tóxicas que só vulnerabilizam ainda mais as mulheres”.²⁵⁵

Se por um lado a tipificação do feminicídio não exclui as possibilidades de diálogo entre os feminismos, a criminologia crítica e o direito penal mínimo, haja vista que o bem jurídico afetado – a vida – é o mais fundamental para a convivência em comunidade.²⁵⁶ Por outro lado, a miopia que muitas vezes toma os movimentos que buscam punição e responsabilização se dá no sentido de não buscar outras possibilidades de transformação para além da própria lógica criminalizadora, fechando os olhos, por exemplo, para a utilidade e importância das medidas protetivas de urgência da lei Maria da Penha e focando em demandas por penas mais longas e regimes de prisão mais gravosos.

Como bem apontam Campos e Carvalho, no plano epistemológico é possível entender que os saberes críticos e feministas são complementares na desconstrução da racionalidade ortodoxa da criminologia etiológica, ampliando tanto os objetos de investigação quanto os métodos de análise das ciências criminais. No entanto, os conflitos entre esses dois modelos têm disputado o plano político-criminal de maneira cada vez mais acirrada, pois se de um lado deseja-se a redução dos processos de criminalização, de outro busca-se a redução dos índices da violência contra a mulher. Se a criminologia crítica, de uma forma ampla, critica o suposto alinhamento das feministas com ideias conservadoras, as feministas acusam a criminologia crítica de ignorar outros fatores para além dos recortes de classe e de se apegarem a dogmas de maneira tão drástica quanto criticam os positivistas de fazerem.²⁵⁷ Inclusive, em outro trabalho, tais autores defendem que as perspectivas feministas não implicam em, necessariamente, ignorar os problemas processuais enfrentados pelos réus, do

²⁵⁵FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. “O feminicídio e os embates das trincheiras feministas”. P. 98.

²⁵⁶Inclusive, parece até mesmo incorreto falar em uma afetação do direito penal mínimo, uma vez que no caso de feminicídios o direito penal sempre e interveio e (possivelmente) sempre intervirá, mesmo que por detrás da neutra nomenclatura de homicídio. TOLEDO, Patsili Vázquez. *Femicidio*. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos. México, 2009.

²⁵⁷CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. “Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira”. In: Campos, Carmen Hein de (coord.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 153

mesmo modo que a perspectiva garantista não deve escusar-se de encontrar mecanismos para proteger as pessoas vitimadas por violência.²⁵⁸

a crítica feminista à criminologia (ortodoxa e crítica) provocou verdadeira “ferida narcísica”, pois não apenas deu visibilidade à violência praticada pelos homens contra as mulheres, mas apresentou as metarregras sexistas que orientam a elaboração, a aplicação e a execução do direito (penal), bem como expôs a lacuna das investigações críticas em relação ao caráter falocêntrico do sistema penal.²⁵⁹

A fim de iniciar um diálogo entre as perspectivas da criminologia crítica e feministas, Salo de Carvalho produz um texto cujo objetivo é produzir uma tensão sobre os discursos criminológicos ortodoxos e críticos por meio da contribuição irreversível deflagrada pelas teorias *queers* e feministas no campo das ciências sociais. Para o criminólogo, o cruzamento entre as ciências criminais e os estudos *queer* e feministas fornece campos distintos de investigação, sendo um deles o campo teórico e o outro o campo político, nesse último concentram-se mais fortemente as demandas por garantias de direitos. Desta forma, os movimentos feministas e LGBTQ são movimentos acadêmicos com forte inserção política, cujo objetivo principal é localizar os processos mantenedores da dominação masculina dentro e fora do sistema de justiça criminal. Grande parte dos movimentos sociais atuais possui essa dupla faceta, de um lado política, com produção de pautas representativas (sejam elas demandas positivas ou demandas negativas), de outro lado, com vertentes acadêmicas focadas no desenvolvimento de reflexões críticas acerca do sistema atual de exclusão e intolerância no qual todas as pessoas estão inseridas.²⁶⁰

As inúmeras demandas por inclusão – não só do movimento feminista – foram abarcadas pela crítica criminológica e criaram correntes específicas, como as *queers* ou ecológicas. De modo que é possível admitir que a troca e a oxigenação entre as diversas vertentes criminológicas com perspectivas críticas possa apontar para teorias cada vez mais complexificadas acerca da realidade.

²⁵⁸CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Violência *Doméstica e Juizados Especiais Criminais*: análise a partir do feminismo e do garantismo. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 409-422. mai.-set., 2006.

²⁵⁹CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. “Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira”. P. 165

²⁶⁰CARVALHO, Salo de. *Sobre as possibilidades de uma criminologia queer*. Sistema Penal & Violência. Porto Alegre: PUCRS, vol. 4, n.2, p. 151-168, jul-dez, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/5tUWqo>>. Acesso em: 03/08/2018. P. 152-153.

Se com Sutherland e Becker o delito é compartilhado no espaço público, o segundo impulso destruturador ocorre com a sua inserção na vida privada. Nesta perspectiva é que considero como complementares as construções interacionistas e feministas, pois se o paradigma da rotulação universaliza o crime na vida pública, o feminismo, sobretudo a partir dos estudos sobre violência doméstica, irá demonstrar que o delito se encontra presente, com toda a sua radicalidade, na esfera íntima da vida familiar e afetiva.²⁶¹

Salo afirma que a criminologia feminista foi capaz de superar a dicotomia tão marcante entre as perspectivas das micro e macrocriminologias (cuja criminologia crítica é a maior expoente), o que demonstrou uma novidade essencial para a renovação do pensamento crítico. Isto ocorreu, pois, a criminologia feminista foi capaz de investigar a partir de situações de vitimização concretas que não ignoram violências institucionais – nem econômicas – mas as atravessa e as complexifica, demonstrando que determinadas vulnerabilidades extrapolam os âmbitos até então apontados pela criminologia crítica.²⁶²

Parece importante afirmar que, atualmente, se torna desinteressante dentro da criminologia continuarmos buscando uma teoria completamente sem lacunas ou contradições, haja vista que essa procura por um sistema de pensamento único – de busca por verdades absolutas – é uma característica de modelos científicos da modernidade, sustentados pelas grandes narrativas, a fim de uma legitimidade científica.²⁶³ Porém, esse tipo de construção teórica não é mais capaz (se é que já foi algum dia) da diversidade de situações-problema nas quais estamos inseridos e inseridas. Novas perspectivas que desestabilizam a suposta coesão científica vêm responder de forma mais adequada nossos dilemas teórico-práticos.

No mesmo sentido de Salo de Carvalho, portanto, uma questão de fundo parece ser que o pensamento criminológico deve expulsar, de uma vez por todas, a criminologia ortodoxa – que colonizou, principalmente a criminologia crítica por muito tempo – para assim compreender as complexas demandas do século XXI. Sendo necessário, então, observar quais os discursos criminológicos podem contribuir e quais tem obstaculizado o diálogo, a transdisciplinaridade, a crítica e, principalmente, a autocrítica. Não devemos buscar mais um modelo criminológico baseado em uma epistemologia científica da modernidade, na qual o sucesso de um pensamento estava completamente ligado à sua capacidade de apresentação de um modelo

²⁶¹Ibidem, p. 159.

²⁶²Ibidem, p. 160.

²⁶³Ibidem, p. 166.

explicativo geral. Dentro da criminologia isso significa “apresentar um modelo lógico (método) de compreensão do crime, da criminalidade ou do controle social, seguido de uma proposição resolutiva coerente sobre o problema apontado (teoria da pena)”.²⁶⁴

Neste mesmo sentido, ao falar sobre a necessidade de se exercitar a *anticriminologia*, Vincenzo Ruggiero reflete sobre as insuficiências que diversas correntes criminológicas têm incorrido até hoje. Para o autor, tanto sociólogos do desvio quanto criminólogos (sejam eles positivistas ou interacionistas), compelidos por um ideal de conhecimento advindo das ciências naturais,²⁶⁵ constantemente tentam identificar uma teoria geral sobre o crime (2008, p. 10). Todas as “teorias gerais sobre o crime” até hoje produzidas, em maior ou menor medida, puderam ser falseadas, sendo este um dos motivos pelos quais se tem alargado a insegurança da disciplina de criminologia.²⁶⁶

A crítica feminista identifica na ausência da autorreflexão um mecanismo que reproduz crime e criminólogos, que são vistos como não dotados de consciência de como a sua profissão, socialização, gênero, preconceito e interesses pessoais determinam o conhecimento que eles próprios apressadamente consideram como cientificamente neutros.²⁶⁷

Isto não significa dizer que diversas contribuições feitas pela criminologia crítica não sejam essenciais. O direito penal de fato não é, e nem pode ser considerado, um instrumento capaz de gerar a emancipação política de minorias e nem mesmo de efetivar direitos fundamentais.²⁶⁸ A criminologia crítica também foi indispensável ao questionar as funções declaradas da pena corporal, como a neutralização, retribuição, ressocialização e prevenção, demonstrando que na maior parte das situações essas “intenções” convertem-se em trajetórias de demasiada ineficácia. Isto porque, comumente a pena corporal falha em reeducar a pessoa encarcerada e, a princípio, parece não produzir efeito dissuasivo no restante da sociedade.²⁶⁹

²⁶⁴Ibidem, p. 162-163.

²⁶⁵Em especial os ideais de neutralidade, objetividade, separação radical entre sujeito e objeto e tentativas deficitárias de universalização.

²⁶⁶RUGGIERO, Vincenzo. *Crimes e mercados: ensaios em anticriminologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 10.

²⁶⁷Ibidem, p. 4.

²⁶⁸GERMAN, Mariana David; ROMFELD, Victor Sugamoto. *Esquerda punitiva e criminologia crítica: um diálogo possível?* Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 134, p. 411-435, 2017.

²⁶⁹ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 221-222.

Porém, o fato da criminologia constantemente não conseguir conectar-se aos movimentos sociais é, em parte, demonstrada pela própria ineficácia em somar-se aos estudos de matriz feminista (ou de outras minorias sociais que não aquelas eleitas pela criminologia como “as” minorias, ex.: trabalhadores, negros e pobres), pois, como apontado do Carvalho, são correntes teóricas, mas com intensa conexão política no que diz respeito à concretização de direitos. Diante desta postura, Ana Flauzina aponta que há certo tempo a criminologia crítica tem lidado de forma ambígua com relação aos movimentos sociais e, em diversos espaços, a solidariedade e a troca frutífera tem cedido espaço para uma tutoria imodesta e para a censura de toda proposta que não se alinhe completamente aos ideais anteriormente traçados pelos criminólogos e criminólogas críticas.²⁷⁰

Carmen Hein de Campos considera, em seu livro “Criminologia feminista: teoria feminista e críticas às criminologias”, que a virada criminológica (*criminological turn*) constituiu um primeiro momento na construção de um novo paradigma, o paradigma da reação social, porém ainda haveria uma segunda ruptura que precisa ser feita. Nenhuma das teorias criminológicas desenvolvidas após a *criminological turn* (criminologia crítica, criminologia radical, a nova criminologia, etc.) incorporou o marcador de gênero em suas formulações, nem mesmo os movimentos criminológicos mais atuais, como o minimalismo e abolicionismo penal. Para ela, mesmo que exista algum reconhecimento da produção e das críticas realizadas por teóricas feministas, sua assimilação pelas grandes correntes criminológicas é ainda limitada. Por isso, a segunda virada criminológica se constituiria na real absorção dos paradigmas de gênero e *queer*.

Repensar as criminologias decorre das mudanças estruturais e culturais acontecidas nas últimas décadas, em especial daquelas que culminaram na fragmentação do conhecimento, já que hoje não é mais possível falar em a mulher, a vítima, o homem, o crime, o criminoso, etc. Esta fragmentação já está presente em várias narrativas sobre o delito e provém da multidisciplinaridade da própria criminologia, de modo que o consenso acadêmico não é viável e nem mesmo desejável, já que a unificação de todos os discursos sobre o delito seria impossível, o

²⁷⁰FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 23/24, 2016, p. 95.

que não significa que não deva haver um esforço conjunto para que as disciplinas sejam cada vez mais capazes de responder aos problemas sociais postos. Assim, a complexidade do saber criminológico, por ser formado por diversas agências, políticas-criminais, agentes e discursos, muitas vezes discordantes, impossibilita uma visão única do delito.²⁷¹

Dentro do escopo de reexame do controle do delito a partir da conjuntura atual de fragmentação, é necessária a desconsideração de um sujeito criminológico centrado somente na pessoa submetida ao controle do sistema de justiça criminal. A incorporação de novos sujeitos, em especial as mulheres e LGBTQ, demanda uma reconfiguração do ponto de vista criminológico crítico, pois as pessoas vitimadas têm demandado o seu lugar dentro dos estudos teóricos, dos movimentos políticos e do processo penal. Os próprios movimentos feministas precisam, a todo momento, repensar suas categorias, pois, hoje, o marco do gênero não é mais capaz de explicar, sozinho, as violências sofridas por todas as mulheres negras, indígenas, pobres, etc. E, ao somar novos sujeitos, os movimentos feministas provocam transformações na ordem do discurso e demandam que estes sujeitos também sejam inscritos nas análises da criminologia. Porém, estes sujeitos não são mais genéricos, são multifacetados e estão sendo subjugados por diversas violências, sejam elas decorrentes de criminalizações ou vitimizações.²⁷²

Essa multiplicidade de fatores demonstra a necessidade de não estudarmos apenas a criminalização ou *não* criminalização de certos grupos de pessoas, mas também os processos de vitimização. Caso contrário, se continuará silenciando as vítimas e negando os danos sofridos por elas, e esta também é uma forma de duplicação da violência. A vitimização é parte essencial da lógica do sistema de justiça criminal e colocá-la em pauta nos ajuda a compreender o funcionamento do próprio sistema, mesmo que isso gere ainda mais contradições. Não se trata de fazer coro a toda e qualquer demanda punitiva de maneira acrítica, mas de, no mínimo, colocar em questionamento se a criminalização do feminicídio, por exemplo, não é a melhor resposta, ou a resposta possível/factível, para o atual momento. Ao invés de um

²⁷¹CAMPOS, Carmen Hein. *Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

²⁷²Ibidem.

fechamento completo das possibilidades de diálogo entre as criminologias críticas e os feminismos.

Uma proposta interessante que pode aliar a criminologias críticas e diversos movimentos feministas é trazida por Raúl Zaffaroni. De acordo com Zaffaroni, enquanto muitos criminólogos e criminólogas se mantêm produzindo teorias apenas de dentro de seus escritórios e com pouquíssima inserção social, o discurso acerca da punição é produzido massivamente pelas mídias e pelos empresários morais que mantêm a lógica da punição pela punição, além de sustentarem discursos como a culpabilização da vítima pelas violências sofridas. Sua proposta é de que a criminologia cautelar seja apta a criar militantes que unam a produção teórica criminológica ao ativismo político e representativo, a fim de obstar a criminologia midiática. Assim, é indispensável que a criminologia progressista esteja mais ligada às ruas e à ação e menos afeita às lições dogmáticas.

Como o objetivo da criminologia cautelar é impedir massacres, isso acaba por vinculá-la à teoria política. Existe uma urgência em descobrirmos quais são os sistemas sociais que têm produzido mortes e como a ciência criminal foi cientificamente conivente com isto desde o positivismo biológico até os dias de hoje. Para que isto seja possível, a criminologia cautelar demanda três abordagens fundamentais: (i) quais foram as condições sociais que permitiram a edificação de uma mídia paranoica; (ii) o confronto entre a realidade dos danos e riscos sociais, neste ponto, exige-se que os danos reais causados pelos crimes sejam expostos, bem como os impactos da vitimização; (iii) investigação de meios capazes de neutralizar os riscos sociais, ou seja, expor ao público formas eficientes para redução dos massacres.²⁷³

Para que esta proposta seja factível, é fundamental que teóricos e teóricas críticos dentro da criminologia não se prendam apenas à academia, mas também desenvolvam pesquisas empíricas, dialoguem com diferentes agentes, obtenham dados qualificados para guiar política-criminais e, também, políticas públicas sem caráter punitivo. Assim, será possível, de fato, imiscuir-se na realidade, prevenir massacres e reduzir as taxas de criminalidade. Zaffaroni não ignora o fato de que a

²⁷³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Questão criminal: a palavra dos mortos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 296.

criminalidade impacta fortemente na vida das vítimas, sejam elas vítimas diretas ou indiretas e, assim, não despreza os danos individuais e coletivos acarretados em processos de vitimização. Assim, se o direito penal não é uma boa forma para lidar com qualquer questão de cunho social, também não é desejável que ele seja completamente abdicado sem que outra forma mais efetiva de proteção social seja colocada à disposição das pessoas.²⁷⁴

A atitude militante não pode ser outra senão o diálogo; as pessoas não são objeto de conhecimento e sim provedoras de conhecimento. Por certo que, para isso, é preciso superar obstáculos, entre outros o da procedência de classe do próprio criminólogo, que deve aprender a comunicar-se com todos os setores sociais e detectar seus próprios preconceitos.²⁷⁵

Enquanto respostas adequadas e não punitivas não pululam, é necessário que lidemos com as consequências sociais das contradições existentes quando adotamos algum tipo de política-criminal como forma de combate ou de redução de violências contra grupos marginais. Nesta dinâmica conflituosa, todas as posturas assumidas precisam vir eivadas da crítica correspondente, sem que se amenizem os problemas gerados por nossas escolhas políticas, “pedimos investigação, pedimos censura, pedimos responsabilização. Mas não alimentamos a cultura punitiva de peito aberto, por sabermos ser esse dispositivo um dos grandes responsáveis pela própria reprodução de nossas tragédias mais tangíveis.”²⁷⁶

Hoje, já não é possível produzir respostas fáceis para questões criminais tão complexas e multifacetadas, principalmente quando se demanda do sistema punitivo uma forma, mesmo que limitada e deficiente, de proteção a grupos socialmente vulneráveis. Porém, a ideia defendida ao longo deste trabalho, especificamente no que diz respeito ao crime de feminicídio, é que os marcos do capitalismo e do gênero precisam andar juntos. Assim, todos os esforços conjuntos, entre as criminologias críticas e os feminismos, áreas do conhecimento que mais desenvolveram tais marcos, são imprescindíveis.

²⁷⁴GERMAN, Mariana David; ROMFELD, Victor Sugamoto. *Esquerda punitiva e criminologia crítica: um diálogo possível?* Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 134, p. 411-435, 2017.

²⁷⁵ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Questão criminal: a palavra dos mortos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 296.

²⁷⁶FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 23/24, 2016, p. 102.

Não é possível compreender o aumento do feminicídio na atualidade abrindo mão das considerações feitas pelos movimentos feministas, que nos remontam à secular lógica da dominação masculina, cujos corpos e vidas femininos são vistos como objetos à disposição dos homens. Porém, também não é possível interpretar o feminicídio abrindo mão da criminologia crítica, em especial quando tratamos de feminicídios que não são frutos de terrorismo íntimo, pois ela nos ajuda a compreender a maior vitimização de mulheres trabalhadoras, negras e pobres, bem como é capaz de nos orientar sobre os porquês das altas taxas de impunidade e negligência estatal quando tratamos de assassinatos de mulheres.

A aliança entre os feminismos e as criminologias críticas nos mostra que a mulher, negra e pobre ²⁷⁷ se encontra na parte mais baixa da pirâmide social e pode ser, por isso, a principal vítima da violência feminicida. Em especial nos casos de feminicídio não íntimo, foi exposto o papel desempenhado pelo neoliberalismo no aumento do número de feminicídios, pois este amplia a desvalorização da reprodução social, reduz políticas públicas que constantemente beneficiam mulheres, gera precarização dos empregos, produz uma sociedade cada vez mais militarizada e, por fim, gera quadros de ressentimento que geralmente tem as mulheres como foco de responsabilização das crises sociais. Tudo isso, somada à histórica desvalorização das mulheres frente aos homens, tem gerado uma maior disparidade entre os gêneros e favorece o aumento de feminicídio, não só no Brasil, mas em diversas partes do globo. Se as criminologias críticas e os feminismos precisam caminhar juntos a fim de compreender as raízes do feminicídio, também precisam se aliar para pensar em formas de dirimi-lo.

Como vimos, no campo da política-criminal as respostas não serão simples, pois diante da multiplicidade de sujeitos, não existirá somente um caminho possível e nem uma solução unívoca. As conclusões categóricas devem dar espaço à dúvida e às trocas sinceras, ponderando-se sempre, em igual medida, as aflições e contribuições dos grupos mais vulneráveis e, sem dúvida, optando por respostas não penais quando elas forem possíveis. No caso do feminicídio, a criação de protocolos de investigação específicos para o assassinato de mulheres por razão de preconceito

²⁷⁷ Isso quando não se somam outras características que geram mais vulnerabilidades, como ser LGBTQ, deficiente físico, analfabeta, etc.

de gênero e o fato da vida ser o bem jurídico mais importante do nosso ordenamento jurídico, parecem justificar a sua tipificação, mesmo diante das ponderações feitas pela criminologia crítica acerca do uso simbólico do direito penal e sua ineficiência no que diz respeito à prevenção de crimes. O que não significa que em todos os casos as demandas por mais punição feitas pelos movimentos feministas sejam justificadas e devam ser atendidas, até porque, a redução dos processos de criminalização deve ser uma preocupação coletiva e fazer parte da agenda de todos os movimentos que se consideram críticos, inclusive dos feministas.

6. Conclusão

Uma vez, ela fechou o livro abruptamente e disse com aborrecimento:

"Já chega"

"Por quê?"

"Porque para mim já chega, é sempre a mesma história: dentro de algo pequeno há algo ainda menor que quer pular para fora, e fora de algo grande há sempre algo maior que quer mantê-lo prisioneiro."

A História do Novo Sobrenome – Elena Ferrante

Para compreender a violência contra as mulheres e meninas, sendo o feminicídio sua manifestação mais extrema, é necessário que desvendemos algumas das normas genderificadas que figuram por detrás das disparidades de poderes entre homens e mulheres. A violência feminicida não poderia ser francamente assimilada caso deixássemos de fora questões de cunho político, econômico, sociais e culturais nas quais se baseiam as desigualdades de gênero e, também, de raça e classe de determinada sociedade. A violência contra as mulheres não pode ser vista apenas quando se manifesta por meio de agressões físicas, mas como um *continuum* de abusos e silenciamentos característicos de sociedades em que o masculino ainda exerce dominância.

Neste trabalho, para demonstrar os efeitos da naturalização e banalização da violência sexista, optou-se por percorrer três caminhos: a exclusão epistemológica, histórica e política das mulheres. Com relação ao apagamento epistemológico, conclui-se que diante dos séculos em que as mulheres não figuraram como sujeitos ou objetos da produção de conhecimento, ainda há um tremendo déficit na forma pela qual a academia percebe os problemas postos por elas. Pois, para que seus discursos e questionamentos tenham aderência, é necessário que suas porta-vozes possuam credibilidade social e isso, com muita frequência, não ocorre. É bastante árduo para as mulheres entrarem na arena do saber-poder e conseguirem disputar, em pé de igualdade, o direito de dizer algo, demandando que os problemas por elas detectados se tornem questões relevantes na ordem da produção do conhecimento e que sejam alvo de reflexões coletivas e buscas por soluções. Ao entender a política de gênero dentro das ciências, podemos avaliar melhor os porquês de fenômenos como o feminicídio ficarem por tanto tempo fora dos grandes circuitos de discussão acadêmica.

Um dos aspectos da exclusão das mulheres dentro da produção do conhecimento é manifestado pela historiografia. Nela, é possível vislumbrar como as mulheres foram incessantemente excluídas das grandes narrativas, ao mesmo tempo em que não tiveram suas histórias “privadas” contadas, o que faz com que sejam percebidas como seres sem memória. Isso dificulta a apreensão da violência contra as mulheres como um fenômeno de caráter repetitivo, sistemático e, até mesmo, estrutural. É comum que, ainda hoje, casos de violência doméstica, estupros, feminicídios, sejam tratados como acontecimentos isolados e não como decorrências perversas da naturalização contínua da subjugação feminina.

A exclusão política pauta-se, principalmente, na divisão do espaço público e privado. Isto porque, a necessidade de compreender as relações de poder da vida cotidiana demonstrou o quanto as demandas das mulheres estavam excluídas de grande parte dos problemas postos pela teoria política e pela política institucional vigente. Assim, as questões consideradas como relevantes do ponto de vista da experiência feminina possuem menor visibilidade na agenda política e nos debates públicos o que, conseqüentemente, acarreta em uma menor quantidade de políticas públicas capazes de lidar com as questões de disparidade entre os gêneros e menor alocação de recursos neste âmbito.

Portanto, essas três formas de silenciamento foram escolhidas como pano de fundo para que a violência contra a mulher fosse pensada ao longo do trabalho, com a finalidade de demonstrar que a inferiorização feminina não parte apenas de discursos que degradam as mulheres, mas também ocorre por meio de práticas não discursivas. Impedindo-as de manifestar suas vozes, produzir conhecimento sobre si mesmas, contar suas histórias e perpetuar suas memórias, participar da política e defender seus interesses. Assim, uma das maiores contribuições da produção feminista foi demonstrar a importância de podermos nomear os fenômenos que afligem as mulheres, tornando viável que tais fenômenos se tornem foco de reflexões coletivas interessadas em entender suas raízes, formas de manifestação e meios de preveni-los.

Entendendo que a violência contra a mulher possui aspectos bastante espalhados, para os fins do presente trabalho foi necessário fazer um recorte sobre aquilo que se entende como feminicídio. Apesar da existência de correntes que o

entendem como sendo todas as mortes de mulheres que decorram de situações de opressão de gênero, incluindo casos resultantes de abortos inseguros e mutilações genitais, por exemplo. Aqui, segue-se uma vertente mais específica, em que o feminicídio é caracterizado por ser apenas o assassinato de mulheres em razão do seu gênero. Isto porque, ao especificar o termo, esta nomeação não só produz um sentido no mundo, como também nos permite pensar em políticas mais focadas e efetivas para a sua contenção.

Dentro da busca para a delimitação do que se entende por feminicídio, foi constatado que ele é visto quase exclusivamente como a consequência fatal de situações de violência doméstica (terrorismo íntimo ou ciclo da violência), havendo poucas formulações sobre outros fatores, até mesmo externos à questão de gênero, que possam influenciar no aumento do feminicídio tanto no Brasil quanto em outras regiões do globo. Isto faz com que, na prática, também haja dificuldade daqueles que operam o direito em perceber casos de feminicídio que estejam fora da visão mais tradicional e privada da violência contra a mulher. Neste ponto, o marco “capitalismo” foi essencial, pois foram lançadas três hipóteses de afetação do quadro feminicida como resultado das vicissitudes do nosso modo de produção atual.

A primeira hipótese expôs como o capitalismo esteve historicamente interligado às diversas violências – inclusive as fatais – às quais as mulheres foram submetidas. Isto ocorre, principalmente, a partir da contradição existente entre os trabalhos produtivos, exercidos prioritariamente pelos homens, e reprodutivos, realizados pelas mulheres. Pela disposição desigual entre qual trabalho é valorizado pelo sistema capitalista e qual não é (apesar de serem ambos indispensáveis para o seu regular funcionamento), em momentos de crise as mulheres tornam-se ainda mais vulneráveis à violência feminicida, seja pela necessidade de submissão a trabalhos completamente precarizados e sem que possuam qualquer poder de barganha, seja pelo incômodo que causam quando não se submetem às lógicas de mercado, seja por possuírem ocupações estigmatizadas ou pelo uso de seus corpos como territórios de vingança em disputas feitas por grupos rivais.

A segunda hipótese diz respeito ao aumento de feminicídios como consequência da militarização da vida em fomento às masculinidades opressoras. Nesse sentido, o aumento de investimentos, tanto em segurança privada, quanto

pública, bem como crescentes vagas de emprego destinadas aos homens em ramos que demandam o uso da violência armada, podem estar por detrás da escalada dos feminicídios. Colocando em perspectiva que as armas estão historicamente ligadas à masculinidade e seus sentimentos de poder e posse, faz sentido, como visto, que elas sejam o principal instrumento utilizado para o assassinato de mulheres, vistas como os objetos aos quais tais sentimentos se dirigem.

A última hipótese traz que a escalada dos feminicídios pode se justificar pelo crescente ressentimento coletivo que se utiliza do *backlash* como uma das formas de sua manifestação. O *backlash*, neste caso, diz respeito às ações autoritárias e violentas, marcadas pelo sexismo, que se dirigem às mulheres e aos movimentos feministas como resposta às crescentes conquistas de direitos e de espaço discursivo na sociedade. O ressentimento é um tipo de mecanismo de defesa, estimulado quando os limites da ordem conhecida começam a se esfacelar, isto faz com que parte da população sinta a necessidade de mostrar a um ou mais grupos vulneráveis quem é que realmente detém o poder naquela comunidade. O ressentimento não só é uma forma de regressão que atua dentro do universo político institucional, mas também está por detrás do aumento de violências interpessoais contra imigrantes, islâmicos, LGBTQ e mulheres em diversos países.

Diante do quadro exposto, parece necessário que qualquer análise mais ampla sobre o feminicídio, no âmbito da criminologia, não prescindia de reflexões fundadas em perspectivas sobre o gênero e sobre o capitalismo. Na tentativa de se estabelecer um diálogo entre os feminismos e as criminologias críticas, foram colocados os principais argumentos, de ambos os campos do conhecimento, que tangenciam a questão da tipificação do feminicídio. Já que, nos últimos anos, a discussão sobre a criminalização da violência contra a mulher tem figurado como a principal divergência entre os movimentos feministas e a criminologia crítica.

Atualmente, para compreender o aumento do feminicídio, as considerações feitas pelos movimentos feministas, que nos remetem à histórica dominação masculina e à disposição de corpos e vidas femininas, são imprescindíveis. Da mesma forma, não é possível interpretá-lo abrindo mão da criminologia crítica, em especial, quando tratamos de feminicídios que não são frutos de terrorismo íntimo, pois ela nos ajuda a compreender a maior vitimização de mulheres trabalhadoras, negras e pobres,

bem como é capaz de nos orientar sobre os porquês das altas taxas de impunidade e negligência estatal quando tratamos dos assassinatos de mulheres.

Acredita-se que para que esse diálogo seja possível, no mesmo sentido de Carmen Hein, há a necessidade de uma segunda ruptura dentro do pensamento criminológico que seja realmente capaz de absorver o paradigma de gênero. O que é demonstrado, em especial, pela indispensabilidade do estudo dos processos de vitimização dentro da criminologia crítica, para analisar de maneira mais ampla o funcionamento do sistema de justiça criminal. O que não significa abandonar as análises institucionais macro-orientadas, mas de ser capaz de dar respostas mais adequadas à complexidade social na qual estamos inseridas e inseridos. Diante da fragmentação do conhecimento e da multiplicidade de sujeitos políticos, parece desinteressante continuarmos em busca de uma teoria completamente sem lacunas, uma vez que essa procura por verdades absolutas é característica de modelos científicos da modernidade, que não são mais capazes de dar respostas satisfatórias aos problemas postos.

Ao mesmo tempo, é preciso que os movimentos feministas, de uma forma geral, tenham mais acesso à profundidade teórica trazida pela criminologia crítica. Para que nem todas as necessidades de maior proteção às mulheres girem ao redor de demandas por mais criminalização. Isto porque, muitas vezes, uma cegueira toma conta dos movimentos feministas que passam a buscar sempre mais tipificações penais, fechando-se para outras possibilidades e mecanismos reais de transformação social e contenção da violência contra as mulheres.

No que diz respeito, especificamente, à tipificação do feminicídio, as exigências feministas parecem ter sido adequadas. Essa opção legislativa não se apresenta apenas como uma crença no caráter simbólico do direito penal, apesar de que, como já colocado, este não seria um problema em si, pois a vida é um bem jurídico legítimo e a simbologia desta posituação é inevitável. Porém, para além disso, a tipificação realizada a partir de especificidades de gênero permite a busca por efeitos práticos, tais como a geração de dados estatísticos que combatam as cifras ocultas e as informações desagregadas sobre a violência feminicida. Além disso, a geração desta base de dados pode fortalecer determinados tipos de ação penal e pesquisas

jurisprudenciais qualificadas com o fim de verificar-se como o poder judiciário tem julgado este crime.

Outrossim, o silêncio com relação aos crimes contra a vida e a integridade física de mulheres foi regra no nosso sistema penal. Lutar contra essa invisibilidade e a favor de um tratamento específico para tais crimes não precisam vir atrelados a uma vontade de prisionalização de homens negros e pobres e nem mesmo fora da agenda de um direito penal mínimo, já que ele ainda visa proteger os bens jurídicos mais essenciais. Nomear e tipificar o feminicídio faz parte de um movimento em que as mulheres retiram a si mesmas e suas lutas do escuro, estabelecendo, na prática, uma agenda política em que seus direitos e proteção também estão em pauta.

Finalmente, isso não significa que todas as demandas realizadas pelos movimentos sociais feministas com base na busca por punição devam ser atendidas, mas nesse caso as exigências parecem estar justificadas. Nunca se deixando de lado que o verdadeiro foco deve ser a criação de políticas públicas de base capazes de dismantelar as tendências de controle e de poder que os homens buscam exercer sobre as mulheres. Só assim é possível que exista verdadeira transformação social no sentido da paridade entre os gêneros, pois, seguramente, o direito penal, diante de suas verdadeiras funções de manutenção do *status quo*, é completamente incapaz de produzir mudanças sociais reais. Além disso, como o feminicídio é um fenômeno social bastante complexo, com múltiplas raízes e consequências, como demonstrado ao longo do trabalho, uma única forma de abordagem jamais seria suficiente para lidar com ele. O que reforça a ideia, trazida por tantos estudiosos e estudiosas críticas, de pensarmos em outras formas de superá-lo, para além do direito penal.

Referências

LIVROS, CAPÍTULOS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALIMENA, Carla Marrone. *A tentativa do (im)possível: feminismos e criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. Revista Sequência, nº 50, jul. 2005, p.71-102.

_____. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

BARATTA, Alessandro. "O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana". In: CAMPOS, Carmen (Org.). *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *Criminología y Sistema Penal: compilación in memoriam*. Buenos Aires: BdeF, 2006.

BATISTA, Nilo. *Criminalidade econômico-financeira: Intervenção no XIII Congresso Internacional de Direito Comparado*. Escola de direito Dom Helder. Disponível em: <<http://goo.gl/Mi2ilw>>. Acesso em: 01/10/2018.

BATISTA, Vera Malaguti. "O medo na cidade". In: PLASTINO, Carlos Alberto (Org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2002.

_____. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, v. 1., n. 2, jul.-dez., 2009.

_____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAZO, Andressa Loli. *A nova esquerda punitiva*. Revista Liberdades. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), n. 22, mai-ago, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ZK8mrU>. Acesso em: 23/06/2018.

BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. "Introduction: a cartography of feminicide in the Américas". In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda. *Terrorizing women: Feminicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 2-42.

BELLE, F. "Executivas: Quais as diferenças na diferença?" In: CHANLAT, J.F. *O Indivíduo nas Organizações: dimensões esquecidas*. Volume II. São Paulo: Atlas, 1993

BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BORDO, Susan. *The flight to objectivity: essays on cartesianism and culture*. Albany: Suny Press, 1990.

_____. *A feminista como o outro* (1999). Revista de Estudos Feministas, UFSC, Santa Catarina, v.8, n.1, 1º semestre, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Unicamp, 2010.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel (*et al*). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. Sistema Penal & Violência* – Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCRS. Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 103-115.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. *Violência Doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 409-422. mai.-set., 2006.

_____; _____. “Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira”. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARCEDO, Ana. *No olvidamos, ni aceptamos: femicidio en Centroamérica, 2000-2006*. San José: Asociación Centro Feminista de Información y Acción, 2010.

CARVALHO, Salo de. *Sobre as possibilidades de uma criminologia queer*. Sistema Penal & Violência. Porto Alegre: PUCRS, vol. 4, n.2, p. 151-168, jul-dez, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/5tUWqo>>. Acesso em: 03/08/2018.

COSTA, Francisco; PORTO, Madge. *Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres*. Estudos de Psicologia. Campinas, vol. 2, n. 4, out.-dez., p. 479-489, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/06. Acesso em: 04/05/2018.

CLADEM. Comitê da América Latina e Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher Femicídio. *Contribuciones al debate sobre la tipificación penal del femicidio/feminicidio*. Lima, Peru, 2011.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEKESEREDY, Walter S.; SCHWARTZ, Martin D. “Definitional Issues”. In: BERGEN, Raquel K. (et al) (org.). *The sourcebook on violence against women*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001, p. 23-34.

DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DEVREUX, A.M. *A teoria das relações sociais de sexo*: um quadro da análise sobre a dominação masculina. Cadernos de Crítica Feminista, v. 5, n. 4, dez., 2011.

DINIZ, Debora. *Cadeia*: Relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FALQUET, Jules. *Hommes en armes et femmes “de service”*: tendances néolibérales dans l’evolution de la division sexuelle du travail. Cahiers du genre, n. 40, 2006, p. 15-37.

_____. *De los asesinados de Ciudad Juárez al fenómeno del feminicidio*: nuevas formas de violencia contra las mujeres? Viento Sur. Publicado em: 30/12/2014. Disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article9684>>. Acesso em 04/10/2018.

FALUDI, Susan. *Backlash*: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Disponível em: <<https://goo.gl/JBPfHV>>. Acesso em: 28/05/2018.

_____. *Witches, witch-hunting and women*. Oakland: PM Press, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *O feminicídio e os embates das trincheiras feministas*. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, v. 23/24, p. 95-106, 2016.

FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

FRAGOSO, Julia E. Monarréz. “Las diversas representaciones del feminicidio y los asesinatos de mujeres em Ciudad Juárez, 1993-2005”. In: FRAGOSO, Julia E. Monarréz (et al). *Violencia contra las mujeres e inseguridad ciudadana en Ciudad Juárez*. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2010, p. 361-394.

FRASER, Nancy. *Contradictions of capital and care*. New Left Review. n. 100, jul.-ago., p. 99-117, 2016.

GARLAND, David. Os limites do estado soberano – estratégias de controle do crime na sociedade contemporânea in: CANÊDO, Carlos e FONSECA, David S. Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal – leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 55 – 99.

GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Revista de Administração Pública (RAP) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. n. 40, v.02, mar.-abr., 2006, p. 201-234.

GOMES, Izabel Solyszko. *Morreram porque mataram*: Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

_____. *Feminicídios e possíveis respostas penais*: dialogando com o feminismo e o direito penal. Revista Gênero & Direito da Universidade Federal da Paraíba, nº 1, 2015, p. 188-218.

HARDING, Sandra (org.). *Feminism and methodology*. Indiana University Press: 1987, p. 1-14.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, nº 22, 2004, p. 201-246. Disponível em: <https://goo.gl/PkUjnm>. Acesso em: 01/06/2018.

HASSEMER, Winfried. “Descriminalização dos crimes de droga”. In: *Direito Penal. Fundamentos, estrutura, política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

HIRAKATA, Vania Naomi; MENEGHEL, Stela Nazareth. *Feminicídios*: homicídios femininos no Brasil. Revista de Saúde Pública, n. 45, v.3, 2011, p. 564-574.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 604, set./dez. 2007.

JASINSKI, Jana L. "Theoretical explanations for violence against women". In: BERGEN, Raquel K. (et al) (org.). *The sourcebook on violence against women*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001, p. 5-21.

KARAM, Maria Lúcia. *A esquerda punitiva*. In: Discursos sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n.1, 1º semestre, 1996.

_____. *Ainda sobre a esquerda punitiva*. Sexuality policy watch. Publicado em: 07/06/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/nMTKbh>>. Acesso em: 20/07/2018.

KING, C. Richard. "Arming desire: the sexual force of guns in the United States". In: SPRINGWOOD, Charles Fruehling. *Open Fire: understanding global gun cultures*. New York: Oxford, 2007.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. "Introducción: Por la vida y la libertad de las mujeres". In: RUSSEL, Diana E. H.; HARMES, Roberta A. (org.). *Feminicídio: Una perspectiva global*. Cidade do México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades e Universidad Autónoma de Mexico, 2006, p. 15-42.

_____. "Preface: feminist keys for understanding femicide". In.: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-Linda. *Terrorizing women: femicide in the Americas* (org.). Durham: Duke University Press, 2010, p. xi-xxv.

_____. *El feminismo en mi vida: Claves, hitos y topías*. Cidade do México: INMujeres/DF, 2012.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAYORGA, Cláudia. "A questão do aborto em tempos de cólera". In: *Em debate*, v.3, n.2, mai. 2011, Belo Horizonte.

MENDES. Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia (orgs). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NGAIRE, Naffine. *Feminism and criminology*. Cambridge: Polity Press, 1997.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. *O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 16, n. 1, jan.-abr., 2008, p. 229-245.

OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. Crises, valores e vivências da masculinidade. Revista Novos Estudos – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). São Paulo: v. 1, n. 56, 2000.

PANTALEO, Katherine. *Gendered Violence: An Analysis of the Maquiladora Murders*. International Criminal Justice Review. Georgia State University. Atlanta, v. 20, n. 4, p. 349-365, 2010.

PASINATO, Wânia. *“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil*. Cadernos Pagú, n. 37, jul.-dez., 2011.

PAULANI, L. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PIRES, Amom Albernaz. *O feminicídio no Código Penal brasileiro: da nomeação feminista às práticas jurídicas no plenário do júri*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PORTELLA, Ana Paula e RATTON, José Luiz. *A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 93-118.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. *Feminismos e história: um encontro com o passado*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, junho, 2011.

RUSSEL, Diana E. H.; RADFORD, Jill (org.). *Feminicide: the politics of woman killing*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1992.

SAFFIOTI, Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia crítica e a reforma da legislação penal*. Conferência Nacional dos Advogados. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/zbJc8S>>. Acesso em: 04/09/2028.

SCHIEBINGER, Londa L. *Has feminism changed Science?* Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SCOTT, Joan W.; TILLY, Louise A. *Women, work and family*. Londres: Routledge, 1987.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia: ensaios sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

_____. *Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, n.13, v.2, mai.-ago., 2005, p. 265-285.

_____. "Territory, sovereignty, and crimes of the second state". In: BEJARANO, Cynthia; FREGOSO, Rosa-linda (org.). *Terrorizing women: Feminicide in the Américas*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 70-92.

_____. *Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación*. Revista Herramienta, n. 49, 2011.

SMART, Carol. "Feminist approaches to criminology or post-modern woman meets atavistic man". In: GELSTHORPE, Loraine; MORRIS, Allison (org). *Feminist perspectives in criminology*. Milton Keynes: Open University Press, 1990, p. 70-84.

SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUZA, Luanna Tomaz de. *Da expectativa à realidade: a aplicação das sanções na Lei Maria da Penha*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry. *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 271-313.

SPRINGWOOD, Charles Fruehling. "Gunsclapes: Toward a Global Geography of the Firearm". In: SPRINGWOOD, Charles Fruehling. *Open Fire: understanding global gun cultures*. New York: Oxford, 2007, p. 15-27.

TOLEDO, Patsili Vázquez. "¿Tipificar el femicidio?". In: *Anuario de Derechos Humanos 2008*. Centro de Derechos Humanos. Universidad de Chile: Chile, 2008

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília – DF: 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Questão criminal: a palavra dos mortos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZANETIC, André. *A Disseminação da Segurança Privada no Brasil: pressupostos e motivações*. 30º Encontro Anual da ANPOCS – USP, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/LbLSvv>>. Acesso em: 08/01/2018.

_____. *A segurança privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade. São Paulo, n. 3, p. 51-70, 2010.

OBRAS LITERÁRIAS

ATWOOD, Margaret. *O conto da aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

FERRANTE, Elena. *A amiga genial*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

_____. *A história do novo sobrenome*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

COUTO, Mia. *Confissões da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Vagas e lumes*. Córdova: Caminho, 2014.

_____. *Mulheres de cinzas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

TEXTOS VIRTUAIS E NOTÍCIAS

BAKER, Peter. *Christine Blasey Ford's credibility under new attack by Senate Republicans*. The New York Times. Publicado em: 03/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/BR6Pih>>. Acesso em: 03/10/2018.

BEDINELLI, Talita. *Na guerra de facções, número de mulheres mortas no Ceará explode*. Jornal El País Brasil. Publicado em: 26/03/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/BQtjPf>>. Acesso em: 12/10/2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro*. Publicado em: 06/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2ENY4Df>>. Acesso em: 11/11/2018.

CENTER FOR WOMEN'S RESOURCES. *President Duterte's Rape Joke: a go-signal to sex abusers among troops*. Publicado em: 29/05/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/cMBCdt>>. Acesso em: 07/01/2019.

ESTADÃO. *Livro exibido por Bolsonaro no Jornal Nacional nunca foi comprado pelo MEC*. Publicado em: 30/08/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/EWhEo9>>. Acesso em 10/10/2018.

FREEDLAND, Jonathan. *Kavanaugh has revealed the insidious force in global politics: toxic masculinity*. The Guardian. Publicado em: 29/09/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/8zyWdP>>. Acesso em: 04/10/2018.

NATIONAL CENTER OF WOMEN AND POLICING. *Police family violence fact sheet*. 2013. Disponível em: <<http://womenandpolicing.com/violenceFS.asp#notes>>. Acesso em 15/08/2018.

NOBRE, Noeli. *Sancionadas quatro novas leis de proteção à mulher*. Câmara dos Deputados. Publicado em: 19/12/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/UiQYc4>>. Acesso em: 20/12/2018.

O GLOBO. *Cento e sete casos de feminicídio foram registrados em 2019, diz estudo*. Publicado em: 21/01/2019. Disponível em: <<https://goo.gl/SW7WFf>>. Acesso em: 21/01/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU MULHERES. *ONU Mulheres convoca a América-Latina para acabar com os feminicídios*. Publicado em: 07/12/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/wxf5b7>>. Acesso em: 17/12/2018.

PRATEANO, Vanessa Fogaça. *Sobre feminismo e punitivismo: podem as mulheres priorizar a si mesmas?* Revista Feminista Materialista. Publicado em: 20/10/2010. Disponível em: <<https://goo.gl/kaesJ4>>. Acesso em: 03/09/2018.

STABILE, Arthur. *Policiais estupraram meninas durante intervenção no Rio, aponta relatório da Defensoria Pública*. Jornal El País Brasil. Publicado em: 03/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aymres>>. Acesso em: 05/10/2018.

THE CONVERSATION. *Gender studies banned at university: the Hungarian government's latest attack on equality*. Publicado em: 09/10/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/sficsN>>. Acesso em: 05/10/2018.

WILD, Claudia. *Homens, as maiores vítimas de assassinatos no Brasil*. Jornal Hora Extra. Publicado em 09/03/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/YvmwVp>>. Acesso em: 05/09/2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Department of Reproductive Health and Research, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/JuVs1y>>. Acesso em: 16/10/2018.

DECLARAÇÕES DE DIREITOS, DOCUMENTOS OFICIAIS E NORMAS EM GERAL
BRASIL. Câmara dos deputados. *Do parecer no tocante a inclusão entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando procedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa*. Projeto de lei nº 7.180 de 2014 (PLs nº 7.181/2014, 867/2015, 1.859/2015, 5.487/2016, 6.005/2016, 8.933/2017 e 9.957/2018, apensados). Relator: Deputado Flavinho (PSC-SP). Publicado em: 08/05/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/sYDfuF>>. Acesso em: 02/08/2018.

_____. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico*. N. 27, vol. 49, jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aF7J8z>>. Acesso em: 02/08/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). *Feminicídio ou femicídio*. Publicado em: 15/11/2018. Disponível em: < <https://goo.gl/bM7PMJ>>. Acesso em: 17/12/2018.

DOSSIÊ MULHER 2015. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/AkRWSs>>. Acesso em: 13/12/2018.

DOSSIÊ MULHER 2018. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/AsGnDY>>. Acesso em: 13/12/2018.

THE SWEDISH PENAL CODE (1962). Disponível em: <<https://goo.gl/hQv9EF>>. Acesso em: 27/09/2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The global gender gap report*. Suíça: World Economic Forum, 2018. Disponível em: www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf. Acesso em: 18/12/2018.